

RNB

REVISTA
NUMISMÁTICA
BRASILEIRA

ISSN 2675-0155

Semestral - Vol. XXVIII, N°1, 2024





SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA



ISSN 2675-0155

Semestral - Vol. XXVIII, N°1, 2024

Junho 2024



SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Fundada em 1924

DIRETORIA BIÊNIO 2023/2024

Diretor Presidente	Gilberto Fernando Tenor
Diretor Vice-Presidente	Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari
Diretor Financeiro	Ismael Toledo Júnior
Diretor de Operações	Rubens Marques de Henriques Silva
Diretor Administrativo	Hélio César Xavier
Diretor Social	Jerry Edson da Costa
Diretora de Eventos	Eliza Mayumi Muraoka Hamada
Diretor Curador	Marcelo Augusto Tibúrcio
Diretor Técnico	Paulo Cesar Fim
Diretora Comercial	Mariana Campos de Souza Justo
Diretor de Relações Internacionais	Cristiano de Lima Bierrenbach
Diretor de Comunicação	Oswaldo Martins Rodrigues Júnior
Diretor de Tecnologia	Marcelo Rodrigues Benevides
Diretor de Vendas	Salvador Antonio Portela

Oswaldo M. Rodrigues Jr.	Editor
Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari	Coordenador administrativo
Edil Gomes	Coordenador de diagramação e gráfica

Comissão Editorial

Adriene Baron Tacla - Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA) / Instituto de História da Universidade Federal Fluminense

Camilla Ferreira Paulino da Silva - LIMES - Fronteiras interdisciplinares da Antiguidade e suas Representações - UFES / SEDU - Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo

Caroline Oliva Neiva - Historiadora - Laboratório de História Antiga UFRJ

Claudio Umpierre Carlan - Historiador - Universidade Federal de Alfenas

Gisele Oliveira Ayres Barbosa - Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO e Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras

João Goulart de Souza Gomes - Numismata, historiador – UFBA

Lilian de Angelo Laky - Departamento de História - Universidade de São Paulo

Marcela Marchi - Museóloga - Museu Eugênio Teixeira Leal

Maria Celeste Fachin - Arqueóloga - Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, câmpus de Franca

Paula de Jesus Moura Aranha - Historiadora - Numismata - Museu Histórico Nacional / Ibram

Telma Cristina Soares Ceolin - AAMV - Associação Amigos do Museu de Valores

Vagner Carvalheiro Porto - Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Yuri Victorino Inácio da Silva - Historiador, arquivista, pesquisador e numismata - Sociedade Gaúcha de Numismática

Comissão Editorial Internacional

Adolfo Ruiz Calleja - Espanha - Universidad de Valladolid / Blog Numismático

Álvaro R. Córdón - Guatemala - Punto de Encuentro Numismático de Guatemala

Andrés Cortázar - Colômbia - Fundación Numismáticos Colombianos - NUMISCOL

Bernardo Alfredo Oliva Muñoz - Chile - Asociación Cultural Numismática de Arica

Carlos Iza - Equador - Academia Nacional de Historia del Ecuador

Cesar Corrales - Peru - Peruvian Banknotes - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú

Daniel Oropeza Alba - Bolívia - Instituto Potosino de Numismática

Eduard D'Argent - Peru - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú

Glenn Stephen Murray Fantom - Espanha - Amigos de la Casa da Moneda de Segovia

Luís Roberto Ponte (in memoriam) - Venezuela - Sociedad Numismática Venezolana - SONUVE

Raúl Tapia Bascopé - Bolívia - Sociedad Numismática Boliviana

Ricardo León Tallavas - México - Sociedad Numismática de México

Richard Cacchione - Peru - Sociedade Numismática del Perú

Robert Mastalir Divisek - Equador - ANECU - Asociación Numismática Ecuatoriana

O teor dos artigos publicados na Revista Numismática Brasileira é de inteira responsabilidade de seus autores. Os artigos enviadas para publicação, deverão ser de caráter numismático, observadas as normas no final deste volume. Permite-se a reprodução de partes dos textos mediante referência bibliográfica da fonte.

A ERA DO AÇO NAS MOEDAS BRASILEIRAS - <i>The age of steel in brazilian coins</i> - Edil Gomes	07
A CASA DA MOEDA DE SALVADOR DA BAHIA, A PRIMEIRA DO BRASIL - <i>The Salvador of Bahia Mint, the first in Brazil</i> - Pedro Damián Cano Borrego	31
ORCID COMO REGISTRO DE INVESTIGADORES Y ESCRITORES NUMISMÁTICOS BOLIVIANOS EN MEDIOS ONLINE Y ESCRITOS - <i>Orcid as a record of bolivian numismatic researchers and writers in online and print media</i> - Jhon Sebastián Medina Alcázar	39
MICRO-HISTÓRIA E NUMISMÁTICA: ESBOÇO DE UMA APROXIMAÇÃO - <i>Microhistory and numismatics: draft of an approximation</i> - Lucas Hendricus Andrade Van den Boomen	43
AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DO PATAÇÃO - <i>The Multiple Identities of "Patacão"</i> - Leonardo Rodrigues Tupinambá	53
RÉPLICAS NÃO AUTORIZADAS SÃO FALSAS E FALSAS SÃO APENAS FALSAS! - <i>Unauthorized replicas coins are fake, and fake is simply fake!</i> - Harvey Spencer Lima Caldas	63
DIREITO DE PROPRIEDADE SOBRE TESOUROS NUMISMÁTICOS ACHADOS: UMA PERSPECTIVA LEGAL - <i>Property rights over numismatic treasures found: a legal perspective</i> - Guilherme Henrique de Oliveira Santos	75
A COLEÇÃO NUMISMÁTICA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL: ACERVO E IMPORTÂNCIA - <i>The numismatic collection of the National Historical Museum: collection and importance</i> - Cláudio Umpierre Carlan	83
CAMBISTAS, MANUAIS E CARIMBOS: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE A NUMISMÁTICA - <i>Money exchangers, Manuals and Stamps: A New Perspective on Numismatics</i> - Gabriel Amaral Lourenço	94
EFÍGIE MARIANNE: INFLUÊNCIA FRANCESA NA MOEDA BRASILEIRA - <i>Marianne Effigy: French Influence on Brazilian Currency</i> - Juliana Silva dos Santos	108
RENDICIÓN DE URUGUAYANA Y UNA MEDALLA INÉDITA DE DON PEDRO II - <i>Rendição de Uruguaiana e medalha inédita de Dom Pedro II. / Surrender of Uruguayana and an unknown medal of Don Pedro II</i> - Carlos J. Mucha	119
MOEDAS DE COBRE VERDADEIRAS E FALSAS E O "R" COM ESPORA - <i>True and Fake Brazilian Copper Coins and the "R" With Spur</i> - Rogério Bertapeli	132



Moeda de prata de 160 réis, 1695, cunhada na Casa da Moeda da Bahia, artigo A Casa da Moeda de Salvador da Bahia, a primeira do Brasil (The Salvador of Bahia Mint, the first in Brazil) Pedro Damián Cano Borrego



SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Rua 24 de maio, 247 - 2º andar - São Paulo - SP
Tel.(11) 3222.3534 e 3333-7004
snb@snb.org.br

MISSÃO

Atender aos anseios dos associados, na promoção da numismática no Brasil, com ética, responsabilidade e dentro dos preceitos estatutários.

VISÃO

Ser o principal referencial da cultura numismática no Brasil

VALORES

A SNB valoriza:

- A - Satisfação dos associados;**
- B - Ética nos seus atos e relacionamentos;**
- C - Competência profissional;**
- D - Integração entre associações;**
- E - Respeito a todas as “Partes interessadas”.**

Palavras do Editor

O estudo dos meios monetários enquanto objetos que traduzem ideias congrega na numismática atividades que tem funções sociais e funções emocionais, auxiliando o bem-estar de uma sociedade¹.

Os estudos numismáticos ocorrem, pedagogicamente, em duas frentes quase paralelas: a Academia (o meio universitário) e os agrupamentos de colecionadores (sociedades numismáticas).

A publicação de estudos em numismática é de grande interesse aos colecionadores que encontram bases para manter a coleção de forma ordenada. Este é um dos objetivos da RNB, e neste exemplar teremos aos leitores esta demonstração em cada dos artigos.

Existem colecionadores de objetos monetiformes que desconsideram certos períodos históricos onde moedas, por exemplo, foram cunhadas em grande quantidade e em metal não considerado “nobre”, e o maior exemplo na história brasileira é a fase de grandes inflações ao redor da década de 1980. Ainda assim, estudos merecem ser efetuados, merecem ser compreendidas estas moedas para a organização de coleções.

No ano da comemoração do Centenário da SNB (19/01/2024), a Diretoria presidida por Gilberto Tenor tem o objetivo de *Resgatar as Casas Cunhadoras* que existiram no Brasil. Estudos relacionados a estes locais merecem atenção, a exemplo da cidade de Salvador que trouxe exemplares que muito atraem colecionadores.

Na academia os mecanismos de registros de pesquisadores exigem conhecimento para facilitar buscas de artigos e referências. Semelhante ao Currículo Lattes no Brasil, o registro ORCID precisa ser conhecido.

Conhecer moedas falsificadas e moedas falsas é uma necessidade de um colecionador.

Associar seu bem colecionado com a história é um passo que separa um ajuntador de um colecionador.

Nossos patações, as belas moedas de 960 réis precisam de constante compreensão para valorizarmos as coleções.

Conhecer e compreender locais distantes que carimbaram moedas cunhadas nas américas para circulação local na China será outro tópico que o colecionador precisa saber.

E as questões de propriedade legal sobre moedas encontradas enterradas quando alguém remove terra de um terreno para uma construção, ou sai com um detector de metais em fazendas? De quem é o produto encontrado?

E sempre precisamos conhecer os acervos nos Museus! Vejam o que se escreveu a respeito do Museu Histórico Nacional nesses artigos.

Vamos ler, aprender, viver as histórias e cultivar bons e sentimentos e emoções com o colecionismo saudável.

Oswaldo M. Rodrigues Jr.
Editor da Revista Numismática Brasileira

¹Rodrigues Jr., O.M. (2023). Psicologia e o colecionismo numismático. *REVISTA M*, 2ª SÉRIE_ Nº 1: 34-44 - ISSN 2184-2876



A ERA DO AÇO NAS MOEDAS BRASILEIRAS

The age of steel in brazilian coins

Edil Gomes¹

RESUMO

É uma série de moedas cunhadas de 1967 a 1978, relativamente comum, mas que carrega muita história, essa série marcou o início do Regime Militar no Brasil. Foram as primeiras a serem cunhadas em disco de aço inox e ao longo dos anos, sofreram alterações no diâmetro e metal. Em alguns períodos os discos vieram dos EUA e Canada. Iremos mostrar nesse artigo que houve cunhagem com data progressiva, ou seja, onde em anos seguintes continuaram a adotar a era anterior. Marcou também a passagem do Sesquicentenário do Brasil em 1972 e para isso cunhou-se moedas de ouro e prata na França e de níquel no Brasil, tendo a primeira moeda a ter inscrição na sua borda. Dentro desta série também foram introduzidas as primeiras moedas da nossa numária no programa da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Se hoje temos cunhagem em moedas de aço, devemos a essa série pioneira que marcou um período de muita inflação no nosso país.

Palavras Chave: Cruzeiro Novo, aço inoxidável, Padrão Monetário

ABSTRACT

It is a series of coins minted from 1967 to 1978, relatively common, but carrying a lot of history, this series marked the beginning of the Military Regime in Brazil. They were the first to be minted in stainless steel discs and over the years, they underwent changes in diameter and metal. In some periods the blanks came from the USA and Canada. We will show in this article that there was coinage with a progressive date, in other words, where in subsequent years they continued to adopt the previous era. It also marked the passage of Brazil's Sesquicentenary in 1972 and for this reason gold and silver coins were minted in France and nickel coins in Brazil, with the first coin having an inscription on its edge. Within this series,

Recebido em 26/02/2024
Aprovado em 01/03/2023

¹Numismata, escritor, design gráfico da RNB e Boletim da SNB

our first coins were also introduced into the FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) program. If today we have steel coins, we owe it to this pioneering series that marked a period of high inflation in our country.

Keywords: Cruzeiro Novo, stainless steel, monetary standard

O Cruzeiro há tempos vinha em constantes tentativas para entrar em circulação, para substituir o Mil Réis, padrão monetário implantado pelos portugueses. Após tratativas e alguns ensaios, finalmente entrou em circulação pelo decreto 4.791 de 5 de outubro de 1942, iniciando o Padrão Cruzeiro com as moedas de bronze alumínio e níquel rosa de 1942 a 1956. De 1956 a 1965 circularam as leves moedas de alumínio e uma única moeda de cuproníquel de 50 cruzeiros em 1965, que serviu de inspiração para uma nova era que abria caminho.

Em 13 de novembro de 1965, através do decreto-lei nº1, inicia-se uma nova reforma monetária, que de certa forma inovou a cunhagem das moedas no Brasil, introduzindo pela primeira vez o aço inoxidável como metal na produção dos discos, com novos valores. No início com as de 1, 2 e 5 centavos cunhadas em aço inoxidável, e outros valores com períodos intercalados com moedas em disco de níquel e cuproníquel, dentro da mesma série e tipo e que foram gradativamente substituídas pelo aço inoxidável, até ter toda a série nesse metal. Estava nascendo assim o “Cruzeiro novo”, utilizando a sigla “NCr\$”, em pleno Regime Militar.

Nessa adaptação, principalmente pela alta inflação e aumentos de matéria-prima, houve mudanças na produção dos discos em anos posteriores, também de espessura e diâmetro, influência do chamado “Período Inflacionário” ou como denominamos a era do aço, trazendo assim esse metal para o meio circulante brasileiro e que passou a ser adotado até a atualidade, pela durabilidade, segurança e aceitação, sendo utilizado por diversos outros planos econômicos nas moedas circulantes.

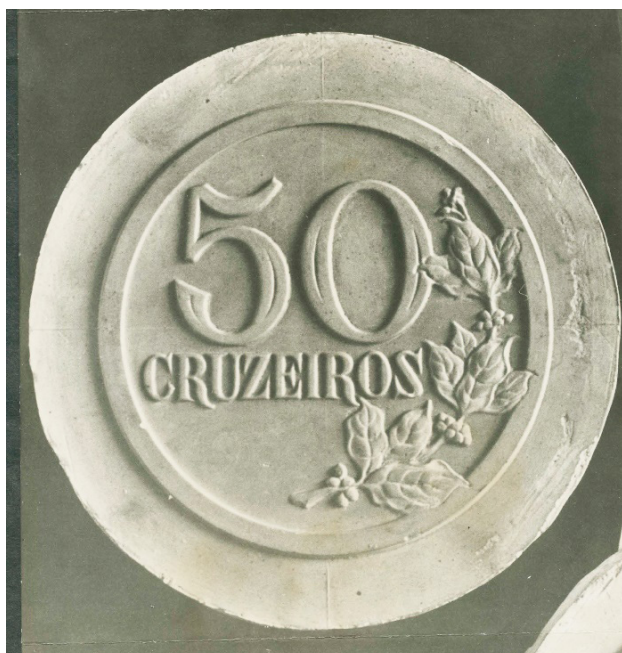
Tempo de adaptação

Apesar do decreto ser do final de 1965, com previsão de se utilizar o novo padrão em janeiro de 1966, as moedas só entraram em circulação em 1967, iniciando a utilização de discos de aço inoxidável nas moedas de menor valor e também o cuproníquel e níquel que foram sendo substituí-



Modelo que deveria ser adotado no padrão anterior como 200 cruzeiros, mas que acabou sendo adaptado para a nova moeda de 20 centavos. Para isso foi espelhada a imagem da torre e suprimiu a legenda "PETRÓLEO"

A moeda de 50 Cruzeiros que circulou no padrão anterior e foi a referência para a criação do Cruzeiro Novo, com seu ramo de café agora espelhado para a esquerda, definiu o design da nova moeda de 1 Cruzeiro, que só começou a circular em 1975. No seu avverso, a efígie da República também foi o modelo adotado mantendo o mesmo padrão. Acima modelo em gesso da moeda de 50 cruzeiros, sem a era de cunhagem.



dos e posteriormente o aço inox foi adotado em toda a série, com exceção do 1 cruzeiro cunhado em níquel e posteriormente em cuproníquel. O aço inoxidável é utilizado até hoje, atualmente presente nas moedas circulantes do Plano Real.

(...) “Art. 1º - A partir de 1º de janeiro de 1966, em data a ser fixada pelo Conselho Monetário Nacional, será instituído o Cruzeiro Novo, correspondendo o cruzeiro atual a um milésimo do Cruzeiro Novo, restabelecido o centavo.

Art. 2º - É o Banco Central da República do Brasil incumbido de providenciar a remarcação, impressão e aquisição de cédulas e cunhagem das novas moedas metálicas, nas quantidades indispensáveis à substituição do meio circulante.

§ 2º - A Casa da Moeda ficará vinculada ao Banco Central, nas condições que forem determinadas pelo Ministro da Fazenda.”

O Plano monetário foi instituído pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro presidente do regime militar instalado pelo golpe de 1964.

Em 16 de fevereiro de 1966, o Conselho Monetário Nacional – CMN, aprovou as características para as novas moedas. Todos os valores teriam o anverso da efígie da República e do lado esquerdo, próximo a borda, a inscrição “República dos Estados Unidos do Brasil”, e sob esta, 22 estrelas em paralelo, representando os Estados brasileiros, com uma estrela maior em destaque que simbolizaria o Distrito Federal, da mesma forma que era utilizado na moeda de 50 cruzeiros do antigo padrão.

Na nova série, as moedas de 1 centavo, 2 e 5 centavos o reverso não tinha representação ilustrativa, constando somente o valor monetário e a era, sendo cunhadas em aço inoxidável, mantendo essa característica em todo o tempo em que foram cunhadas de 1967 a 1975, tendo o seu bordo liso. Nos outros valores de 10, 20, 50 centavos e 1 cruzeiro, além do dístico com o valor e era, foi acrescentado ilustrações representando a economia do Brasil, sendo a Siderúrgica, representada por altos fornos, na moeda de 10 centavos, a Indústria Petrolífera, com a torre de petróleo na de 20 centavos, na de 50 centavos, a Indústria Naval e a por último a Agricultura, através de um ramo de café na moeda de 1 cruzeiro.

As moedas de 10 e 20 centavos foram cunhadas em cuproníquel, somente nos anos de 1967 e 1970, tendo a borda serrilhada, posteriormente

foi substituído também pelo aço inox, com a borda lisa. Já as moedas de 50 centavos e 1 cruzeiro teriam sua composição ainda a ser definida nesse primeiro momento e passaram por algumas transições. Os 50 centavos foram cunhados em 1967 em níquel, em 1970 e 1975 em cuproníquel com a borda serrilhada e de 1975 a 1979 em aço inox, com borda lisa. A moeda de 1 cruzeiro só foi lançada em 1970, em níquel e passou a ser cunhada em cuproníquel nos anos seguintes.



Série das Moedas do plano “Cruzeiro Novo” de 1967 do “Cruzeiro Novo” e a de 1 cruzeiro de 1970 e circulou só no plano seguinte que foi “Cruzeiro” que iniciou em 1970 e manteve o mesmo padrão nas moedas. Coleção Robison Line.

Nova Constituição fez mudar a legenda das moedas

Algo inusitado fez com que o Conselho Monetário Nacional se reunisse para realizar uma mudança no projeto, onde seria incluída a legenda nas moedas: “República dos Estados Unidos do Brasil”, tendo as estrelas simbolizando os 22 estados e uma maior representando o Distrito Federal. Tal mudança foi necessária pois em 21 de janeiro de 1967, o Congresso Nacional decretou e promulgou a nova Constituição do Brasil, onde seria oportuno substituir essa inscrição somente pela palavra BRASIL, suprimindo assim todo o restante. Outra alteração com o objetivo de balanceamento do desenho inicialmente aprovado e sugerido pela Casa da Moeda, foi a substituição das estrelas dos estados e a do destaque, pela inclusão de uma

estrela maior representativa da nova capital, na parte superior e uma “rosa dos ventos”, abaixo da efígie, alusiva ao papel desempenhado pela moeda na integração nacional.



*Primeiro ensaio apresentado para o padrão Cruzeiro Novo, o reverso que era o mesmo da moeda da 50 Cruzeiros do Padrão anterior teve que ser adaptado suprimindo a legenda e “República dos Estados Unidos do Brasil” foi alterado em vista de mudanças na Constituição do Brasil promulgada em janeiro de 1967, passando para somente “BRASIL” e as estrelas representando os estados também foram descartadas, mantendo a estrela em destaque superior com alteração da posição. Abaixo foi incluída a “rosa dos ventos”.
Coleção Rafael Augusto de Mattos Ferreira.*

Foi planejado mas não realizado: Inscrição na borda e “sandwich” de metais

Uma curiosidade que inicialmente constava no projeto é que as moedas de 10, 20, 50 centavos e 1 cruzeiro teria sua borda lisa com a inscrição “Ordem e Progresso”, em alto ou baixo relevo, o que acabou não ocorrendo. Tal feito só foi possível em 1972 com as moedas comemorativas ao Sesquicentenário da Independência com a legenda “Sesquicentenário da Independência” da mesma série do Cruzeiro Novo e posteriormente a partir do ano 2000 quando entrou em circulação a 2ª família do Plano Real, onde as moedas de 50 centavos receberam a inscrição no bordo “ORDEM E PROGRESSO * BRASIL” e manteve até hoje nas moedas seguintes desse valor.

Outra novidade que não ocorreu, é que nas moedas de 50 centavos e 1 cruzeiro, por serem valores mais representativos, inicialmente estava em

aberto o metal empregado, pois ainda estava em fase de conclusão estudos da composição de ligas metálicas, o sistema denominado “sandwich”, adotado nos EUA, que é a composição de um núcleo de cobre, mais espesso por camada superficial de liga de um metal mais enriquecido. Apesar dos estudos terem se prolongado, com acompanhamento de uma comissão de técnicos da Casa da Moeda e da gerência e do Meio Circulante junto à *Royal Canadian Mint*, de Ottawa no Canadá, a conclusão foi que o níquel atenderia as exigências de ordem técnica e de segurança de todas as exigência de que revestia o assunto e o processo não foi utilizado, com essa definição também foi alterada a espessura das moedas que teriam 2 mm passando para 1,70 mm. Hoje o que mais se aproxima desse processo são as moedas eletrorrevestidas da 2ª família do Plano Real, onde alguns dos valores, o aço é revestido de cobre ou de bronze.



Modelos ampliados que eram utilizados no pantógrafo numismático, curiosamente o último número foi coberto, pois provavelmente estava ausente para que fosse incluído posteriormente. E assim foi apresentado as moedas do padrão Cruzeiro Novo.

É criada a data progressiva

Na numismática, data progressiva é quando se começa a cunhar uma moeda e mesmo passando para um ano seguinte, continuam sendo cunhadas sem alteração da sua era e isso aconteceu com as moedas do Cruzeiro Novo quando moedas com a era de 1967 continuaram a serem cunhadas em 1968 e 1969. A causa principal foi o atraso no início da produção, pois estava definido o ano de 1967 para o início de circulação do Cruzeiro Novo o que só ocorreu em 13 de maio de 1968, consequentemente, foi definido em se continuar cunhando com a era de 1967. Motivo pelo qual não consta no catálogo a era de 1968 nas moedas de 1, 2 e 5 centavos e as eras de 1968 e 1969 nas moedas de 10, 20 e 50 centavos.

O que confunde e que consta em todos os catálogos é que quando foi alterado o padrão de espessura das moedas de 1, 2 e 5 centavos em 1969, ainda estava sendo cunhadas moedas com a era de 1967 em 1968 e 1969, e com essa mudança de espessura foi resolvido alterar também a era para 1969, sendo assim incluído essas moedas mesmo com a era de 1967 juntamente com as novas cunhadas em 1969, sem que houvesse um desmembramento, criando uma falsa tiragem desses dois anos de 1967 (que deveria ter mais) e 1969 (que teoricamente tem menos do que mostram os catálogos). O mesmo fato ocorreu com as moedas de 10, 20 e 50 centavos, só que estas ainda foi prolongado ao ano de 1970 quando houve mudanças de metal. Posteriormente, o mesmo fato ocorreu com as moedas de 1, 2 e 5 centavos cunhadas em 1975 onde as moedas da FAO, mesmo com padrão de design alterado ficaram incluídas na mesma tiragem.

Como exemplo vou utilizar a moeda de 1 centavo, onde no catálogo a tiragem para 1967 é de 100.246.000 exemplares, não temos o ano de 1968 e no ano de 1969 é de 243.966.303 exemplares.

No material do Banco Central temos a seguinte informação na tiragem de 1969:

“Inclui as moedas com data 1967 produzidas em 1969”

Termo até confuso pois nas reuniões do Conselho Monetário Nacional e nas compras de discos está claro a cunhagem também de moedas em 1968, embora com a era de 1967.

Nas moedas de 10, 20 e 50 centavos a prorrogação da data de 1967 foi ainda maior, alterando somente em 1970, quando houve uma alteração da

espessura do disco desses valores e a troca do disco de cuproníquel para aço inoxidável para as moedas de 10 e 20 centavos e a troca de níquel para cuproníquel na moeda de 50 centavos. Nos catálogos portanto as moedas constantes do ano de 1970 também inclui as cunhadas nos anos anteriores com a era de 1967, razão de não possuir as datas de 1968 e 1969, que foram incluídas no total de 1970, por isso sempre uma alta quantidade, não sendo contudo uma realidade levando-se em conta a data nas moedas, conforme decisão do Conselho Monetário Nacional em sessão de 16 de dezembro de 1969:

“(...) a substituição da Era de 1967 para 1970, na denominação das moedas de 10, 20 e 50 centavos, portadoras das novas características sugeridas.”

Então teoricamente a tiragem com data de 1967 é bem maior do que consta no catálogo e a do próximo ano dependendo do valor não é a real, pois não é possível identificar pela produção a quantidade correta, pois para os numismatas é feita pela era (data). Esse assunto foi discutido na sessão do Conselho Monetário Nacional em 20 de dezembro de 1967:

(...) “Impende-nos trazer ao conhecimento desse Colegiado que, por iniciativa do signatário, já à Casa da Moeda declarou o Banco Central nenhum inconveniente registrar quanto à inscrição da era de 1967 em todas as moedas a serem agora cunhadas.”

Discos importados e alteração das especificações

Para toda essa troca de moedas, somente no ano de 1967, em todos os valores foram 601.342.200 discos, o que foi necessário recorrer ao mercado externo para compra dos discos já prontos para serem cunhados, já que não seria atendida pela produção nacional daquela época.

(...) “Revela notar que, presentemente, se baseará em matéria prima importada e já sob a forma de discos prontos a cunhagem de todas as nossas moedas, eis que não se produzem internamente, nas condições e quantidades desejadas, tanto o cuproníquel como o aço inoxidável e níquel puro, este, evidentemente, o mais caro de todos...”
Sessão do Conselho Monetário nacional de 20 de dezembro de 1967

Desde a concepção inicial, as moedas precisaram ser readequadas ao padrão do mercado levando-se em conta o custo e o valor facial de todos os valores em face das alterações nos preços externos e internos da matéria prima o que foi determinante para readequação em toda a série quando necessário:

“(...) 2. Apurado que as moedas de 1 e 2 centavos estão custando 300% e 187% de seus respectivos valores nominais, os estudos convergiram para a reformulação das características gerais dessas peças e das de 5 centavos (todas cunhadas em discos de aço inoxidável do tipo AISI-430), com vistas aos seguintes aspectos:

- a) redução do peso unitário, para permitir o aumento da quantidade de discos, por quilograma;*
- b) Revisão do custo dos fatores de produção e do processo de elaboração, a cargo da empresa fabricante dos discos destinados à cunhagem.*

3. Dentro dessa orientação, indicou-se a necessidade reduzir o peso unitário através da diminuição das espessuras, de 1,5 para 1,0 milímetro. Desse modo, o peso das moedas de 1, 2 e 5 centavos passariam respectivamente, de 2,63 para 1,75g., de 3,25 para 2,16g e de 3,97 para 2,64g, possibilitando elevar o número de discos, por quilograma, de 380 para 570, 307 para 460 e 251 para 376, aproximadamente. Foi satisfatório o resultado dos testes de cunhagem procedidos pela Casa da Moeda com amostras de discos revestidos das novas características.” (...) Sessão do Conselho Monetário Nacional de 15 de setembro de 1969.

Essa primeira alteração de espessura não alcançou, nesse momento, os outros valores de 10, 20, 50 centavos, porém não foi descartado que fosse feito, o que de fato ocorreu posteriormente:

“(...) os estudos realizados pela MECIR concluíram, no tocante às moedas de cuproníquel e níquel puro, não haver necessidade premente da reformulação da posição atual, pois as peças de 10, 20 e 50 centavos estão ainda com seus custos intrínsecos abaixo dos respectivos valores faciais. Entretanto, dada a elevação de preços internos, de 1965 a 1968, da ordem de 135% e a imprevista alta de preços de metais não ferrosos no mercado internacional, a MECIR está aprofundando os estudos sobre o assunto, atenta ainda à tendência de aumento de ambos os fluxos, mesmo que em ritmo decrescente. Examina-se, inclusive, a possibilidade de redução da espessura das moedas de 10, 20 e 50 centavos e 1 cruzeiro (para barateamento de nossos custos

operacionais com transporte de numerário), bem como a substituição do níquel puro por cuproníquel na composição metálica da moeda de 50 centavos. (...)” Sessão do Conselho Monetário Nacional de 15 de setembro de 1969.

Passados três meses da alteração nas moedas de 1, 2 e 5 centavos o MECIR se viu obrigado a fazer a alteração agora dos valores de 10, 20, 50 centavos, resolvido em sessão de 16 de dezembro de 1969, situação que já estava prevista na última sessão do CMN e que os exames se encontram em curso:

“(...) 2. Esse exame, recentemente ultimado, concluiu pela necessidade de se alcançar o barateamento da produção de tais moedas em vista da:

- a) Elevação dos preços no mercado interno, decorrente da inflação acumulada, da ordem de 148,2%, a partir da fixação do plano de lançamento das peças metálicas do novo padrão monetário;*
- b) elevação do custo dos metais não ferrosos, no mercado internacional, resultante da liberação do preço da prata pelo Governo dos Estados Unidos.”*

Dessa vez além da alteração da espessura, houve a alteração da liga metálica da moeda de 50 centavos, conforme estudos previamente elaborados

“(...) 3. Para atingir o almejado barateamento, propôs a gerência do Meio Circulante a redução dos pesos das moedas de 10, 20 e 50 centavos, mediante o processo de diminuir-lhes as espessuras, e, bem assim, de substituir a composição metálica da peça de 50 centavos, de níquel para cuproníquel (liga de 75/25), matéria-prima esta já utilizada na fabricação dos discos das outras duas moedas. Essas providências permitiriam, inclusive, aumentar-lhes sensivelmente a margem e segurança, ampliando a diferença entre o custo da matéria-prima empregada e o valor facial das moedas, e, de outra parte, baixar o custo do transporte utilizado para distribuí-las.

4. Dentro dessa orientação e observados os pesos mínimos, tecnicamente admitidos, passariam as espessuras das moedas em referência, atualmente fixadas em 1,5 mm, 1,8 mm e 1,7 mm para, respectivamente, 1,3 mm, 1,5 mm e 1,5 mm. Os pesos unitários, hoje correspondentes a 5,52 g, 7,86 g e 8, 74 g, seriam reduzidos de 13,7%, 17,6% e 14,9%. (...)

Em sessão de 7 de janeiro de 1970, o Meio Circulante decide adotar medidas para apressar a cunhagem de moedas e para isso adota diversas medidas:

- “(...) a) adquirir cerca de 1.700 toneladas de cobre para formar a liga (...)*
- b) contratar fundição, laminação, corte, recozimento, orlagem e polimento de discos de cuproníquel, com a Royal Canadian Mint ou U.S. Mint*
- c) adquirir 9 máquinas de cunhar e 10 de contar, de interesse e uso da Casa da Moeda” (...)*

Outras questões foram colocadas, como cunhar moedas nos EUA ou no Canadá para suprimento de emergência, o que foi colocado em dúvida pelo departamento jurídico, em face do disposto na época da lei 4.510, que dava a Casa da Moeda exclusividade na fabricação da moeda nacional.

Em sessão de 14 de abril de 1970, ficou resolvido em se adquirir discos importados de cuproníquel para as moedas de 10 e 20 centavos diretamente da Casa da Moeda dos EUA, ficando acertado a compra de 126.182 kg de discos de 23mm (28.612.698 discos de 10 centavos) e 173.818 kg de discos de 25mm (26.149.797 discos de 20 centavos).

Em 16 de maio de 1974 é proposta nova mudança pelo Conselho Monetário Nacional, desta vez alterando a liga metálica da moeda de 10 centavos, de cuproníquel para aço inoxidável e a de 1 cruzeiro de níquel para cuproníquel.

Logo em seguida em 31 de maio de 1974, foi solicitado também a alteração na composição metálica da moeda de 20 centavos de cuproníquel para aço inoxidável. E padronizando em 10 de setembro de 1974 a alteração foi para a de 50 centavos passando também de cuproníquel para aço inoxidável.

Uma parte dos discos utilizados para a cunhagem dos 50 centavos de cuproníquel foram adquiridos da Royal Canadian Mint, segundo relatório da instituição, em 1970, foram adquiridos 52.958.400 discos, em 1971, foram adquiridos 101.534.017 discos e em 1972, foram adquiridos 33.557.000 discos, num total nesses três anos em 188.049.417 discos. De cuproníquel teve cunhagem no Brasil no ano de 1970 de 50 centavos, 440.643.353 moedas e em 1975 a tiragem foi de 134.454.000 moedas. Portanto o Brasil pode ter adquirido discos em outros lotes do Canadá ou EUA que não estavam nesse relatório.

Atualizando a tiragem das moedas de 10 centavos de 1967 e 1970

As moedas cunhadas com a era de 1967, nos anos de 1968, 1969 e mesmo 1970 até a mudança do padrão do disco, foram incluídas junto com a tiragem do ano seguinte após a alteração de padrões, gerando assim um falso número para essas duas datas, o que agora é possível fazer essa alteração com a quantidade de discos adquiridos junto a Casa da Moeda dos Estados Unidos, pelo menos para as moedas de 10 e 20 centavos, onde conseguimos os dados de compra dos discos.

86

REPORT OF THE DIRECTOR OF THE MINT

Summary of foreign coinage by the U.S. mints, by country, through Dec. 31, 1973

Country	Number of pieces produced	Country	Number of pieces produced
Argentina (blanks).....	64, 068, 384	Honduras.....	111, 529, 500
Australia.....	168, 000, 000	Indo-China.....	135, 270, 000
Belgian Congo.....	25, 000, 000	Israel.....	91, 000
Belgium.....	25, 000, 000	Korea.....	295, 000, 000
Bolivia.....	30, 000, 000	Liberia.....	39, 737, 396
Brazil (blanks).....	406, 249, 266	Mexico.....	91, 076, 840
Canada.....	85, 170, 000	Mexico (blanks).....	175, 714, 411
China.....	39, 720, 096	Nepal.....	59, 570
China, Republic of (Taiwan).....	113, 918, 000	Netherlands.....	562, 500, 000
Colombia.....	133, 461, 872	Neth. E. Indies.....	1, 716, 368, 000
Costa Rica.....	131, 798, 820	Nicaragua.....	25, 050, 000
Cuba.....	496, 559, 888	Panama (Republic).....	111, 406, 300
Curacao.....	12, 000, 000	Peru.....	136, 045, 669
Dominican Republic.....	53, 920, 207	Philippines.....	2, 808, 213, 332
Ecuador.....	214, 451, 060	Poland.....	6, 000, 000
El Salvador.....	226, 695, 351	Saudi Arabia.....	124, 712, 574
Ethiopia.....	375, 433, 730	Siam (Thailand).....	20, 000, 000
Fiji.....	4, 800, 000	Surinam (Netherlands Guiana).....	21, 195, 000
France.....	50, 000, 000	Syria.....	7, 350, 000
Greenland.....	100, 000	Venezuela.....	306, 762, 944
Guatemala.....	7, 835, 000		
Haiti.....	55, 100, 000	Total (42 countries).....	9, 416, 334, 160
Hawaii.....	1, 950, 000		

¹ Coined prior to Aug. 21, 1959, when Hawaii became the 50th State of the Union.

BRAZIL—COINAGE BLANKS

Calendar year	U.S. Mint	Denomination	Coinage blanks during year	Metallic composition	Gross weight	Diameter
			<i>Pieces</i>		<i>Grams</i>	<i>mm.</i>
1968.....	D	20 centavos.....	76, 335, 800	75% copper, 25% nickel.....	7.86	25.00
		10 centavos.....	72, 463, 700	do.....	5.52	23.00
			148, 799, 500			
1969.....	D	20 centavos.....	101, 781, 170	do.....	7.86	25.00
		10 centavos.....	108, 696, 662	do.....	5.52	23.00
			210, 476, 822			
1970.....	D	20 centavos.....	20, 496, 278	do.....	7.86	25.00
		10 centavos.....	26, 476, 666	do.....	5.52	23.00
			46, 972, 944			
Total.....			406, 249, 266			

Relatório da Casa da Moeda dos EUA onde consta o fornecimento de 406.249.266 discos em 1973, fornecidos em 1968, 1969 e 1970 para discos de 10 e 20 centavos, com o padrão antigo.

Tiragem conhecida constante no Banco Central e nos catálogos:

- 10 centavos – 1967 108.269.000
- 10 centavos – 1970 498.927.200*
- 20 centavos – 1967 123.814.000
- 20 centavos – 1967 634.780.3538*

*(incluindo moedas cunhadas em 1968, 1969 e 1970 com a era de 1967)

Com a quantidade de discos fornecidos pela Casa da Moeda dos Estados Unidos temos os seguintes dados:

Discos fornecidos de 10 centavos

(entre 1968, 1969 e 1970).....207.636.018 unidades

Discos fornecidos de 20 centavos

(entre 1968, 1969 e 1970).....198.613.248 unidades

Retirando essa quantidade de 1970 e incluindo nas de 1967, já que foram cunhadas com essa era, corrigindo teremos a tiragem mais próximo dos números reais:

- 10 centavos – 1967 315.905.018
- 20 centavos – 1967 322.427.248
- 10 centavos – 1970 291.291.182
- 20 centavos – 1967 436.167.105

Infelizmente os dados só fizeram referência a compra das moedas de 10 e 20 centavos, com outras informações, seria possível atualizar os dados de tiragem, contudo fica claro que parte da tiragem de 1967 e do ano de cunhagem seguinte que consta nos catálogos, não é a tiragem real levando-se em conta a era constante nas moedas e se referem a sua produção.

Moeda brasileira cunhada em disco trocado de moeda estrangeira

Um dos erros na produção de moedas é a troca de discos entre os padrões cunhados, não é tão comum, mas existe em diversos padrões, facilmente identificado pelos parâmetros padrões, como diâmetro, espessura, peso e metal utilizado, por exemplo uma moeda de 20 centavos, ser cunhada no disco de 10 centavos.

Comprovadamente o Brasil precisou comprar discos que foram adquiridos da Casa da Moeda dos Estados Unidos e do Canadá, que também fornecia discos para diversas outras Casas da Moeda de vários países, conforme relatórios anuais apresentados.

No mercado vez ou outra aparecem moedas dessa série Cruzeiro Novo e Cruzeiro cunhadas em discos que não eram do padrão, mas que também não se enquadravam aos outros valores, então eram identificados como provas, por exemplo moedas cunhadas em disco de bronze.

Recentemente o numismata Robison Linneman, que coleciona especificamente discos lisos e trocados da numária brasileira se interessou pelo assunto e adquiriu um disco de 10 centavos de 1967 cunhado em disco de bronze e um disco de 20 centavos de 1967 cunhado em disco menor de cuproníquel, que não se enquadrava ao padrão nacional. Após fazer todas as aferições se identificou que tais discos correspondem a moeda de 1 cent americano e 5 centimos da Costa Rica.

Partindo desse princípio, abre-se caminho para se estudar e autenticar peças em coleções que antes eram consideradas como prova, com material e peso incompatíveis, não tendo nenhum sentido possuir o peso e material diferente. Notou-se na pesquisa e estudo que somente as datas 1967 e 1970 em moedas de 10, 20 e 50 centavos tem essa anomalia de cunhagem, compatível com a compra de discos dos EUA e Canadá. Uma curiosidade que pode deslocar essas peças para coleções de nível internacional, várias delas já foram certificadas, mas sem saber a procedência.





Moeda de 10 centavos a esquerda, cunhada no Brasil em disco de 1 cent americano de bronze*, com os mesmos padrões de metal e peso. A direita a moeda de 1 cent do mesmo ano colocado como exemplo. Coleção Robison Line.



Moeda certificada pela NGC, de 20 centavos de 1967 (cunhada em 1969), que não é compatível com os discos de moedas brasileiras, mas é compatível com o disco de 5 centavos da Costa Rica de 1969, de cuproníquel, com peso de 1,1 g., esse disco também era fabricado pela Casa da Moeda dos EUA (Denver) e provavelmente acabou se misturando com o discos enviados ao Brasil. Coleção Robison Line.

****Embora alguns cite como sendo de cobre, a composição do disco de 1 cent americano é classificado como de bronze (95% de cobre e 5% de zinco)***



Moedas de 10 e 20 centavos de 1970, cunhadas em disco de 1 cent americano, com os mesmos padrões de peso e metal. Coleção Gilberto Tenor



Em busca através de leilões realizados no Brasil e no exterior chegou-se a identificação de outras moedas com essas mesmas características.



Outras moedas brasileiras cunhadas em disco de cobre, apresentadas em leilão da Heritage Auction



Moeda de 1 cruzeiro em novo padrão monetário

Apesar de todas as alterações e inclusão do valor monetário na série do Cruzeiro Novo, a moeda de 1 cruzeiro acabou não circulando, pois em 15 de maio de 1970 houve nova reforma monetária, voltando a denominação de Cruzeiro com a sigla (Cr\$), que teve duração até 1986, divididas em três famílias. A primeira família, da qual nos atemos nesse artigo, continuou a cunhagem das moedas do padrão anterior até 1979, incluindo desta vez o valor de 1 cruzeiro cunhada em níquel em 1970, com diâmetro de 29mm, espessura de 1,70mm e peso de 10,80 g. e de 1974 a 1978 substituído por cuproníquel mantendo o diâmetro e espessura e o peso passou a ser 10,25g.



Moeda prova com a era de 1967, que não circulou nessa data. Embora estivesse desde o início previsto a sua circulação, ela só foi lançada em 1974, quando houve novamente a mudança de padrão para Cruzeiro



Moeda comemorativa de ouro, prata e níquel



Moedas comemorativas do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1 cruzeiro de níquel cunhada no Brasil, de prata (20 cruzeiros) e ouro (300 cruzeiros) cunhadas na França. Coleção Robison Line.

No meio da série, em 1972, foi comemorado o Sesquicentenário da Independência do Brasil e para isso determinado a cunhagem de moedas comemorativas, sendo 50.000 de ouro no valor nominal de Cr\$ 300,00; 500.000 moedas de prata, com valor nominal de Cr\$ 20,00 e 20.000.000 de moedas de níquel com valor nominal de Cr\$ 1,00, essas destinadas a circulação comum.

As moedas de ouro e prata foram cunhadas na França, diferenciando dois pequenos símbolos no reverso de uma coruja e uma cornucópia identificando a Casa da Moeda da França.

As três moedas apresentam o mesmo design que é totalmente diferente das outras moedas da série, e uma novidade dessas moedas foi a inscrição no bordo da legenda “Sesquicentenário da Independência do Brasil”.

Moedas Proof e espelhadas?

Moedas Proof tem uma produção especial onde a moeda apresenta fundo espelhado e relevos fosqueados. Embora não seja citado de forma oficial, encontramos esse padrão nas moedas de 1 centavo, 2 e 5 centavos de 1969. 1 cruzeiro comemorativa do Sesquicentenário de 1972. Estojos oficiais da Casa da Moeda do Brasil nos anos de 1977 e 1978, incluindo as moedas da FAO de 1 centavo, 2, 5, 10, 20 e 50 centavos, nesse mesmo estojo está a moeda de 1 cruzeiro que não é espelhada.



Essas moedas já são conhecidas entre vendedores e colecionadores e oferecidas em leilões.

Alterando o padrão para moedas da FAO

Uma série cheia de surpresas e agora incrementadas pela alteração do reverso das moedas de 1, 2 e 5 centavos, que eram os valores menores, relacionando com a campanha “Alimentos para todos”, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (Food For All). Sendo a primeira série das moedas da FAO no meio circulante brasileiro. Ficando da seguinte forma o seu design, a moeda de 1 centavo com



Primeira série de moedas cunhadas no Brasil para o programa da FAO. Coleção Robison Line.

motivo que representava o açúcar, a de 2 centavos a representação da soja e na de 5 centavos a carne. Elas entraram em circulação em setembro de 1975 pela resolução 326 de 2 de setembro de 1975, houve cunhagem nas eras de 1975, 1976, 1977 e 1978 nos 3 valores que substituíram os modelos das moedas de modelo anterior. Curiosamente a tiragem do ano de 1975 do padrão normal foi incluído com as moedas da FAO, não sendo possível identificar a tiragem correta de cada tipo, nos valores de 1, 2 e 5 centavos no ano de 1975.

(...) Já há algum tempo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) vem pleiteando, junto a este órgão, o lançamento, no meio circulante brasileiro de moedas metálicas cujas característica se relacionem com a campanha internacional desenvolvida pela Entidade (Food For All), destinada a estimular a produção de alimentos em todo o mundo."

Uma série criada e que se manteve no Regime Militar

A ditadura militar, sob o comando de governos militares, foi instaurada com o golpe militar que derrubou o governo do então presidente João Goulart. Esse período se iniciou em 1 de abril de 1964 se prolongando até 15 de março de 1985, quando José Sarney assumiu a presidência, dando início a Nova República, nesse período vários militares assumiram a presidência:

1964-1967 – Humberto de Alencar Castelo Branco

1967-1969 - Artur da Costa e Silva

1969-1974 - Emílio Garrastazu Médici *

1974-1979 - Ernesto Geisel

1979-1985 – João Figueiredo

(Médici curiosamente figurou na moeda comemorativa do sesquicentenário ao lado de Dom Pedro I, seguindo o padrão das moedas do centenário da independência de 1922, quando o Presidente Epitácio Pessoa figurou ao lado de dom Pedro I).

Resumo das alterações da série

A série teve diversas alterações e para exemplificar todas essas alterações, colocamos os valores na tabela abaixo, ficando mais fácil visualizar:

Data	Metal	Peso	Diâmetro	Espessura	Bordo	Tiragem				
1 centavo										
1967	Aço inox	2,63 g.	17 mm	1,50 mm	Liso	100.246.000				
1969		1,75 g. ⁽¹⁾		1,00 mm ⁽¹⁾		243.966.303				
1975							59.043.000 ⁽²⁾			
1975 (FAO)								112.000		
1976 (FAO)									100.000	
1977 (FAO)										50.000
1978 (FAO)										

1)A partir de 1969 com a redução da espessura, houve também alteração do peso. 2)Mesmo com a alteração do design, a tiragem das moedas de 1975 foram incluídas no montante das moedas da FAO, não sendo possível fazer essa separação.

2 centavos						
1967	Aço inox	3,25 g.	19 mm	1,50 mm	Liso	104.121.000
1969		2,21 g. ⁽¹⁾		1,00 mm ⁽¹⁾		252.839.303
1975						50.043.000 ⁽²⁾
1975 (FAO)						136.000
1976 (FAO)						100.000
1977 (FAO)						50.000
1978 (FAO)						

1)A partir de 1969 com a redução da espessura, houve também alteração do peso. 2)Mesmo com a alteração do design, a tiragem das moedas de 1975 foram incluídas no montante das moedas da FAO, não sendo possível fazer essa separação.

5 centavos						
1967	Aço inox	3,97 g.	21 mm	1,50 mm	Liso	98.532.000
1969		2,69 g. ⁽¹⁾		1,00 mm ⁽¹⁾		548.716.303
1975						85.123.000 ⁽²⁾
1975 (FAO)						93.644.000
1976 (FAO)						85.360.000
1977 (FAO)						34.090.000
1978 (FAO)						

1)A partir de 1969 com a redução da espessura, houve também alteração do peso. 2)Mesmo com a alteração do design, a tiragem das moedas de 1975 foram incluídas no montante das moedas da FAO, não sendo possível fazer essa separação.

Data	Metal	Peso	Diâmetro	Espessura	Bordo	Tiragem
10 centavos						
1967	Cupro-níquel	5,52 g.	23 mm	1,50 mm	Serrilhado	108.269.000
1970		4,78 g. ⁽¹⁾		1,30 mm ⁽¹⁾		498.927.200 ⁽³⁾
1974	Aço inox	4,22 g. ⁽²⁾		1,30 mm ⁽²⁾	Liso	114.598.153
1975						142.783.000
1976						129.060.000
1977						225.213.000
1978						225.000.000
1979						100.000.000

1)Em 1970 houve a redução da espessura e consequentemente a alteração do peso. 2)A partir de 1974, houve uma alteração do metal de cuproníquel para aço inox, o que alterou também o seu peso. 3) As moedas de 1968, 1969, parte de 1970, foram cunhadas com a era de 1967, mas essa tiragem foi incluída na era das moedas cunhadas como 1970. Portanto 1967 tem uma tiragem maior e 1970 é menos do que o apresentado.

20 centavos						
1967	Cupro-níquel	7,86 g.	25 mm	1,80 mm	Serrilhado	123.814.000
1970		6,65 g. ⁽¹⁾		1,50 mm ⁽¹⁾		634.780.353 ⁽³⁾
1975	Aço inox	5,67 g. ⁽²⁾		1,50 mm ⁽²⁾	Liso	102.386.000
1976						65.687.000
1977						240.001.000
1978						225.000.000
1979						116.000.000

1)Em 1970 houve a redução da espessura e consequentemente a alteração do peso. 2)A partir de 1975, houve uma alteração do metal de cuproníquel para aço inox, o que alterou também o seu peso. 3) As moedas de 1968, 1969, e parte de 1970, foram cunhadas com a era de 1967, mas essa tiragem foi incluída na era de 1970. Portanto 1967 tem uma tiragem maior e 1970 é menos do que o apresentado.

50 centavos						
1967	Níquel	8,74 g.	27 mm	1,70 mm	Serrilhado	13.089.000
1970	Cupro-níquel	7,71 g. ⁽¹⁾		1,50mm ⁽¹⁾		440.643.353 ⁽⁴⁾
1975						134.454.000 ⁽³⁾
1975	Aço inox	6,65 g. ⁽²⁾		1,50mm ⁽²⁾	Liso	135.781.000
1976						160.010.000
1977						200.000.000
1978						104.000.000
1979						

1)Em 1970 houve a redução da espessura e a troca do metal do disco para cuproníquel e consequentemente houve a alteração do peso. 2)A partir de 1975, houve uma alteração do metal de cuproníquel para aço inox, o que alterou também o seu peso. 3) As moedas de 1968, 1969, e parte de 1970, foram cunhadas com a era de 1967, mas essa tiragem foi incluída na era de 1970. Portanto 1967 tem uma tiragem maior e 1970 é menos do que o apresentado. 4) Em 1975 houve a troca do metal do disco de cuproníquel para aço inox, contudo a tiragem desses dois metais foram somados não sendo diferenciar o total de cada metal

Data	Metal	Peso	Diâmetro	Espessura	Bordo	Tiragem
1 cruzeiro						
1970	Níquel	10,08g.	29 mm	1,70mm	Serrilha- do	53.273.000
1974						24.135.256
1975	Cupro- níquel	10,25g. ⁽¹⁾				21.613.000
1976						26.146.000
1977						98.000
1978						77.000

1)A partir de 1975, houve uma alteração do metal de níquel para cuproníquel, o que alterou também o seu peso.

Novo Padrão do cruzeiro de Aloísio Magalhães

Em Junho de 1976 estava sendo constituído um grupo de trabalho integrado por representante do MECIR, da Casa da Moeda e por equipe de designers supervisionada pelo prof. Aloísio Magalhães, para a realização de estudos visando à reformulação de cédulas e moedas, que passaram a utilizar temas ligados à riqueza vegetal e animal do Brasil e entraram em circulação em 1979, reformulação de todo o design, mas mantendo contudo os discos de aço, iniciava uma nova fase de cunhagem nas moedas do Brasil utilizando esse metal.

Referências

Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/11/1965, Página 11729 (Publicação Original)
Coleção de Leis do Brasil - 1965, Página 25 Vol. 7 (Publicação Original)
Domestic and Foreign Coins Manufactured by Mints of the United States 1793-1973, Departamento f the Treasury, Bureau of the Mint, US Government Printing Office, 1974
O dinheiro brasileiro – desde a criação do Banco Central do Brasil, 1964 a 1999.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 30ª sessão, realizada em 16 de fevereiro de 1966.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 68ª sessão, realizada em 08 de fevereiro de 1967.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 70ª sessão, realizada em 23 de fevereiro de 1967.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 92ª sessão, realizada em 20 de dezembro de 1967.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 148ª sessão, realizada em 27 de janeiro de 1970.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 154ª sessão, realizada em 14 de abril de 1970.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 188ª sessão, realizada em 23 de março de 1972.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 195ª sessão, realizada em 14 de agosto de 1972.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 228ª sessão, realizada em 16 de maio de 1974.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 229ª sessão, realizada em 31 de maio de 1974.
Banco Central do Brasil. Ata CMN, Ata 238ª sessão, realizada em 24 de outubro de 1974.
<https://coins.ha.com/itm/brazil/brazil-republic-4-piece-lot-of-uncertified-mint-errors-total-4-coins-/a/231934-64193.s>
https://www.coincommunity.com/us_other_countries/brazil.asp



A CASA DA MOEDA DE SALVADOR DA BAHIA, A PRIMEIRA DO BRASIL

The Salvador of Bahia Mint, the first in Brazil

Pedro Damián Cano Borrego¹

RESUMO

Problemas com a circulação monetária na Colônia do Brasil no fim do século XVII com a retirada de circulação das moedas de prata espanholas, conduziu à produção de um sistema monetário para circular nas terras portuguesas da América. A decisão conduziu ao estabelecimento da Casa da Moeda do Brasil, na Bahia, cidade de Salvador, onde se situava a Alfândega, no Largo do Paço, situado na Cidade Alta, na atual esquina da Rua da Misericórdia com a Ladeira da Praça. As moedas em circulação foram cunhadas novamente e convertidas em moeda provincial. Os padrões de desenho sofreram algumas alterações ao longos dos reinados, principalmente no período do Reino Unido e Império, contudo o sistema monetário utilizado foi mantido até o século XIX.

Palavras-chave: Casa da Moeda do Brasil, Casa da Moeda da Bahia, em Salvador

ABSTRACT

Problems with monetary circulation in the Colony of Brazil at the end of the seventeenth century, with the withdrawal of Spanish silver coins from circulation, led to the production of a monetary system to circulate in the Portuguese lands of America. The decision led to the establishment of the Brazilian Mint, in the city of Salvador, where the Customs House was located, in Largo do Paço, located in Cidade Alta, on the current corner of Rua da Misericórdia and Ladeira da Praça. The coins in circulation were minted again and converted into provincial currency. The design patterns were preserved until the nineteenth century.

Keywords: Brazil Mint, Salvador Mint

Recebido em 12/12/2023.

Aceito em 07/03/2024.

¹Doutor em História e Arqueologia, Faculdade de Geografia e História da UCM, 2018. Diploma de Estudos Avançados, Faculdade de Geografia e História, UCM, 2005. Especialista em Tecnologia de Energia, Ciências da Informação, UCM, 1997. Certificado de Aptidão Pedagógica, UCM, 1996. Diploma em Gestão De Contabilidade Administrativa, CEF, 1994 Mestrado em Direito Comunitário Europeu, UCM, 1993. Bacharel em Direito, U.C.M, 1992

Graves problemas monetários afligiam a circulação monetária no Brasil na segunda metade do século XVII. Sua grande extensão e suas comunicações deficientes tornavam os pagamentos extremamente difíceis. Também carecia de numerário próprio, e o hábito de carimbar novamente as moedas em circulação de outros países, e principalmente as moedas de prata da América espanhola, acarretava um verdadeiro caos circulatório. Soma-se a isso a decisão da Coroa portuguesa de retirar de circulação a moeda de prata cunhada por Felipe II e III de Espanha, em 1655.

Esta situação fez com que os Governadores Gerais das diferentes Capitâneas brasileiras, os representantes das Câmaras e dos Conselhos e até os membros da nobreza levantassem ao monarca de Portugal Pedro II, inúmeras e sucessivas representações relacionadas com a escassez monetária. De acordo com os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino da República Portuguesa, em 4 de abril de 1690, o Conselho Ultramarino emitiu seu parecer sobre a falta de moedas usadas para transações menores no Brasil.

Outro documento preservado no mesmo arquivo, uma carta datada de 19 de julho de 1692, enviada pelos Funcionários da Câmara da Bahia ao rei D. Pedro II, informava ao monarca o estado miserável em que se encontrava esta cidade com a queda da moeda, executado em todo o Brasil, exceto São Paulo, para grande desgosto de seus moradores. O Governador da cidade, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, expediu a Representação em 4 de julho do mesmo ano em que apresentava três razões para a instalação da Casa da Moeda: o prejuízo ao comércio, a consequente diminuição da produção açucareira e a necessidade para pagar ofícios, cargos e dignidades.

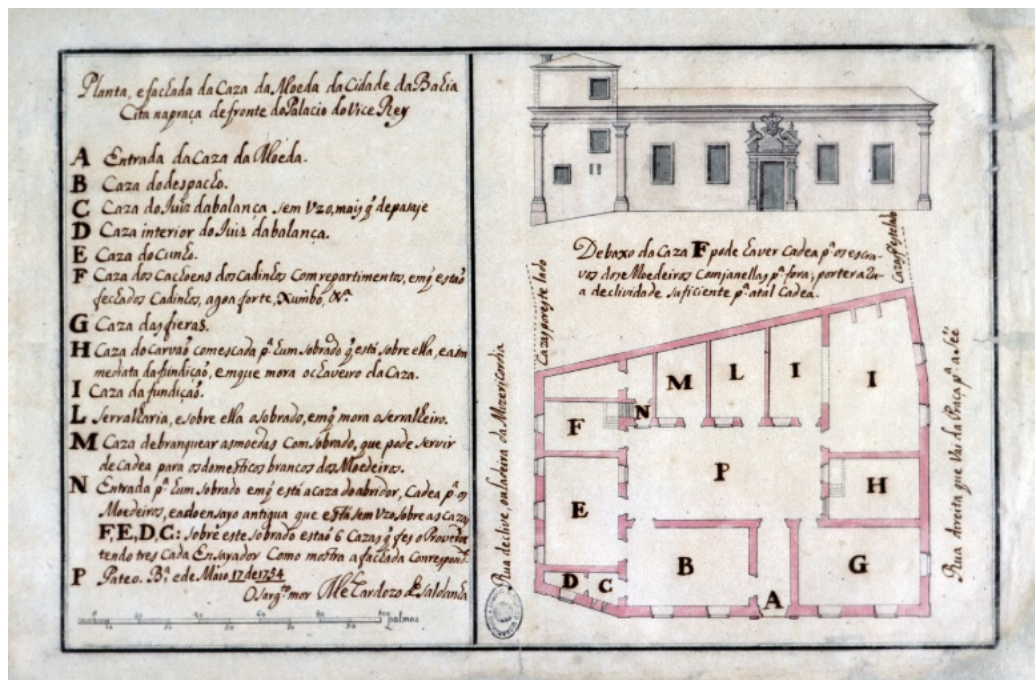
Pedro II de Portugal finalmente entendeu que era necessário dotar os territórios brasileiros de um sistema monetário próprio e diferenciado, uma moeda provincial. Para o seu trabalho, ao contrário do que acontecia na Monarquia Hispânica, tiveram de utilizar selos próprios e diferentes dos utilizados em Portugal, sendo proibida a exportação deste novo numerário.

Diante dessas circunstâncias, decidiu-se pela criação da primeira Casa da Moeda em território brasileiro, pela Lei de 8 de março de 1694. Esta bela cidade foi estabelecida como a primeira sede. Para a sua edificação, foi escolhido o local onde se situava a Alfândega, no Largo do Paço, situado na Cidade Alta, na atual esquina da Rua da Misericórdia com a Ladeira da Praça. O edifício que ocupava foi demolido no século XIX e no seu local foi construída uma biblioteca pública.



A full-length portrait of King D. Pedro II of Portugal. He is depicted standing, facing slightly to the left but looking towards the viewer. He has long, dark, wavy hair and a serious expression. He is wearing a dark, possibly black, armor or tunic with a prominent red cloak draped over his left shoulder and around his waist. The cloak has a wide, fur-trimmed collar. He is also wearing a blue and gold collar and a large, ornate cross pendant. His right hand is on his hip, and his left hand is extended, pointing towards the right. The background is dark and indistinct, with a bright light source on the right side, creating a strong highlight on the right side of his face and the folds of his cloak.

*D. Pedro II
de Portugal*



Planta, elevação e descrição da Casa da Moeda da Bahia

Em 1694, D. Pedro II, ordenou que todas as moedas em circulação no Brasil fossem enviadas à Casa da Moeda da Bahia para serem cunhadas novamente e convertidas em moeda provincial. Foi decidido que, na medida do possível, esta casa da moeda seria regida pelas portarias da casa da moeda de Lisboa. Erguido com o propósito de cunhar moeda provincial para o território brasileiro e unificar o sistema monetário, o monarca renunciou à cobrança da senhoriagem que lhe era devida. A sua gestão era confiada a um Provedor, que também exercia as funções de juiz do estabelecimento, substituído nos impedimentos pelo Escrivão da Receita. Outros oficiais eram o ensaiador, o fundidor, o afinador, o abridor de moldes e o tesoureiro.

As primeiras moedas cunhadas de ouro e de prata não tiveram letra monetária para identificar a Casa cunhadora, por ser a primeira, posteriormente foi adotado a letra “B” para identificar a Casa da Moeda da Bahia, mas em outros períodos. O seu primeiro cunhador foi o português José Berlinque, nomeado a 6 de maio do mesmo ano, sendo posteriormente substituído por um ourives brasileiro, Domingos Ferreira de Azambuja. As primeiras moedas foram cunhadas em 5 de janeiro de 1695, e continuou operando até ser transferida para o Rio de Janeiro em 1698. Neste período foram cunhadas moedas de ouro de 1.000, 2.000 e 4.000 réis de facial, com escudo de armas coroadado no anverso e a legenda PETRVS II DG PORTVG REX e valor da moeda em algarismos arábico à esquerda do escudo e três rosetas à sua direita. Trazem no reverso uma cruz circundada por uma borda adornada, e a legenda circular ET BRASILIAE DOMINVS ANNO (data).

*A Casa da Moeda em
uma foto antiga*





Moeda de ouro de 4000 réis, 1697, cunhada na Casa da Moeda da Bahia

Foram cunhadas em prata, ou melhor, foram cunhadas de novo, uma vez que a maioria das peças eram velhas moedas de prata das casas da moeda da Monarquia Espanhola e foram fundidas para a produção dos discos a serem cunhados, duas patacas de 640 réis, uma pataca de 320 réis, meia pataca de 160 réis, 4 vinténs de 80 réis, 2 vinténs de 40 réis e um único vintém de 20 réis. No anverso também ostenta o brasão e a legenda PETRVS II DG PORT REX ET BRA S D, o valor nominal à esquerda e rosetas à direita (três rosetas na moeda de 640 réis, duas rosetas no 320 e 160 réis, uma roseta no 80 e 40 réis e um ponto no 20 réis), e a data dividida em ambos os lados do escudo. No reverso está a cruz da Ordem de Cristo e a famosa esfera armilar, tão importante na heráldica portuguesa até hoje, e a legenda STAB SVBQ SIGNATA. Esses designs foram preservados até o século XIX, com algumas alterações no período do Reino Unido e no período Imperial.



Moeda de prata de 640 réis, 1695 e 1698, cunhadas na Casa da Moeda da Bahia



ORCID COMO REGISTRO DE INVESTIGADORES Y ESCRITORES NUMISMÁTICOS BOLIVIANOS EN MEDIOS ONLINE Y ESCRITOS

ORCID AS A RECORD OF BOLIVIAN NUMISMATIC RESEARCHERS AND WRITERS IN ONLINE AND PRINT MEDIA

Jhon Sebastián Medina Alcázar*

RESUMEN

ORCID u ORCID ID siendo un identificador persistente, único y gratuito (PID)⁽¹⁾ como un proveedor de identidades a autores de investigación, libros y/o artículos; presenta una ausencia demostrable de autores numismáticos bolivianos, siendo una consideración a tener en cuenta con relación a la producción de Revistas Numismáticas, artículos y libros que se presentan hasta la actualidad en nuestro país, quedando dicha producción en un identificador internacional como ORCID, en desconocimiento, por consiguiente a sospechar que queda la producción anteriormente mencionada en el olvido.

Palabras clave: Numismática, ORCID, Bolivia, Autores Bolivianos.

SUMMARY

ORCID or ORCID ID being a persistent, unique and free identifier (PID) as an identity provider to authors of research, books and/or articles; presents a demonstrable absence of Bolivian numismatic authors, being a consideration to take into account in relation to the production of Numismatic Magazines, articles and books that are presented to date in our country, leaving said production in an international identifier such as ORCID, unknown, therefore to suspect that the aforementioned production remains in oblivion.

Keywords: Numismatics, ORCID, Bolivia, Bolivian Authors.

Recebido em 07/03/2024.

Aceito em 20/03/2024.

*Residente de Medicina na Universidade Autônoma Gabriel Rene Moreno. Colecionador de moedas, notas, selos, livros e documentos sobre estados extintos e campanhas militares na Bolívia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6092-6302>

Políticas y soporte ORCID

“El control individual es un principio central del programa ORCID Trust: usted controla qué información se agrega y elimina de su registro ORCID, con un control detallado sobre la visibilidad de la información y control sobre qué organizaciones e individuos de confianza (“partes de confianza”) pueden acceder a su registro para leer, escribir o actualizar su información.

Nuestra política y prácticas de privacidad son revisadas anualmente por un auditor independiente, que ha verificado nuestro cumplimiento con el Escudo de privacidad. También trabajamos para garantizar sus derechos como usuario bajo el Reglamento General de Protección de Datos (RGPD) de la Unión Europea. Obtenga más información sobre los procesos y políticas de seguridad de ORCID.”⁽¹⁾

Configuración de visibilidad de registros ORCID

La visibilidad pública es inmediata una vez se realiza los pasos de edición de los datos, siendo una función personal la edición de los datos, además, la información agregada por instituciones de confianza será visible para ellos, previos permisos concedidos igualmente podrán actualizar la información que agregaron.

Hay tres configuraciones de visibilidad: **todos**, **organizaciones e individuos de confianza** o **solo yo**.

First Name: Tito Ronald, Last Name: Medrano Arauz, Institution Name: Círculo Numismático de Santa Cruz, Keyword: [empty]

☐ Also search other name fields

ORCID ID: [empty]

SEARCH

No results found. Please edit your search terms.

ORCID Connecting research and researchers

ABOUT FOR RESEARCHERS MEMBERSHIP DOCUMENTATION RESOURCES NEWS & EVENTS

Showing 50 of 689 results.

ORCID ID	First Name	Last Name	Other Names	Affiliations
0000-0002-8232-0029	Ignacio	Garrón		Banco Central de Bolivia, Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos A.C, European Economic Association, Universidad Privada Boliviana, Universitat Pompeu Fabra, Universitat de Barcelona
0000-0002-7554-4876	Garrón	Dódel		Keele University, Monash University, University of Manchester, University of Melbourne
0000-0003-4700-8096	GARRÓN			

Imagen 2: Búsqueda con filtros avanzados en ORCID de un autor numismático boliviano.

Fuente: Recopilatorio parte del trabajo.⁽²⁾

Conclusiones

Mediante la revisión sistemática en orden normal y con filtros avanzados se ha presenciado la aparente inexistencia en primera vista en la plataforma de identificación de datos ORCID, con respecto a autores y/o investigadores numismáticos bolivianos, siendo de importancia brindar un tiempo a la introducción de datos para la difusión académica de los conocimientos presentados en nuestras revistas de Círculos Numismáticos, Uniones Numismáticas y Sociedades Numismáticas a nivel nacional, como una forma de aumentar el reconocimiento internacional y como búsqueda de aplicación de un sistema de identificación de datos de producción en la rama de la numismática en Bolivia para una mejora a futuro.

Bibliografía

- ORCID visibility settings. [online] ORCID. Available at: < <https://support.orcid.org/hc/en-us/articles/360006897614-Visibility-settings>> [Accessed 7 August 2023].
- ORCID search. [online] ORCID. Available at: < <https://orcid.org/orcid-search/search?search-Query=>> [Accessed 7 August 2023].
- ORCID researchers. [online] ORCID. Available at: < <https://info.orcid.org/es/investigadores/#why>> [Accessed 7 August 2023].



MICRO-HISTÓRIA E NUMISMÁTICA: ESBOÇO DE UMA APROXIMAÇÃO

MICROHISTORY AND NUMISMATICS: draft of an approximation

Lucas Hendricus Andrade Van den Boomen*

RESUMO: O presente artigo trata da relação da numismática com a micro-história, uma abordagem ou corrente historiográfica surgida na Itália na década de 1970. O objetivo da pesquisa foi aproximar as duas áreas, discutir essa aproximação, para enfim indicar a micro-história como uma metodologia, ou ao menos um norte, apto a ser utilizado em pesquisas que envolvam numismática e histórica, levando-se em conta o “enfoque microscópico” do objeto de estudo. Para tanto, recorremos a obras e autores de referência dessa abordagem como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg.

Palavras-chave: Micro-história. Numismática. Metodologia. Historiografia. Paradigma Indiciário.

ABSTRACT: This article deals with the relationship between numismatics and microhistory, a historiographical approach or current that emerged in Italy in the 1970s. The objective of the research was to bring the two areas together, discuss this approach, and finally indicate microhistory as a methodology, or at least a guide, capable of being used in research involving numismatics and history, taking into account the “microscopic focus” of the object of study. To do so, we use renowned works and authors of this approach such as Giovanni Levi and Carlo Ginzburg.

Keywords: Microhistory. Numismatics. Methodology. Historiography. Evidential Paradigm.

Recebido em xx/xx/xxxx.
Aceito em xx/xx/xxxx.

Associado efetivo da Sociedade Numismática Brasileira. Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduado em Direito Previdenciário e Prática Previdenciária pela Faculdade Legale. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Advogado, Consultor Previdenciário e Numismata. Membro do Studium Iuris - Grupo de Pesquisa em História da Cultura Jurídica (CNPq/UFMG). Vice-Presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG) - Subseção Contagem. Membro da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG) - Subseção Contagem. E-mail: lucas.vandenboomen@hotmail.com.

1. Primeiras palavras

A ideia inicial para este artigo surgiu de uma constatação e uma preocupação: a constatação do crescimento exponencial dos estudos numismáticos e do mercado editorial brasileiro em torno do tema nos últimos anos, bem como a preocupação relacionada ao aprimoramento do *status* científico, a aceitação e a respeitabilidade da numismática no meio acadêmico nacional.

Por essas duas razões, este texto tentará oferecer uma alternativa de metodologia historiográfica que pode ser utilizada em trabalhos no qual ocorra a convergência entre a numismática e a história.

O importante é frisar que no seio da escrita científica e da pesquisa, historiografia e método caminham lado a lado, assim como o zelo, a responsabilidade e o compromisso ético na interpretação de fontes históricas. Antes de começarmos, uma segunda constatação: o crescimento qualitativo dos estudos numismáticos no Brasil, certamente será proporcional ao engrandecimento da comunidade numismática nacional, formada por dedicados colecionadores, pesquisadores e entusiastas. Que fique claro que a micro-história italiana não é a única “moldura” possível. Esse é apenas o esboço de uma aproximação

2. Introdução

“Os antiquários adoravam fatos disparatados e obscuros. Mas por trás dos itens individuais, aparentemente não relacionados, estava a Antiguidade, misteriosa e augusta. Implicitamente, todo antiquário sabia que estava destinado a acrescentar alguma coisa à imagem da Antiguidade. Na prática isto significava que os fatos individuais eram colecionados e separados com uma perspectiva de um levantamento geral futuro daquelas instituições, costumes, cultos, a respeito dos quais as moedas e as inscrições eram consideradas como as evidências mais importantes” (MOMIGLIANO, 2004, p. 90).



Figura 1 - O cambista e a sua mulher (1514), pintura a óleo sobre madeira de Quentin Matsys (1466-1530).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Massysm_Quentin_%E2%80%94_The_Moneylender_and_his_Wife_%E2%80%94_1514.jpg.

A partir da década de 1970, desenvolveu-se na Itália uma nova prática historiográfica em torno da revista “*Quaderni Storici*” e da coleção “*Microstorie*”. Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, com seu paradigma indiciário, e Edoardo Grendi¹ trouxeram um inovador procedimento analítico de “redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI, p. 136, 1992); uma resposta à história total e a longa duração da Escola francesa dos *Annales*. Antes, as diversas

¹Vide: GIULI, Matteo. Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 76, pp. 137-162, dez. 2017.

gerações de *annalistes* (March Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Jacques LeGoff, Michel de Certeau...) haviam desafiado os preceitos da história política e da história das ideias.

“Já não se deveriam investigar os “grandes homens” ou as “ideias”, mas sim estruturas sociais, processos demográficos, instrumentos de educação e formação, modelos de profissionalização, novas classes, como a dos “empregados”, o comportamento eleitoral etc. Frente à história social orientada às macroestruturas, apresentou-se logo a micro-história, a história da vida cotidiana e da cultura, buscando-se documentos pessoais, inclinando-se com lente de aumento sobre pequenas unidades sociais, tentando-se iluminar estruturas familiares, aventurando-se, inclusive, na visão em forma de história psicológica sobre motivações e pseudomotivações, sacando-se a luz do dia do reprimido, dedicando-se às complexas influências recíprocas entre linguagem e imagem” (STOLLEIS, 2020, p. 34).

A micro-história recebe aportes da antropologia e também conversa com a arqueologia. Seu aspecto “micro” diz respeito a uma reflexão sobre as escalas de análise. Essa reflexão não parte dos objetos em si, mas sim do modo de encará-los. Tem mais a ver com um olhar detalhista do que propriamente com a “medida”, o “tamanho” ou as “dimensões” do objeto estudado².

²Ribeiro (2019) afirma que Arnaldo Momigliano, ainda na década de 1950, previu a mudança na forma como a história estava sendo praticada fora da arqueologia e o futuro declínio da Escola dos *Annales*, em favor de uma nova escola de pensamento que privilegiaria a narrativa, os estudos de caso e a pesquisa qualitativa. Momigliano é um grande estudioso do antiquarismo (*antiquarianism*), movimento que existiu até meados do século XIX e possuía estreita ligação com a numismática. Na lógica dos estudos antiquários, as moedas eram fontes históricas privilegiadas: “Como o grande espanhol Antonio Agustín havia escrito em um trabalho publicado em 1587, [...] nada poderia ser mais confiável do que as moedas romanas – documentos oficiais garantidos pelas próprias autoridades romanas” (MOMIGLIANO, 2004, p. 89). A obra “*De Asse et Partibus eius*” (1514) de Guillaume Budé, antiquário renascentista, além de constituir um dos textos fundadores do humanismo erudito francês, foi pioneira no estudo das moedas. Naquele período a numismática ficou conhecida como o “hobby dos reis”, devido a sua popularidade entre a realeza e a nobreza europeias. O interesse inicial concentrou-se nas moedas gregas, romanas e bizantinas, o que hoje se conhece como “numismática clássica”. Poderia haver um traço de uma proto-micro-história no trabalho realizado pelos antigos antiquários que partiam do âmbito particular para o âmbito geral na descrição de suas antiguidades de estimação?

Encolhendo o campo de observação (REVEL, 1998, p. 25), tem-se que a história de um indivíduo pode ser o suficiente “para fazer aparecer regularidades nos comportamentos coletivos de um grupo social particular sem perder aquilo que cada um tem de singular” (REVEL, 1998, p. 33-34). O mesmo pode ser dito sobre os artefatos físicos que compõem a cultura material de um povo: nestes estão inclusos as moedas, as medalhas e as cédulas de dinheiro, os objetos privilegiados de análise na numismática.

3. Os objetos monetiformes sob o “microscópio”

Parafraseando uma analogia feita por Artur Ribeiro (2019), podemos dizer que um agente não usa uma moeda porque ela é significativamente constituída. Em vez disso, um agente usa uma moeda porque vive em um contexto em que ele precisa de um objeto pecuniário em substituição ao escambo, e a compreensão deste contexto pode ser alcançada pensando nas sociedades passadas em termos macro e micro-históricos.

A variação de escala permite passar de uma história para outra (ou outras) (REVEL, 1998): pensemos num detalhe quase invisível constituído por uma sigla cunhada no anverso de uma moeda³. Duas letras minúsculas apostas num pedaço de metal de proporções milimétricas. A sigla se refere ao gravador daquela peça, o abridor do cunho na casa da moeda, responsável pela iconografia que orna os dois lados da peça. Uma espécie de “assinatura do artista” que domina a técnica de desenho e gravura em metal. Hoje já se fala em biografias de grandes gravadores (Zeferino Ferrez, Christian Lüster, Leopoldo Campos e Calmon Barreto, por exemplo), bem como do valor artístico do trabalho realizado. A presença ou a ausência do monograma de um gravador numa dada peça de um ano específico pode até mesmo determinar sua raridade e uma consequente supervalorização entre o mercado de colecionadores.

Nessa empreitada intelectual, algum conhecimento sobre epigrafia numismática pode ser de grande ajuda. Trata-se do estudo das inscrições contidas nas moedas sob diversos aspectos: a disposição da legenda no disco monetário, a língua e o alfabeto utilizados, a presença de monogramas, abreviaturas e datas, possíveis marcas de moedeiros e oficinas monetárias, bem como a indicação do valor de face. Sinais pequenos, é verdade, mas de

³<http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/siglas1.asp>

grande relevância histórica!

É de se notar: a escala “micro” do enfoque micro-histórico não tem relação com a pequenez corpórea, fisicamente tangível, das moedas metálicas, que as fazem caber na palma da mão ou no interior de um bolso de uma roupa qualquer, mas, novamente, com o modo de encarar esses artefatos, apreender a história que carregam e escrever uma narrativa.

Se os objetos são mudos e necessitam ser interpretados, as argumentações devem ser fundadas sobre sinais e indícios. Convenhamos que um *solidus* de ouro da Roma Antiga não pode sozinho contar sua história. A lógica “é assimilável, como escreve Ginzburg, à lógica de Sherlock Holmes ou ao comportamento do caçador que pelos rastros chega ao animal; exerce-se não sobre o caráter incontestado da dedução racional mas sobre o caráter persuasivo do razoável” (COSTA, 2010, p. 75-76). Os objetos não permitem um suposto acesso privilegiado à “verdade histórica”, mas o seu caráter indiciário aproxima a atividade do historiador a atividade do juiz que interpreta as provas existentes num processo judicial.

Para utilizar outra analogia, vejamos a seguinte citação:

“G. Levi gosta de comparar seu trabalho com o da heroína de uma novela de Henry James intitulada *In the cage*: telegrafista trancada atrás de seu guichê, ela reconstrói o mundo exterior a partir das migalhas de informação que recebe a fim de transmitir. Ela não as escolhe, mas tem que produzir inteligibilidade a partir delas. Mas a parábola tem limites que é importante marcar: pois o que distingue o historiador da telegrafista de James é que, sendo tão desmuniado quanto ela, ele sabe que sua informação é uma escolha dentro da realidade que lhe é imposta, à qual ele acrescenta as suas próprias escolhas. Dessa série de vieses sucessivos, ele pode tentar medir os efeitos, e tirar deles as necessárias consequências” (REVEL, 1998, p. 37).

Apenas a título de exemplo, podemos questionar quantos sinais e indícios de relevo histórico podem fornecer cada uma das milhares variantes locais dos *notgelds* alemães (dinheiro de emergência) do período de hiperinflação após a primeira guerra mundial, ou, da mesma forma, os detalhes contidos na grande variedade de cédulas emitidas por bancos particulares

durante a crise do “encilhamento” na Primeira República, período no qual Rui Barbosa foi ministro da fazenda. Imaginemos o potencial da pesquisa micro-histórica no estudo das botijas enterradas há séculos e dos “tesouros monetários”⁴, revelando traços das trocas ocorridas numa pequena aldeia, traços da vida de seus personagens e, conseqüentemente, dos comportamentos coletivos daquele grupo social.

Conforme Ribeiro (2024, p. 8) “os sítios [arqueológicos] não são apenas registros fósseis de dinâmicas culturais passadas, mas muito mais, a ideia de vestígios é o reconhecimento da atividade humana – de pessoas fazendo e agindo de maneiras que deixam um sinal para ser lido” (RIBEIRO, 2024, p.8, tradução nossa⁵). Para exemplificar, podemos citar o caso das “balastracas” da Guerra do Paraguai (1864-1870): moedas de prata de maior valor cortadas ao meio ou divididas em quatro pedaços para servir de troco nas pequenas transações diárias devido à falta de moeda divisionária no meio circulante.

Esse tipo de escassez é comum durante os conflitos bélicos, levando outras vezes a emissão de dinheiro de emergência ou ao derretimento e reutilização do metal amoeado no esforço de guerra. De qualquer modo, um arqueólogo profissional, ou até mesmo um detectorista amador, que encontrasse uma pequena bolsa enterrada, recheada de pedaços de moedas desfiguradas, poderia ser levado a pensar que se tratava de um mero ato de vandalismo. Todavia, por detrás da aparência e do não dito se esconde o cotidiano dos soldados do maior e mais letal conflito armado da história da América Latina, informado por uma pequena balastraca! Cabe aqui o pertinente comentário de Levi (2015, p. 247): “A micro-história tem sido infeliz porque sugere que estudemos coisas pequenas. Mas não, estudamos coisas grandes com o microscópio. Buscamos saber quantas coisas importantes acontecem quando aparentemente não acontece nada” (LEVI, 2015, p. 247).

⁴“Um grupo de moedas retiradas da circulação por algum motivo (guerra, poupança, etc...) e escondido, em geral enterrado, em um local de difícil acesso. Basicamente, o tesouro nos informa sobre a circulação monetária do local no momento de seu enterramento: a sua composição revela quais moedas circulavam em um mesmo momento, numa mesma área. As informações oferecidas pelo estudo da composição dos tesouros monetários são indispensáveis para o conhecimento da proporção de moedas que circulavam na antiguidade, bem como da difusão das espécies monetárias” (FLORENZANO, 1984, p. 53-54).

⁵Sites are not just fossil records of past cultural dynamics, but much more, the idea of traces is the recognition of human activity – of people doing and acting in ways that leave a sign to be read.



Figura 2 – Balastraca de 200 Réis sobre moedas espanhola de 2 Reales (1801) do Rei Carlos IV (1788-1808). Fonte: Filatélica Junge Leilões.

Segundo Jacques Revel (1998, p. 16), “o caráter extremamente empírico da abordagem explica que mal exista um texto fundador, um mapa teórico da micro-história. É que ela não constitui um corpo de proposições unificadas, nem uma escola, menos ainda uma disciplina autônoma, como muitas vezes se quis crer”. Além disso, existe liberdade em relação ao gênero escolhido para a narrativa a ser produzida. Durante muito tempo, a escrita da história se referiu “sem nem sempre o saber, ao modelo clássico do romance, cujo autor-organizador conhece e domina soberanamente os personagens, suas intenções, suas ações e seus destinos” (REVEL, 1998, P. 35). Não obstante, o clássico o “O Queijo e os Vermes”, de Carlo Ginzburg, foi composto como um inquérito judicial!

Logo, sob essa abordagem micro-histórica – não tão amarrada teoricamente, mas convicta da necessidade de ampliação da escala de análise - há espaço para a criatividade na escolha de procedimentos de exposição e técnicas de narrativa para tratar de temas extremamente específicos da numária como as casas de fundição, as grandes coleções e seu despojo *post mortem* em leilões (lembremos de Julius Meili, o pai da numismática brasileira), as peças falsificadas de época, as provas e ensaios monetários, a pátina em moedas, os *restrikes*, os carimbos particulares, as siglas de gravadores, as fitas de medalhas, os cunhos, os erros e anomalias, bem como os acervos museológicos, os eventos e congressos, os escritores e pesquisa-

dores que se dedicaram e se dedicam a essa ciência, os artistas responsáveis pela iconografia das peças, as datas comemorativas próprias, a bibliografia especializada e o estado da arte da disciplina ou ainda as associações civis dedicadas a numismática, como a centenária “Sociedade Numismática Brasileira”, fundada em 1924. Cada minúcia temática, por mais singela que pareça, pode ser revelada quando a imagem é ampliada através da lente que foca o objeto de estudo. A micro-história permite essa ampliação.

4. Considerações finais

Passemos agora a um exercício de divagação. É sabido que a gênese da moeda em terras brasileiras remonta ao período das invasões holandesas no século XVII. Quando as pioneiras moedas obsidionais da Companhia das Índias Ocidentais pararam de circular, quando já não podiam comprar mais nada em qualquer quitanda do Recife, qual terá sido a alma antiquária que preferiu guardá-las ao invés de derretê-las pelo seu conteúdo em ouro?

Se o dinheiro foi feito para circular no mercado, substituir o escambo, passando por diversas mãos, certamente um interesse incomum animou aquele que, pela primeira vez, quis interromper o curso natural da circulação monetária guardando aquele pedaço de metal reluzente para si, não pelo seu poder de compra, mas sim pelo valor intrínseco que o mesmo enxergava naquele pequeno objeto metálico que viria a se tornar de estima, sendo cultivado como relíquia pessoal, futura herança e legado material, tesouro de família, vestígio do passado ou até mesmo como testemunha inanimada dos acontecimentos históricos.

Aquele que primeiro juntou moedas num lugar seguro, não por ganância, avariza ou cobiça, mas, por outro lado, as tratou com apreço por razões além do seu valor de face, foi o colecionador precursor. Seu nome é desconhecido, mas, caso não fosse, sua vida certamente poderia embasar uma bela biografia de contornos micro-históricos.

Friedrich Nietzsche, citando Aristóteles em um fragmento póstumo, dizia: “Há principalmente duas coisas que suscitam nos homens cuidados atentos e afetuosos: o fato de ser o único proprietário de uma coisa e a raridade da coisa possuída, raridade que torna esta coisa cara ao seu proprietário” (NIETZSCHE, 2005, p. 205).

Para além da poesia contida na relação do colecionador com as preciosidades de sua coleção, vale dizer, de forma bem menos poética, que a escri-

ta científica exige um pano de fundo (ou um alicerce) metodológico. Apesar da atual ausência de trabalhos que façam a aproximação aqui esboçada, a aposta deste texto é que a micro-história italiana possui grande potencial como um método plausível (ou um caminho possível) para o campo dos estudos numismáticos. Com o perdão do trocadilho, questiono: será a escolha de um enfoque micro-histórico capaz de revelar “a outra face da moeda”?

Referências bibliográficas

- BORREGO, Pedro Damián Cano. Balastracas sobre moneda española durante la Guerra de la Triple Alianza/Balastracas de moeda espanhola durante a Guerra do Paraguai. **Revista Numismática Brasileira**, São Paulo, vol. XXV, n. 1, pp. 07-14, jun. 2021.
- COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia**. Ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010.
- LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: Escalas, Indícios e Singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. Numismática e História Antiga. In: MELLO, Maria Martha Pimentel de (org.). **Anais do 1º Simpósio Nacional de História Antiga**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1984.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. **Micro-história e história da imigração**. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, pp. 246-262.
- LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-161.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. Tradução de Néli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.
- REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Artur. Microhistory and Archaeology: Some Comments and Contributions. **Papers from the Institute of Archaeology**, Londres, v. 28, n. 1, pp. 1-26, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14324/111.444.2041-9015.1123>. Acesso em: 06 fev. 2024.
- RIBEIRO, Artur. On Traces, Clues, and Fiction: Carlo Ginzburg and the Practice of Archaeology. **Open Archaeology**, Berlim, v. 10, n.1, Special Issue on Microhistory and Archaeology, edited by Juan Antonio Quirós Castillo, pp. 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/ovar-2022-0354>. Acesso em: 06 mar. 2024.
- STOLLEIS, Michael. **Escrever história do direito: reconstrução, narrativa ou ficção?** Trad. Gustavo César Machado Cabral. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.



AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DO PATAÇÃO

The Multiple Identities of “Patacão”

Leonardo Rodrigues Tupinambá*

RESUMO: Sem a pretensão de exaurir as hipóteses, este artigo se propõe a apontar as origens do costume ibero-americano de utilização do nome “patacão” como forma alternativa, informal, de identificação de dinheiro, notadamente de certas moedas que apesar das épocas, características e emitentes diversos, cravaram-se no imaginário coletivo pelo grau elevado de aceitação popular.

Palavras chave: Patacão, origem do termo, uso na identificação informal de dinheiro.

ABSTRACT: Without the intention of exhausting the Hypotheses, this article aims to point out the origins of the ibero-american custom of using the name “patacão” as an alternative, informal way of identifying money, notably certain coins that, despite the times, characteristics and different issuers, have become embedded in the collective imagination due to their high degree of popular acceptance.

Keywords: Patacão, origin of the term, use in informal identification of money.

Recebido em xx/xx/xxxx.

Aceito em xx/xx/xxxx.

Em apertada síntese, chama-se popularmente de “patacão” o numeração brasileiro amoadado em prata com a cifra de 960 réis, criado em 20 de novembro de 1809, batido de 1810 a 1834 e cunhado predominantemente sobre outras moedas, sendo o mais corriqueiro o recunho em peças de 8 reales oriundas das colônias espanholas na América. A denominação alternativa, segundo a explicação mais convencional, derivaria do valor gravado nas peças, que corresponde ao de 3 patacas (moedas portuguesas em prata, com cifra de 320 réis, circulantes no Brasil de 1695 até 1834).

O uso da alcunha “patacão” para fins de identificação de dinheiro não é, contudo, originária e nem exclusiva do Brasil, consoante se demonstrará doravante.

*Promotor de Justiça, Escritor, Membro da Sociedade Numismática Maranhense e da Sociedade Numismática Brasileira.

Na numismática lusitana, o termo “patacão” dizia respeito a uma peça bem diferente, tanto em composição quanto em valor, tendo surgido atrelado a uma moeda grande (36/41 mm), em cobre, com a cifra de X (dez) reais, batida a partir do reinado de D. João III (1521-1557). Considerando que as provisões de 1568, assinadas por D. Sebastião I, determinaram a difusão no Brasil, como uma das colônias de Portugal, desse tipo de moeda, não soa estranho afirmar que já tivemos um patacão nacional em cobre legalmente em circulação. A predita moeda, pela disparidade de cifra, de características e de período, por óbvio, não se confunde com os ensaios monetários em cobre das moedas de 960 réis feitos em 1809 e 1810.



Figura 1: X reais (patacão) em cobre do Reinado de D. Sebastião I (1557-1578).

Fonte: acervo do autor.



Figura 2: Ensaio monetário em cobre de 960 réis, ano de 1809.

Fonte: [auctions.stacksbowers.com](https://www.auctions.stacksbowers.com)

Noutro passo, importa apontar que o termo patacão igualmente chegou a ser utilizado para moedas portuguesas de 40 réis, feitas em bronze, como aumentativo de pataca, já que tais peças tinham por peculiaridade suas medidas exuberantes¹, principalmente as feitas por D. João VI com metal advindo de canhões e sinos de igrejas. É que, em detrimento da crise sofrida por Portugal ao tempo de sua administração (regência e reinado, respectivamente de 1799 a 1816 e de 1816 a 1826), numa tentativa de obscurecer a inflação, D. João VI decidiu criar uma moeda de metal não precioso, porém grande em tamanho e em peso, intuindo gerar no povo a sensação de que valia muito.

Para implementar a decisão D. João VI mandou derreter todos os canhões dos navios de guerra e dos fortes do exército, bem assim centenas de sinos de igrejas, sendo esta última medida a motriz de forte revolta no clero português. E mais, possivelmente por temer o rechaço da moeda pela população católica de Portugal, dada a fonte de parte do metal usado em sua cunhagem, a Ordem de 29 de outubro de 1811, que a mandava fabricar, continha a seguinte admoestação: “(...) e que ninguém recuse recebê-la, debaixo das penas estabelecidas contra os que recusam receber a Moeda de El-Rei”.

A moeda nascida em tais circunstâncias, outrossim, encerra em si uma legenda singular em latim, qual seja, “UTILITATI PUBLICAE” (em tradução livre: “Utilidade Pública” ou “Para Utilidade Pública”), que se relaciona perfeitamente com o seu propósito.



Figura 3: Moeda de 40 réis do reinado de D. João VI (“pataco canhão ou patacão”).
Fonte: <https://en.numista.com/catalogue/pieces24046.htm>

¹Aproximadamente 36 mm de diâmetro, 2 mm de espessura e 38,40 g de peso.

Curioso notar, noutro prumo, que a palavra “patacão”, em sua forma galega e espanhola, isto é, “patacón”², também servia para designar vulgarmente moedas.

Na Espanha, em especial na comunidade autônoma da Galícia ou Gali-za, situada ao noroeste da Península Ibérica, utilizava-se o termo “patacón” para identificar a moeda em bronze, dotada de médias proporções³, de 10 centavos (“diez cêntimos”, em espanhol – “diez centimos”, como gravado na amoeção) de peseta de 1870, epíteto bem mais pomposo que o outro apelido aderido a peça, qual seja, “perra gorda”, (em tradução livre para o português: “cadela gorda”). Este último nome foi-lhe dado porque era comum a confusão do leão em seu reverso com um cachorro máxime quando do desgaste da moeda pela disseminação⁴.



Figura 4: Moeda de 10 centavos de peseta espanhola de 1870 (“patacón” ou “perra gorda”) em imagem de anverso e de reverso (sem e com desgaste).

Fonte: <https://en.numista.com/catalogue/pieces2735.html>

²Saindo um pouco da seara numismática calha dizer que o nome “patacón” também diz respeito a um prato preparado com bananas verdes fritas muito popular em países como Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Honduras, Panamá e Costa Rica.

³ 10 g de peso e 30 mm de diâmetro.

⁴Refira-se que a série de moedas em bronze de 1870 igualmente contava com peças de 1, 2 e 5 centavos de peseta em que o leão heráldico figurava no reverso. A moeda de 5 centavos de peseta foi apelidada de “perra chica” (“cadela pequena” em tradução livre para o português), sendo exatamente igual a peça de 10 centavos, mas de tamanho menor (5g de peso e 25 mm de diâmetro) e com metade do valor. As moedas de 1 e 2 centavos de peseta, de sua banda, não receberam nomenclatura opcional.

A sobredita moeda tornou-se bastante apreciada pelo povo espanhol, tanto que deu origem até a uma expressão idiomática (“para ti la perra gorda”)⁵, e apesar de contar com apenas uma data de cunho (1870), teve dilatado período de circulação, pelo que se desatrela sua jocosa designação de uma crítica a situação política de seu período de emissão (curso do Governo Provisório: 1868-1871), vinculando-a, com ainda mais vigor, à impressão visual de seu mal talhado leão heráldico. Com efeito, os 10 centavos de peseta de 1870 estenderam seu afluxo até os primeiros anos depois da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e foram desmonetizados em 29 de outubro de 1941, quando então ocorreu sua substituição por outra moeda de mesma soma, contudo feita em alumínio e em menores proporções⁶, na qual o desenho foi totalmente alterado: no anverso apareceu um cavaleiro ibérico com lança sobre um cavalo e no reverso o escudo da Espanha com a águia de San Juan. A predita nova moeda de 10 centavos de peseta, não podendo herdar o título de “perra gorda” pela ausência da figura bestial de dúbia interpretação, herdou a denominação “patacón”, não raramente atada com a especificação “de Francisco Franco”, posto que seu tempo de distribuição (1940-1953) se deu durante o Franquismo (ditadura de 1939-1975).



Figura 5: Moeda de 10 centavos de peseta de 1945 (“patacón de Francisco Franco”).

Fonte: <https://en.numista.com/catalogue/pieces672.html>

⁵A expressão, que pode ser traduzida para o português como “para você, a cadela gorda”, é atualmente pouco utilizada, mas décadas atrás seu uso era frequente, particularmente para resolver uma disputa verbal em que uma das partes desistia de continuar discutindo e dizia isso como forma de resolver com o interlocutor, como se estivesse concordando com o argumento contrário mas sem de fato o estar.

⁶1,9 g de peso e 23 mm de diâmetro.

Na Argentina, utilizou-se o termo “patacón” como nome alterno para a moeda de 1 peso em prata, batida de 1881 a 1883, oficialmente designada “um peso moneda nacional”, muito embora o país platino tenha chegado a confeccionar, em idos de 1879, ensaios de tais peças, em prata (com pequena variação de caracteres em relação aos exemplares efetivamente difundidos)⁷ e em cobre⁸, nos quais a unidade monetária era nominada “patacon” (sem acento), tanto que assim gravado na face em que a cifra era apresentada.



Figura 6: Ensaio monetário em prata de “un patacon”, ano de 1879.

Fonte: <https://en.numista.com/catalogue/pieces28917.html>



Figura 7: moeda de 1 (um) peso argentino circulante de 1881-1883.

Fonte: <https://en.numista.com/catalogue/pieces8163.html?lang=&lang>

⁷O ensaio em prata de “um patacon” (como gravado na peça) possuía 25,7 g de peso e 37,8 mm de diâmetro. O peso possuía 25g de peso e 37 mm de diâmetro.

⁸O ensaio em cobre de “um patacon” (como gravado na peça) possuía 21,29 g de peso e 37,8 mm de diâmetro.

A moeda de 1 peso posta em fluxo, que veio a se tornar um emblema da numismática argentina tanto pela escassez⁹ quanto pela incontestável beleza e elevada boa recepção pública, fazia-se acompanhar de três divisórias, também em prata, que herdaram variações da alcunha “patacon”, a saber: “médio patacon” (50 centavos de peso moneda nacional), “un quinto de patacon” (20 centavos de peso moneda nacional) e “un décimo de patacon” (10 centavos de peso moneda nacional).



Figura 8: Série de “patacones” argentinos em prata por tipo. Fonte: acervo do autor.

As moedas de ouro da época, os “argentinos de oro”, por seu turno, de mesmo modo não escaparam da referência, sendo a peça de “1 argentino de oro” correspondente a “5 pesos moneda nacional” ou “5 patacones” e o “½ argentino de oro” equivalente a “2,5 pesos moneda nacional” ou “2,5 patacones”. A despeito disso, enquanto a correlação valorativa argentino-peso restava expressa na legenda que circundava a orla do reverso das peças, o mesmo não acontecia com o termo “patacón/patacon”.

⁹Somando seus três anos de emissão (1881-1883) só se cunharam 600.000 unidades.



Figura 9: Moeda de “un argentino/5 pesos” em ouro circulante de 1881-1896 (“5 patacones”). Fonte: <https://en.numista.com/catalogue/pieces25417.html>

A Argentina, ademais, por curioso, no início dos anos 2000, voltou a usar o “patacón”. Explica-se:

O país platino, no auge de mais uma de suas crises, fez largo uso de títulos provinciais para possibilitar que suas unidades federadas quase falidas pagassem o funcionalismo público. A emissão de tais títulos, que serviam como uma verdadeira moeda paralela em circulação e que chegou a contar com uma emissão federal (Lecop – Letras de Pagamentos de Obrigações Provinciais) foi uma forma de driblar a proibição legal de emitir pesos sem a entrada correspondente de dólares no país. Dentre os referidos títulos provinciais destacou-se o “patacón” (ou “patacon”, como impresso) de Buenos Aires, tecnicamente denominado Letra de Tesorería para Cancelación de Obligaciones” (em tradução livre para o português: “Letra do Tesouro para Cancelamento de Notas”), que durante seu ciclo de emissão (2001-2002) galgou maior credibilidade a ponto de contar com aceitação nacional e manter paridade de um para um com o peso.



Figura 10: Título de Buenos Aires, valor nominal de 1 peso, emitido em 2002, com a impressão do nome “patacon” sob a denominação oficial.

Fonte: https://colnect.com/br/banknotes/banknote/524-1_Peso-Specialized_Issues_Provincial_Bonos_1985--Argentina

Em conclusão, nota-se que se o sestércio, na moedagem romana, com o passar do tempo, deixou de ser uma moeda em prata para se converter numa moeda em bronze; o patacão, enquanto termo de identificação de certas moedas, seguiu direção diametralmente oposta na numária luso-brasileira, de modo a, em sua evolução, incorporar metal mais nobre e elevar-se em status. Nada obstante e malfadadamente, num contexto maior, apesar de servir para designar coloquialmente numerário com características diversas, geralmente amoedado, registrado em mais de um país¹⁰, jamais foi um nome oficial, ao contrário de sua matriz nominal, a

¹⁰Só na América Latina, além de Brasil e da Argentina, consta seu uso na Colômbia e no equador. Na Colômbia, o “patacón” foi a primeira moeda usada em Cúcuta, atualmente a capital e a cidade mais populosa do departamento de Norte de Santander. No Equador, a palavra era usada desde o século XVIII para designar certas moedas cunhadas em prata e em cobre, costume mantido praticamente até a introdução da unidade monetária Sucre.

pataca, cuja longevidade¹¹ de uso como dinheiro alcança até os dias atuais, tal qual ainda se percebe em Macau, região especial da China impregnada de legado português.

Moral da história: “Que grande peso é um nome demasiado famoso” (Voltaire).

Referências bibliográficas:

- CALICÓ, Xavier Estívil. **Numismática española**: Catálogo general com precios de todas las monedas españolas acuñadas desde los Reyes Católicos hasta Felipe VI, 1474 a 2020. Barcelona: AUREO & CALICÓ S. L., 2019.
- COSTA, Ney Chrysostomo da. **História das moedas do Brasil**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1973.
- CUJAH, George S.; MICHAEL, Thomas. **Standard Catalog of World Coins: 1801-1900**. 7. ed. Iola, Wisconsin: Krause Publications, 2012.
- GOMES, Alberto. **Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal**. 4. ed. Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 2004.
- JANSON, Hector Carlos. **Amonedación de la República Argentina (1881-2009)**. 5. ed. Buenos Aires: SOPEÑA, 2009.
- PATACÓN (MONEDA). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: [https://es.wikipedia.org/wiki/Pataca%20\(moneda\)#:~:text=1%20m%24n%20\(un%20peso,y%20900%20mil%C3%A9simos%20de%20plata\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Pataca%20(moneda)#:~:text=1%20m%24n%20(un%20peso,y%20900%20mil%C3%A9simos%20de%20plata).). Acesso em: 15 fev. 2024.
- SILVA, Reinaldo. **Moedas de Portugal**: de D. Pedro Príncipe Regente até a actualidade (1667-2022). Lisboa: NND Publicações, 2022.
- SMITH, José Ricardo. O Pataco Canhão. **Blog de Rocha**, Amapá, 1 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.blogderocha.com.br/moedas-e-curiosidades-o-pataco-canhao-por-smithjudoteam/>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

¹¹Etimologicamente, a palavra “pataca” vem do árabe “batakká”, traduzido livremente como “janela”, isto porque as moedas cunhadas pelos árabes na Idade Média tinham em uma das faces um desenho que representava um “mihrab”, espécie de nicho que lembrava aquele tipo de abertura numa construção. A palavra teria influenciado a expressão “patácca”, no idioma italiano, cujo sentido original significava “moeda de prata dos países muçulmanos”, difundindo-se, a partir daí, pela Europa. Não se olvide, contudo, que os muçulmanos, quando da invasão da península ibérica, emitiram moeda em localidades do território que viria a ser Portugal, dentre as quais os quirates em prata de Mértola (1144 a 1145), peças cuja iconografia numa das faces lembra o “mihrab”.



RÉPLICAS NÃO AUTORIZADAS SÃO FALSAS E FALSAS SÃO APENAS FALSAS!

*Unauthorized replicas coins are fake,
and fake is simply fake!*

Harvey Spencer Lima Caldas*

RESUMO: Este artigo fornece uma análise abrangente dos aspectos técnicos, científicos e históricos que cercam a produção e detecção de moedas falsas do século passado. Discute as diferenças entre moedas restrike e falsificadas, destaca o surgimento de falsificações chinesas e o seu impacto sobre colecionadores e autoridades, e investiga os materiais e técnicas de fabricação utilizados na falsificação. Além disso, explora as marcas de autenticidade introduzidas pelos governos e os avanços nas tecnologias de detecção. Enfatizando a importância da conscientização e vigilância entre colecionadores e numismatas, o artigo destaca a necessidade de identificar e prevenir a propagação de moedas falsas.

Palavras chaves: Moedas falsas, Réplicas, Autenticidade, Falsificação, Técnicas de fabricação, Detecção, Tecnologias avançadas, Análise técnico-científica, Integridade e Preservação.

ABSTRACT: This article provides a comprehensive analysis of the technical, scientific, and historical aspects surrounding the production and detection of counterfeit coins from the past century. It discusses the differences between restrike and counterfeit coins, highlights the emergence of Chinese counterfeits and their impact on collectors and authorities, and delves into the materials and manufacturing techniques used in counterfeiting. Additionally, it explores the authenticity marks introduced by governments and advancements in detection technologies. Emphasizing the importance of awareness and vigilance among collectors and numismatists, the article underscores the need to identify and prevent the spread of counterfeit coins.

Keywords: Counterfeit coins, Replicas, Authenticity, Counterfeiting, Manufacturing techniques, Detection, Advanced technologies, Technical-scientific analysis, Integrity and Preservation.

Recebido em 14/03/2024.
Aceito em 20/04/2024.

*Bacharel em Sistemas de Informação e Presidente da Sociedade Numismática Maranhense; entusiasta e estudioso da numismática; e-mail harveycaldas@gmail.com
Observação: O autor não apoia a compra nem a fabricação de moedas falsas, ditas “réplicas”.

Análise Técnico-Científica das Moedas Falsificadas

Um fenômeno intrigante e complexo que envolve uma variedade de aspectos técnicos, científicos e históricos na fabricação de moedas falsas. Essas falsificações não apenas desafiam a autenticidade e a integridade das moedas legítimas, mas também lançam luz sobre os métodos engenhosos e as tecnologias disponíveis na época para produzir tais imitações. Inúmeras formas de burlar a lei e criar de forma criminosa réplicas perfeitas ou não de peças históricas. Neste texto, examinaremos detalhadamente alguns dos aspectos técnicos e científicos na fabricação de peças falsas e originais e como identificar moedas falsas.

Moedas *restrike* não são réplicas

Restrike trata-se de uma moeda que foi produzida e que tem seu cunho obtido a partir de uma peça matriz original. Existem muitas moedas *restrike* disponíveis aos colecionadores, mas devemos observar que elas são cunhadas sempre em ouro ou prata e são cunhadas com uma data retrospectiva pela casa da moeda original ou por um fabricante oficialmente autorizado.



Figura 1: Maria Theresa Thaler, de prata da Casa da Moeda Austríaca¹

¹Casa da Moeda Austríaca: (Münze Österreich) empresa pública austríaca radicada em Viena, encarregada da criação das moedas de Áustria.

Moedas falsas contemporâneas fabricadas na China e outros países

Moedas falsas fabricadas na China dito erroneamente “réplicas” são um fenômeno crescente que tem gerado preocupações entre colecionadores, numismatas e autoridades. Essas réplicas são frequentemente produzidas com a intenção de serem vendidas como itens de colecionador ou até mesmo como falsificações deliberadas, muitas vezes visando lucrar com a semelhança com moedas antigas ou raras.



Figura 2: Moeda falsa sendo vendida na internet com nome “COPY”.

As moedas falsas chinesas variam em qualidade e precisão, com algumas sendo fabricadas com materiais de baixa qualidade e outras sendo produzidas com grande detalhe e acabamento, dito primeira linha. Muitas vezes, essas réplicas são comercializadas online apresentando o nome “COPY”, como forma de burlar as leis e podem ser encontradas em mercados de antiguidades, sites brasileiros ou feiras de colecionadores sem o nome “COPY”².

No entanto, é importante ressaltar que a produção e venda de “COPY”, “SUVENIR” ou “réplicas” em si mesmas são um problema quando acabam contaminando e dando descrédito a grandes coleções. O problema surge quando essas falsas muitas vezes são vendidas de forma enganosa como

²COPY: Cópias de moedas autênticas e geralmente raras ou não. Muito comercializadas com a finalidade de completar a coleção ou servirem de decoração.

moedas autênticas ou quando são utilizadas para fraudar colecionadores desavisados ou iniciantes.



Figura 3: São vendidas em sites estrangeiros e em sites brasileiros.

Para os colecionadores e numismatas, é essencial estar ciente da possibilidade de encontrar réplicas de moedas chinesas no mercado e tomar as devidas precauções ao adquirir novos itens para suas coleções, sempre com orientação de catálogos e numismatas mais experientes. Além disso, as autoridades trabalham para monitorar e combater a produção e venda de falsificações de moedas correntes contemporâneas, incluindo as réplicas das antigas fabricadas na China.

Materiais Utilizados na Falsificação

Um dos aspectos mais significativos na produção de moedas falsificadas é a seleção dos materiais. No século passado, os falsificadores frequentemente empregavam metais de menor valor, como cobre, níquel ou ligas baratas, para imitar a aparência das moedas genuínas. No entanto, alguns falsificadores mais sofisticados recorriam a metais preciosos, como prata ou ouro, para criar réplicas mais convincentes de moedas estavam envolvidos em falsificações de suas próprias criações. A análise química desses materiais pode revelar diferenças sutis na composição que ajudam na identificação da falsificação.



Figura 4: Material muitas vezes de baixa qualidade e artesanal.

Técnicas de Fabricação de moedas falsas

A fabricação de moedas falsas envolve uma variedade de técnicas, desde métodos artesanais até processos industriais. Alguns falsificadores utilizavam moldes simples para fundir metais e criar moedas grosseiras, enquanto outros recorriam a técnicas de galvanoplastia³¹ para revestir metais inferiores com camadas de materiais preciosos. A análise microscópica da superfície das moedas falsas pode revelar padrões de fabricação e marcas distintivas que são indicativos de processos específicos de produção.

“As moedas de R\$ 1 são o novo alvo dos falsários. Pela primeira vez nos últimos 30 anos, a polícia apreendeu moedas brasileiras falsificadas circulando em meio às 4,7 bilhões de moedas de real.

A última moeda falsificada no Brasil havia sido a de Cr\$ 0,50 de 1967. Na época, os falsários cunharam moedas de chumbo e as banharam em níquel para lhes dar o brilho da original”.

“Os falsários estão optando pelas moedas porque é menos arriscado”, disse o delegado, que também é sócio da Sociedade Numismática Brasileira e autor do livro “Catálogo de Cédulas do Brasil”.

As moedas falsas já foram encontradas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Segundo o Banco Central, São Paulo é o Estado que registra a maioria das falsificações”. (GODOY, Marcelo. Moeda de R\$ 1 é novo alvo de falsificador. 2020. em: 27 de julho de 1997 Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/27/cotidiano/8.html> > Acesso em: 22 mar. 2024).

³¹Galvanoplastia: é um processo químico ou eletroquímico em que uma fina camada de metal é empregada sobre a superfície de um objeto, metálico ou não. Revestir uma peça de níquel, temos um processo chamado de niquelação; se for com cromo, o nome será cromeação; se for com prata, prateação; com ouro, douração, e assim por diante.

Marcas de Autenticidade

Para combater a falsificação, os governos frequentemente introduziam medidas de segurança e marcas de autenticidade em suas moedas. No século passado, essas marcas incluíam gravuras intrincadas, letras ou símbolos especiais, bem como características físicas únicas, como bordas serrilhadas ou relevos em alto relevo. A análise detalhada dessas marcas de autenticidade pode ajudar na distinção entre moedas genuínas e falsificadas.



Imagem 5: Serrilha e relevo são formas de marcas de segurança.

Avanços na Detecção

Ao longo do século passado, avanços significativos foram feitos no desenvolvimento de tecnologias de detecção de moedas falsas. Métodos como a análise de densidade, espectroscopia de raios-X e técnicas de imagem avançada permitiram uma identificação mais precisa das falsificações. Além disso, o aprimoramento da expertise numismática e o estabelecimento de bancos de dados de referência também foram cruciais no combate à falsificação de moedas.

O Falsificador

Houve casos documentados ao longo da história em que indivíduos talentosos e até mesmo profissionais altamente qualificados se envolveram na falsificação de moedas, apenas para serem eventualmente capturados pelas autoridades. Alguns desses casos notáveis incluem:

• **William Chaloner** foi um famoso falsificador de moedas britânico do século XVII. Ele é conhecido por suas habilidades excepcionais em falsificação e por suas tentativas ousadas de burlar as autoridades monetárias da época. Chaloner foi responsável por produzir uma grande quantidade de moedas falsas de alta qualidade, o que representava uma ameaça significativa para a economia britânica. Suas atividades ilegais o levaram a ser perseguido pelas autoridades e, eventualmente, ele foi capturado e condenado à morte em 1699. A história de William Chaloner é frequentemente citada como um exemplo notável da criminalidade relacionada à falsificação de moedas e das medidas draconianas que eram tomadas para combatê-la durante o período histórico em que ele viveu.

*“Chaloner continuou acusando as autoridades monetárias de corrupção e tentou se oferecer ao Parlamento como um especialista contra falsificações. Por acaso, numa dessas suas peregrinações ao Parlamento, Chaloner foi reconhecido por Newton, que ordenou sua prisão pelo caso Egham. Preso novamente, o destino do falsário dependia do testemunho de Thomas Holloway. Mesmo preso, ele deu um jeito de resolver isso: através de um taverneiro, pagou 20 Libras a Holloway para que o comparsa se escondesse na Escócia. Sem provas, o falsário-chefe acabou solto sete semanas mais tarde.” (PINCELLI, Renato. **Ordem dos Falsários: William Chaloner**. 2020).*



Figura 6: Falsificadores de Moedas encurralados, xilogravura de Richard Brend'Amour (1831-1915). A oficina de William Chaloner deve ter sido semelhante à imaginada pelo artista alemão no séc. XIX. (PINCELLI, Renato. **Ordem dos Falsários: William Chaloner**. 2020).

“Responsável pela falsificação de moedas, papel-moeda e bilhetes de loteria, Chaloner sempre se safou acusando seus comparsas — até ser investigado por Isaac Newton.” (PINCELLI, Renato. Ordem dos Falsários: William Chaloner. 2020).

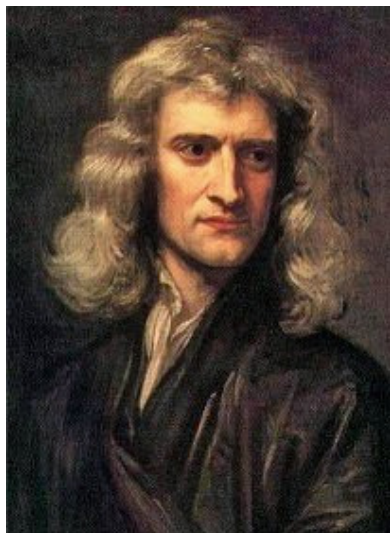


Figura 7: Isaac Newton 4em retrato de Godfrey Kneller (1689). Alguns anos mais tarde o físico, matemático e fundador da Royal Society atuaria como investigador de falsificadores de moedas.

Falsificar para sobreviver

A **década de 30, durante a Grande Depressão**⁵, a visão sobre a falsificação de moeda poderia ser diferente. Em um período de crise econômica extrema, algumas pessoas poderiam ver a falsificação como uma forma de sobrevivência ou até mesmo de protesto contra as instituições financeiras que eram vistas como responsáveis pela crise. Além disso, em um contexto de instabilidade econômica, as autoridades poderiam ter prioridades diferentes em termos de aplicação da lei, focando em questões mais urgentes ligadas à sobrevivência da população, assim gerando um derrame de grande quantidade de moedas falsas.

⁴Isaac Newton: Cientista, químico, físico, mecânico e matemático, trabalhou junto com Leibniz na elaboração do cálculo infinitesimal. Durante sua trajetória, ele descobriu várias leis da física, entre elas, a lei da gravidade.

⁵Grande Depressão: foi uma grave crise econômica mundial que ocorreu principalmente durante a década de 1930, tendo início nos Estados Unidos. Afetando inúmeros países, inclusive o Brasil.

A moeda de 2000 Réis, Duque de Caxias:



Figura 8: Moeda 2000 Mil Réis de 1938, verdadeira e sua falsificação de época a esquerda. Pertencente ao acervo do autor Harvey Caldas.

A moeda de 2000 Réis (dois mil Réis) foi uma das mais adulteradas, no meio do colecionismo, com a finalidade de simular um bordo poligonal. Segundo (CAFFERELLI, Eugenio) as moedas de 2000 Réis de bronze-alumínio começaram a ser cunhadas em 1936, enquanto antes dessa data era utilizada a prata para as moedas daquele valor.

No período de 1936 a 1937 foram feitas 665.000 moedas. Todas possuíam bordo serrilhado conforme estabelecido no decreto nº 565 de 31 de dezembro de 1935:

“art. 3º. A orla das moedas de prata e bronze de alumínio será serrilhada e a das de Nickel, lisa”. BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei 565, de 31 de dezembro de 1935. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/1/1936, Página 277 (Publicação Original).

No ano de 1938, segundo (CAFFERELLI, Eugenio), até setembro foram cunhadas 335.000 moedas, com bordo serrilhado.

A emissão de moedas gerou grande reclamação do comércio e da população em geral, conforme consta no Decreto-Lei nº 695 de 15 de setembro de 1938, por ser semelhante a moeda de 1\$000 Reis do mesmo metal, cunhadas desde 1922. Por isso o mencionado decreto introduziu a mudança de bordo para poligonal:

“art. 1º. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a mandar cunhar o saldo de 8.000:000\$000 (oito mil contos de réis) de moedas divisórias de 2\$000, a que se refere o decreto n. 565 de 31 de dezembro de 1935, obedecendo às características nele estabelecidas, exceto na parte relativa à orla, que deverá ser poligonal regular de 24 (vinte e quatro) lados ou faces lisas, em substituição à serrilha determinada no art. 3 di citado decreto n. 565. “

As novas moedas foram postas em circulação após o do decreto n. 695, isto é, durante o último quadrimestre de 1938 (K. Prober, em CATÁLOGO DAS MOEDAS BRASILEIRAS, 3ª edição — São Paulo 1981, pág. 171). A mudança de bordo foi certamente realizada substituindo a virola.

Conforme o autor CAFFERELLI, Eugenio em correspondência com a Casa da Moeda do Brasil, que concluiu-se com a seguinte carta de 24 de novembro de 1999 daquela instituição, que transcrevo integralmente:

“A propósito das considerações contidas na Carta enviada em 07 de novembro de 1999, tenho a informar que nas pesquisas realizadas na Empresa não foi possível encontrar documentação oficial datada de 1937, relativa às características da produção das moedas de taxa de 2.000 réis com a efígie do Duque de Caxias.

Nesse sentido, a despeito de podermos afirmar que a moeda submetida a perícia foi adulterada em seu bordo de forma proposital, por agentes mecânicos, com posterior execução de pseudo traços poligonais, a falta da respectiva documentação nos impede de generalizar tal afirmativa, embora haja fortes indícios que todas as moedas cunhadas naquele ano o tenham sido com bordo serrilhado.

Finalmente, cumpre ressaltar que esta Diretoria se empenhou ao máximo para oferecer subsídios técnicos que ajudassem esse renomado numismata a corrigir eventuais distorções encontradas no mercado e que, se mais não foi feito, assim aconteceu por absoluta inexistência de acervo histórico/ administrativo datado daquele período.

Atenciosamente, Raul de Oliveira Pereira - Diretor Técnico”

Conclui-se que tais alterações foram feitas com a finalidade de mascarar as moedas para que se parecessem com moedas mais raras, assim elevando seu potencial econômico entre os colecionadores, tal adulteração hoje em dia está muito comum em moedas correntes.

As moedas de 5 cruzeiros de 1942



Figura 9: Moeda 5 Cruzeiros, 1942⁶, verdadeira e sua falsificação de época a esquerda. Acervo do autor Harvey Caldas.

O nome Cruzeiro foi proposto por Américo Lobo Leite Pereira, conforme consta nos Anais do Senado Federal do Brasil, no dia 21 de setembro de 1891, em substituição ao Real, nomenclatura considerada por alguns, à época, uma herança portuguesa indesejada. A moeda de 5 cruzeiros foi emitida apenas em 1942 e 1943, sendo por isso relativamente escassa entre as moedas de tal padrão monetário. Assim, possibilitando as falsificações, mesmo que mal feitas, possibilitando a circulação em meio a pessoas menos atentas, conforme se vê hoje em dia nas moedas de mais circulação.

Considerações Finais

Conforme podemos observar as moedas falsas geram não só um problema cultural e histórico, mas acabam contaminando as coleções e a credibilidade de quem trabalha negociando moedas autênticas. Podemos observar que ao longo dos tempos a evolução dessa prática permeou diversos campos de estudo, e trilhou caminhos dos mais obscuros aos mais claros e objetivos nas coleções contemporâneas.

As moedas falsas representaram e representam não apenas uma ameaça à integridade econômica, mas também um fascinante campo de estudo técnico e científico. A análise dessas falsificações não só nos permite entender as técnicas e materiais empregados pelos falsificadores, nos ajuda a compreender fases monetárias e a história por trás delas e o mais importante que não se deve falsificar nem comprar moedas dito “replicas”, mas também nos ajuda a apreciar os esforços contínuos para proteger a autenticidade das moedas e preservar a integridade dos sistemas monetários e sua história em todo o mundo.

⁶Moeda 5 Cruzeiros, 1942: Moeda de Circulação normal. Cruzeiro foi instituído pelo governo de Getúlio Vargas em 1942. Em referência ao Cruzeiro do Sul.

Fontes das Imagens

Figura https://en.wikipedia.org/wiki/Maria_Theresa_thaler

Figura 2: Sites de venda da internet.

Figura 3: Página na internet de vendas da China.

Figura 4: Acervo do autor Harvey Caldas.

Figura 5: <https://www.blogs.unicamp.br/hypercubic/2020/05/ordem-dos-falsarios-william-chaloner/> /> Acesso em: 22 mar. 2024.

Figura 7: <https://www.blogs.unicamp.br/hypercubic/2020/05/ordem-dos-falsarios-william-chaloner/> /> Acesso em: 22 mar. 2024.

Figura 8: Acervo do autor Harvey Caldas.

Figura 9: Acervo do autor Harvey Caldas.

Referências Bibliográficas

PINCELLI, Renato. Ordem dos Falsários: William Chaloner. 2020. Disponível em: < <https://www.blogs.unicamp.br/hypercubic/2020/05/ordem-dos-falsarios-william-chaloner/> /> Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Livros de Anais - Publicação e Documentação - Senado Federal». www.senado.leg.br. Consultado em 22 de setembro de 2024.

COLIN, Oswaldo. Brasil Através da Moeda. Rio de Janeiro; Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.

GODOY, Marcelo. Moeda de R\$ 1 é novo alvo de falsificador. 2020. em: 27 de julho de 1997 Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/27/cotidiano/8.html> > Acesso em: 22 mar. 2024.

K. Prober, em CATÁLOGO DAS MOEDAS BRASILEIRAS, 3ª edição — São Paulo 1981, pág. 171

DIREITO DE PROPRIEDADE SOBRE TESOUROS NUMISMÁTICOS ACHADOS: UMA PERSPECTIVA LEGAL

Property rights over numismatic treasures found: a legal perspective

Guilherme Henrique de Oliveira Santos*

RESUMO: No presente trabalho pretendemos apresentar uma noção sobre a exploração da propriedade no tocante ao subsolo e tesouros. Estudamos o conceito de tesouro e analisamos o direito de propriedade sobre os tesouros achados, com foco em numismática. Também, ao final, apresentamos a subjetividade do que caracteriza dono do tesouro, bem como o interesse estatal em preservá-lo e uma visão crítica em relação a isso.

Palavras-chave: Propriedade. Tesouro. Coisas achadas. Dono. Numismática.

ABSTRACT: In this work we intend to present an idea about the exploration of property in terms of subsoil and treasures. We study the concept of treasure and analyze the right of ownership over found treasures, focusing on numismatics. Also, at the end, we present the subjectivity of what characterizes the owner of the treasure, as well as the state's interest in preserving it and a critical view about it.

Keywords: Property. Treasure. Things found. Owner. Numismatics.

Recebido em 14/03/2024.
Aceito em 20/04/2024.

Introdução: Explorando os Limites do Direito de Propriedade sobre Tesouros Numismáticos Achados

No contexto jurídico, o direito de propriedade é um dos pilares fundamentais que regem as relações entre os indivíduos e seus bens. No entanto, quando nos deparamos com tesouros numismáticos achados, uma série de questões complexas e nuances legais emergem, desafiando as concepções tradicionais de propriedade e posse.

*Advogado, OAB/SP 391.588 / OAB/SC 68598-A; numismata

Este artigo busca explorar detalhadamente o tema do direito de propriedade sobre tesouros numismáticos encontrados, mergulhando nas interpretações legais, precedentes históricos e implicações práticas desse cenário jurídico particular. Ao longo deste trabalho, examinaremos não apenas as disposições legais pertinentes, mas também as questões éticas, culturais e históricas que permeiam esse campo.

Inicialmente, será apresentada uma análise abrangente do conceito de propriedade, destacando as distinções entre propriedade e posse, bem como as disposições legais relevantes do Código Civil brasileiro. Em seguida, adentraremos no âmbito dos tesouros numismáticos, delineando criteriosamente os critérios que os distinguem de objetos comuns encontrados e as implicações legais dessa distinção.

Uma diferenciação crucial será estabelecida entre tesouros, conforme definidos pelo artigo 1.264 do Código Civil, e coisas achadas comuns, regidas pelos artigos 1233 e 1234, explorando as nuances legais e as consequências jurídicas associadas a cada categoria. Além disso, será discutido o papel do “achádego” e seus direitos no contexto da descoberta e devolução de objetos perdidos.

Analisaremos um exemplo prático envolvendo os detectoristas de metais, examinando se os objetos encontrados por eles devem ser classificados como tesouros ou simplesmente coisas achadas comuns.

Por fim, abordaremos as questões mais complexas que surgem quando o direito de propriedade sobre tesouros numismáticos entra em conflito com considerações de valor histórico, cultural e documental. Examinaremos como as autoridades responsáveis pela proteção do patrimônio histórico intervêm nesses casos e as possíveis ramificações legais para os descobridores e proprietários desses tesouros.

Em suma, este artigo oferece uma análise abrangente e detalhada do direito de propriedade sobre tesouros numismáticos achados, destacando suas complexidades legais e éticas e explorando as interseções entre direito, história e cultura que permeiam esse fascinante campo jurídico.

Do direito de propriedade

No contexto jurídico, o conceito de propriedade refere-se ao controle exercido sobre determinado bem, diferenciando-se da posse, que nem sempre inclui a faculdade de realizar transformações, alienações ou ter domínio por tempo indeterminado. A propriedade pode ser móvel ou imóvel, sendo este último o foco deste artigo, abrangendo terrenos, edificações, entre outros. O Código Civil brasileiro assegura o direito de exploração da

propriedade imóvel, incluindo a exploração mineral, construção, plantação e direito sobre frutos fortuitos, como os tesouros achados. A legislação vigente exemplifica isso em seus artigos, tais como:

Art. 1230, Parágrafo único: “O proprietário do solo tem direito de explorar os recursos minerais, de emprego imediato na construção civil, desde que não submetidos à transformação industrial. Obedecido o disposto em lei especial.” (Código Civil, 2002).

Art. 1232: “Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.” (Código Civil, 2002).

Dessa forma, aquele que encontra algo em seu próprio terreno possui pleno direito sobre o objeto, desde que não se conheça o dono ou que o objeto seja um tesouro. Mas o que exatamente constitui um tesouro?

Dos tesouros numismáticos achados

Embora sejam frequentemente retratados na ficção, os tesouros também têm sua presença ocasional na realidade. Os tesouros numismáticos, em particular, consistem em moedas antigas, medalhas ou outros objetos de valor histórico e numismático, sem lembrança de seu proprietário original, e não necessariamente encontrados em pluralidade. Eles são um exemplo vívido de tesouros que podem ser descobertos, muitas vezes enterrados ou ocultos por razões diversas ao longo do tempo.

É crucial distinguir entre tesouros e objetos comuns encontrados. Enquanto os últimos podem ter um proprietário legítimo, um tesouro numismático nunca o possui. Como estabeleceu o Código Civil de 1916, “Deixa de se considerar tesouro o depósito achado se alguém mostrar que lhe pertence.” Para que algo seja considerado um tesouro numismático, devem ser atendidos alguns critérios estabelecidos pela lei. Assim entende a doutrina:

Para a caracterização do tesouro, devem estar presentes, de acordo com a lei, os seguintes requisitos: (1) ser um depósito de coisas móveis de certo valor, decorrente de ato voluntário; (2) a coisa encontrada deve estar enterrada ou oculta; (3) deve ser tão antigo de molde a não existir notícia de sua origem ou propriedade. É necessário que se trate de coisa sem dono. VENOSA, Silvio de Salvo, p. 299. 2003.

Assim dispõe o Código Civil de 2002:

Art. 1.264. O depósito antigo de coisas preciosas, oculto e de cujo dono não haja memória, será dividido por igual entre o proprietário do prédio e o que achar o tesouro casualmente.

Art. 1.265. O tesouro pertencerá por inteiro ao proprietário do prédio, se for achado por ele, ou em pesquisa que ordenou, ou por terceiro não autorizado.

Art. 1.266. Achando-se em terreno aforado, o tesouro será dividido por igual entre o descobridor e o enfiteuta, ou será deste por inteiro quando ele mesmo seja o descobridor.

Desse modo, se algo é encontrado com intenção, é considerado uma descoberta e não uma simples aquisição. Portanto, é fundamental não apenas descobrir um tesouro, mas também achá-lo, já que o Código Civil utiliza o verbo “achar”, não “descobrir”. Isso implica que os caçadores de tesouros, como mergulhadores que exploram naufrágios, não podem ser legalmente considerados como tal, já que procuram conscientemente por objetos cuja existência já conhecem.

Da coisa achada e o direito de achádego

Antes de prosseguirmos, necessário se faz realizar uma diferenciação entre os tesouros e as coisas achadas comuns. A diferença entre o tesouro mencionado no artigo 1232 do Código Civil e a coisa achada tratada nos artigos 1233 e 1234 reside principalmente na natureza e nas circunstâncias em que são encontrados, bem como nas consequências jurídicas associadas a cada um:

Como já demonstrado, o tesouro referido no artigo 1.264, CC, é uma categoria específica de propriedade encontrada em terrenos próprios ou alheios. Caracteriza-se por ser um depósito de objetos móveis de certo valor, resultante de um ato voluntário, como enterrar ou ocultar. Esses objetos geralmente têm uma significância histórica, cultural ou monetária considerável.

O tesouro deve estar enterrado ou oculto e ser antigo o suficiente para não existir notícia de sua origem ou propriedade. Além disso, deve ser uma coisa sem dono conhecido.

O proprietário do terreno onde o tesouro é encontrado tem direito à metade do valor do achado, enquanto o descobridor casual recebe a outra metade, conforme estipulado no artigo 1264 do Código Civil.

A coisa achada referida nos artigos 1233 e 1234 abrange qualquer ob-

jeto perdido que seja encontrado por alguém. Não se limita apenas a tesouros ou objetos de valor histórico, mas pode incluir uma variedade de itens.

O achador tem a obrigação de tentar restituir a coisa ao seu dono ou legítimo possuidor. Se não for possível encontrar o dono, a coisa deve ser entregue à autoridade competente.

O achador tem direito a uma recompensa não inferior a cinco por cento do valor da coisa encontrada, além de ser indenizado pelas despesas de conservação e transporte, conforme estabelecido no artigo 1234.

O “achádego” refere-se ao direito do descobridor de uma coisa perdida receber uma recompensa, conforme estabelecido nos artigos 1233 e 1234 do Código Civil. Esse direito surge quando alguém encontra e restitui uma coisa perdida ao seu proprietário ou entrega-a à autoridade competente. A recompensa mínima é de cinco por cento do valor da coisa encontrada, e o achador também tem direito a ser indenizado pelas despesas de conservação e transporte da coisa. Esse mecanismo visa incentivar a devolução de objetos perdidos e recompensar aqueles que agem com boa-fé nesse contexto.

Dos detectoristas de metais

Os detectoristas de metais são entusiastas que saem em campo equipados com detectores para encontrar moedas e outros artefatos. No contexto legal, a classificação dos objetos encontrados por eles pode variar. Se os objetos atenderem aos critérios de um tesouro numismático, o descobridor terá direito à propriedade, seguindo as normas estabelecidas pelo Código Civil. Por outro lado, se os objetos forem considerados simples coisas achadas, o detectorista terá a obrigação de tentar restituí-los ao proprietário legítimo ou entregá-los à autoridade competente, conforme previsto na legislação vigente.

A priori, os objetos encontrados pelos detectoristas não seriam considerados tesouros, pois falta o requisito da casualidade exigida pelo art. 1.264 do Código Civil. Portanto, esses objetos seriam enquadrados como coisas achadas comuns, reguladas pelos artigos 1.232 e 1.233 do mesmo código.

Por outro lado, é possível argumentar que existe, sim, casualidade nas descobertas dos detectoristas. Quando saem em busca de moedas, eles não têm garantia de encontrar algo específico, e a descoberta de artefatos é sempre uma surpresa. Nesse sentido, cada achado é casual, o que poderia justificar a classificação desses objetos como tesouros, sujeitos aos direitos e obrigações estabelecidos pelos artigos 1.264 a 1.266 do Código Civil.

Do direito de propriedade sobre tesouros numismáticos achados

Como já mencionado, a exploração do solo é um direito garantido pela propriedade. Aquele que encontra um tesouro numismático em seu próprio terreno tem pleno direito de propriedade sobre ele. Se o tesouro for encontrado em terreno alheio, deve ser dividido igualmente com o proprietário, conforme estabelece o artigo 1264 do Código Civil.

No entanto, se o proprietário contratar alguém para encontrar o tesouro, este deixa de ser considerado um tesouro, e o proprietário não é mais obrigado a dividir o valor encontrado, mas sim o que foi previamente acordado em contrato. Apesar de perder sua definição de tesouro, o proprietário continua tendo direitos sobre a coisa, já que o verdadeiro dono é desconhecido. Se, porventura, o tesouro tiver um dono, ele deixa de ser considerado como tal. Nesse caso, o inventor e o proprietário do terreno perderiam seus direitos de propriedade sobre o achado e receberiam apenas uma recompensa, de acordo com os artigos 1233 a 1237 do Código Civil. Se o inventor se apropriar inteiramente do tesouro encontrado em terreno alheio, isso pode ser qualificado como crime, conforme o artigo 169, CP, I. Da mesma forma, se o legítimo dono do tesouro em terreno próprio desejar recuperá-lo e o descobridor se recusar a entregá-lo, ele estará sujeito às sanções do artigo 169, CP, II.

Do direito de propriedade legítima e o papel da numismática

Inicialmente, é importante destacar que a Constituição Federal aborda o patrimônio histórico e cultural de forma limitada e vaga em algumas de suas disposições, como nos artigos 5º, LXXIII, 24, VII, 30 IX, 215, I e 216. Essa falta de definição clara cria uma lacuna jurídica que pode resultar em incertezas e arbitrariedades por parte do Estado, especialmente para os detentores de tesouros numismáticos.

Caso um conjunto de moedas antigas seja encontrado e seu proprietário seja desconhecido, pode-se considerá-lo um tesouro numismático, conferindo ao descobridor o direito de propriedade sobre o tesouro. No entanto, se esse objeto for tão antigo a ponto de ser considerado um patrimônio histórico, a situação se complica. Patrimônio histórico engloba bens produzidos por sociedades do passado que hoje possuem valor social, cultural ou documental. Assim, qualquer tesouro encontrado pode ser transformado em patrimônio histórico pelas autoridades responsáveis pela proteção do patrimônio histórico, como a UNESCO (a nível mundial) e o IPHAN (no

Brasil). Nesse caso, os descobridores perdem seus direitos de propriedade sobre os tesouros, que passam a ser tutelados pelos órgãos competentes.

Por exemplo, em situações em que um colecionador amador descobre um grande conjunto de moedas antigas, pode haver uma interseção entre o direito de propriedade e os interesses da numismática. Enquanto o descobridor pode reivindicar a propriedade das moedas, instituições governamentais, aplicando a ciência numismática, podem argumentar que esses artefatos têm um valor histórico significativo e devem ser preservados para o benefício da sociedade como um todo. Nesses casos, a legislação e jurisprudência frequentemente pesam os direitos do descobridor em relação ao valor histórico e cultural das moedas em questão.

Conclusão

O direito de propriedade sobre tesouros numismáticos achados é uma realidade, sujeita a determinadas condições, oferecendo oportunidades para ampliar o uso da propriedade e colher frutos inesperados. No entanto, essa questão também envolve considerações sobre o valor histórico e cultural dos objetos encontrados, especialmente quando se trata de artefatos numismáticos. A numismática desempenha um papel crucial ao estudar e preservar esses tesouros, garantindo que seu valor seja reconhecido e apreciado por gerações futuras.

Referências bibliográficas

- A ARTE DE VENDER (2009). Significado de Propriedade. Disponível em: http://aartedevender.blogspot.com/2009/04/significado-de-propriedade.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+AArteDeVender+%28A+arte+de+vender%29. Acesso em: 24 de mar. 2011.
- BASE de dados jurídica Almedina. Código Civil: livro III: Direito das coisas. Disponível em: http://bdjur.almedina.net/citem.php?field=node_id&value=995753. Acesso em: 21 de mar. 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado.
- Código Civil (1916). Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.
- Código Civil (2002). Lei N. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Brasília: Senado.
- Código Penal (1941). Decreto-Lei N. 3.914, de 9 de Dezembro de 1941.
- DIREITONET (2021). Propriedade. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/941/Propriedade>. Acesso em: 21 de mar. 2021.
- LATIL, Pierre de; RIVOIRE, Jean (1967). Tesouros Submersos. São Paulo: Melhoramentos.
- MENEZES, Rafael (2011). Direitos Reais. Disponível em: <http://www.rafaeldemenezes.adv.br/direitosreais/aula2.htm>. Acesso em: 24 de mar. 2011.
- TV MORENA (2010). Justiça de Mato Grosso do Sul manda pedreiro devolver 'tesouro' encontrado em quintal de casa. *O GLOBO*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2010/11/27/justica-de-mato-grosso-do-sul-manda-pedreiro-devolver-tesouro-encontrado-em-quintal-de-casa-923127331.asp>. Acesso em: 24 de mar. 2011.

SUA PEQUISA.COM (2004). Patrimônio Histórico. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/patrimonio_historico.htm. Acesso em: 24 de mar. 2011.

UOL. Pedreiro acha 10 mil moedas antigas enterradas no quintal em Campo Grande (MS). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/811271-pedreiro-acha-10-mil-moedas-antigas-enterradas-no-quintal-em-campo-grande-ms.shtml>. Acesso em: 24 de mar. 2011.

VENOSA, Silvio de Salvo (2003). Código Civil Comentado. São Paulo: Atlas.



A COLEÇÃO NUMISMÁTICA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL: ACERVO E IMPORTÂNCIA

The numismatic collection of the National Historical Museum: Collection and importance

Cláudio Umpierre Carlan*

RESUMO: O artigo começa com apresentação do museu, como um local, no qual abrigava os mais variados ramos das artes e ciências. Sofreu uma severa evolução desde os gabinetes de curiosidades dos séculos XV – XVI, até o século XXI, como o “guardião” da cultura material. Essa cultura material, diretamente associada ao Patrimônio Histórico, nos relata não apenas objetos produzidos pela inteligência humana, mas partes importantes do seu cotidiano.

Palavras-chave: Museu Patrimônio e Arqueologia

ABSTRACT: the paper starts with presentation of the museum as place in which housed the various branches of the arts and sciences. he suffered a severe evolution from cabinet of curiosities the centuries XV - XVI, to XXI century as the “guardian” of material culture. This material culture, closely associated with the Historical Patrimony, tells us not only objects produced by human intelligence, but important parts of everyday life.

Keywords: Museum – Patrimony - Archeology

Recebido em 14/03/2024.

Aceito em 20/04/2024.

Historicamente o museu é responsável pela produção do conhecimento e a convergência dos saberes científicos. Não basta guardar o objeto. Sem uma pesquisa permanente, a instituição fica subestimada, a um centro de lazer e turismo. Cabe aos pesquisadores inserir os objetos, reclusos em suas reservas técnicas, como fontes históricas.

A pesquisa em si é uma visão crítica, a relação homem / objeto / espaço, formam a memória e o patrimônio cultural. Essa documentação museológica é um conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, consequente-

*Professor-Associado 4 de História Antiga e do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, da Universidade Federal de Alfenas.

mente, a representação destes por meio de palavras ou imagens (CÂNDIDO: 2006, 37). Trata-se de um sistema de recuperação de informações, do passado, fundamental para a reconstrução cultural de uma sociedade.

A reserva técnica, como coração do museu, deve, ou pelo menos deveria, exercer um papel primordial dentro da instituição. Ela agrega uma grande leva de objetos, pertencente ao seu acervo, que por sua vez são marcas da memória. Para isso, devemos trazê-la para o campo do conhecimento histórico decodificando suas mensagens simbólicas. Uma série de informações intrínsecas e extrínsecas a serem identificadas.

A memória em si, ligada a aprendizagem, ou a uma função e experiência aprendida no passado, faz parte de uma preocupação básica com a sociedade. As exigências da vida em grupo resultam frequentemente na modelagem da memória através da repressão, do enfoque em certas esferas de interesse. Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ele qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos.

Quanto a isto podemos destacar a memória social, na qual designa o caráter social da construção da memória humana: a associação com as questões do tempo e da história, como um meio de identificar e formar as identidades. Assim, nosso objetivo é o de realizar uma análise tanto da memória social ou coletiva, no sentido da identidade dos grupos, classes, tradição histórica, como também da memória individual, na realização de um fato social. Existindo desta forma uma relação entre memória e o documento.

Estes acervos, transformados em documentos, guardiões de uma memória coletiva, devem ser guardados e protegidos, mas não excluídos dos debates acadêmicos.

Os danos ao patrimônio estão regulamentados por leis de proteção. Na Espanha, por exemplo, as multas por danos vão de 60 a 600 mil euros. Além de prisão, sem direito a fiança. No Egito o contrabando de acervo arqueológico é tão grave quanto o tráfico de drogas.

Em 2006, foi publicado pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o livro *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*, resenhada por Pedro Paulo Funari, com objetivo de tornar público as leis que protegem os nossos bens históricos. A obra chega em uma boa hora, principalmente depois do episódio (mal explicado pela imprensa brasileira) da Marina da Glória, Rio de Janeiro, por ocasião dos Jogos Pan Americano.

Os organizadores dos jogos, os patrocinadores e o próprio Governo Municipal queriam realizar uma série de “reformas”, descaracterizando totalmente um bem tombado. Na mesma linha, o roubo de peças do Museu de Arte de São Paulo (MASP) demonstra a importância não apenas da legislação patrimonial, como de práticas de gestão que incluam a sociedade civil. Como

mostra a experiência internacional, e as recomendações da própria UNESCO, apenas políticas públicas que contemplem a participação de todos garante não apenas a conservação, como a vivificação da memória. Órgãos como o IPHAN e os conselhos estaduais e municipais de patrimônio só podem obter resultados duradouros e efetivos se incluírem a participação dos segmentos sociais.

Os museus, o patrimônio, como instituições públicas, não podem ficar com as portas fechadas para a população. Devem guardar seus acervos, não escondê-lo. Os objetos arqueológicos encarcerados nas reservas técnicas devem ser analisados, estudados e apresentados ao público, acadêmico ou não. Assim, a cultura material prosseguirá no seu caminho, de construção, ou melhor, de reconstrução do nosso passado histórico.

Colecionismo, Arqueologia e Patrimônio Histórico

Hoje visto apenas como um hobby, o colecionismo sempre foi à primeira expressão de uma hierarquia política, econômica e social. Suetônio (69 – 140), no século I da Era Cristã, já relatava a importante coleção numismática do Imperador Augusto (63 a. C. – 14 d.C.).¹

Com a divisão da Europa, após a grande derrocada do Império Romano do Ocidente (476), os novos reinos germânicos, vulgarmente conhecidos por “reinos bárbaros”, procuraram a legitimação dos seus governos no passado romano. Na Península Ibérica, o rei visigodo Chindasvinto (562 – 653), associou seu filho e sucessor Recesvinto (? – 672) ao trono, ainda em vida. Algo raro entre os jovens reinos germânicos. Como elemento legitimador do seu poder, Chindasvinto manda cunhar uma moeda de ouro, onde estão representados, no seu averso, os bustos dele e do filho. O rei “bárbaro” usou o mesmo método de propaganda adotado pelos imperadores romanos: a moeda. Assim, conseguiu apaziguar o inconstante reino visigodo.²

Durante o Renascimento Carolíngio, século VIII, Carlos Magno (747 – 814) estabeleceu leis, onde tudo que lembrasse a cultura romana fosse guardado. Preservar, recolher, recuperar, essa era a ordem do dia. Com isso, através de uma importante atividade cultural, o imperador franco é reconhecido pela Igreja como legítimo sucessor de Roma. Fato esse de vital importância

¹O autor também descreve que apenas as pessoas do círculo pessoal do imperador tinham acesso à coleção. Alguns, como Marco Agripa (? – 12 a. C.), vencedor da Batalha do Actium contra Antônio e Cleópatra, amigo de infância do imperador, ajudou Augusto a montar essa coleção.

²O Museu Histórico Nacional / RJ, tem dois exemplares dessas moedas de ouro de Chindasvinto. A museóloga Rejane Vieira publicou na Revista do Clube da Medalha (Casa da Moeda) um artigo sobre essas peças. Em 2005 apresentei no Programa de Estudos Medievais da UFRJ um trabalho sobre as cunhagens visigodas, tendo esses exemplares como modelo.

para atual União Europeia. O papa João Paulo II em seus discursos, fez uma alusão a importância de Carlos Magno, e seu avô Carlos Martel (688 – 741), para a Europa Cristã. A própria constituição, faz uma referência ao governo dos francos. Notamos a influência do passado, legitimando o presente e o futuro.

No Império Romano do Oriente, Império Bizantino, também era comum durante festas religiosas, militares e políticas, exposições das coleções reais. O imperador Constantino VII Porfirogênito (905 – 959), no século X, realizava anualmente essas exposições³.

Francesco Petrarca (1304 – 1374), célebre humanista e poeta italiano, considerado um dos precursores da coleção monetária na península itálica. Seu principal objetivo era conhecer a História de cada civilização através da moeda. Dono de um importante acervo, Petrarca defendia esses objetos arqueológicos como uma verdadeira paixão, porém, iniciou alguns métodos próprios, mais tarde adaptados pela metodologia científica.

A partir do Renascimento Artístico italiano, mais precisamente no século XV, tudo que lembrava Roma, a cidade modelo precisa ser imitada, começa a fazer parte das salas dos mecenas. Ao mesmo tempo que os pintores mesclam ideologia e mensagem política em seus quadros, as esculturas, mosaicos, moedas, objetos arqueológicos de uma maneira geral, também estão presentes. Essa revolução do olhar, acompanhada pela Expansão Marítima, leva as realezas europeias dos séculos XVI e XVII a adquirirem suas próprias coleções⁴. O modelo da *Vila Albani*, em Roma, onde os intelectuais europeus se encontravam para discutir suas ideias e achados (entre eles o alemão Johann Winckelmann, 1719 – 1768, um dos fundadores da arqueologia científica). A vila pertencia ao cardeal Albani, sobrinho do Papa Clemente XI (1649 – 1721), grande protetor das artes, ordenou as primeiras escavações arqueológicas nas catacumbas romanas. A construção da vila levou aproximadamente 20 anos. Nela, havia uma rica coleção greco-romana, hoje pertencente ao Museu do Louvre.

Ainda no século XVIII, o abade Joseph Eckhel (1737 – 1798), diretor do Gabinete Numismático de Viena e professor de Antiguidade, elabora os primeiros padrões científicos para a catalogação de moedas e medalhas. Tendo como base a coleção do Cardeal Médici, em Florença (Eckhel trabalhou muitos anos com essa coleção), estabelece a organização das peças cronologicamente (por países, reis, governos) em seu livro *De Doctrina Nummarum*

³Era chamado de Porfirogênito, *nascido da púrpura* em grego, por ter nascido no salão púrpura do palácio imperial de Constantinopla.

⁴Luís XIV (1638-1715) herdou a coleção do Cardeal Mazzarino (1602-1661) e, conseqüentemente a coleção de manuscritos de Carlos V (1338-1380), parte do acervo particular de Mazzarino.

*Veterum*⁵, escrita em oito volumes. Até hoje, referência nos museus quanto a organização dos acervos numismáticos (CARLAN: 2007, 26).

De uma maneira geral, as primeiras expedições arqueológicas tem início no século XVIII.. A palavra *expedição* está ligada às expedições militares que ocorreram tanto no século XVIII, quanto no século XIX. Essas campanhas eram acompanhadas por estudiosos e arqueólogos amadores. O principal exemplo desse momento, a descoberta da *Pedra de Roseta*, próximo a Alexandria pelas tropas napoleônicas em 1799. Sabendo da importância desse artefato, os ingleses incluíram no tratado de capitulação de 1801. Antes disso, em 1753, foi criado o Museu Britânico.

Com a Revolução Francesa, a partir de 1792, o Comitê de Salvação Pública (Terror), institui os primeiros decretos e aparatos jurídicos para proteção do Patrimônio Histórico Francês. Os bens da Igreja, realza e nobreza passam a pertencer ao Estado. Os revolucionários tentam acabar com uma ideologia imposta pela elite, proprietária desses objetos. Em 1793 Louvre é transformado em museu, com o objetivo de instruir a Nação, difundir o civismo e a história. Os cidadãos teriam conhecimento do passado e, ao mesmo tempo, ocorria uma legitimação ideológica dos Estados Nacionais.

No Brasil, o Museu Real (hoje Museu Nacional, antigo palácio de D. Pedro II), foi criado por D. João VI em 1818. O próprio regente doou a primeira coleção de História Natural. O referente museu, durante os primeiros anos da República, foi palco das discussões racistas, consideradas na época científicas e modernas, defendidas pelo médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) que, por sua vez, foi influenciado pelo médico italiano Cesare Lombroso (1835 – 1909).

Durante o século XIX, para muitos intelectuais o *século das ciências*, os primeiros conceitos de patrimônio e restauração são lançados. O arquiteto, arqueólogo e escritor francês Eugène Viollet –le- Duc (1814 – 1879), pertencente a escola revivalista, precursor da moderna arquitetura, definiu as primeiras teorias das restauração e preservação patrimonial. Na realidade, Viollet – le – Duc, influenciado pelo romantismo, baseou grande parte do seu trabalho no imaginário medieval, valorizando o Gótico. Seus estudos realizados em Carcassonne, histórica cidade do sul da França, foram considerados pioneiros⁶.

⁵Doutrinas das Moedas Antigas.

⁶Cidade Amuralhada de Carcassonne, Patrimônio da Humanidade pela Unesco desde 1997, possui o conjunto de muralhas mais antigo da França (século IV d.C.). É um dos pontos turísticos mais visitados do país, localizado próximo aos Pirineus Orientais, palco da Heresia dos Cátaros, no século XIII. Graças ao estudo dos objetos arqueológicos encontrados no sítio, foi possível datar sua ocupação por volta do ano 3000 a.C. Seu nome remonta a lenda da Dama de Carcas, princesa sarracena responsável pela defesa da cidadela, depois da morte do marido. Carlos Magno sitiou a cidade por mais de cinco anos sem sucesso. Quando exército

Museu Histórico Nacional e o Acervo Numismático.

O conjunto arquitetônico que hoje abriga o Museu, teve origem a partir do Forte de Santiago, na Ponta do Calabouço, um dos pontos estratégicos para a defesa da cidade do Rio de Janeiro, construído entre os séculos XVI e XVII, para defesa da região, prevendo uma futura invasão de corsários franceses.

Atualmente o MHN ocupa todo o espaço destinado a antiga ponta do Calabouço, local no qual se encontrava instalado originalmente o Forte de Santiago, construído em 1603, ao qual se acrescentou a *Prisão do Calabouço* (1693) - destinada a escravos faltosos - a *Casa do Trem* (1762) - depósito do “trem de artilharia”, responsável pelo deslocamento interno de armas e munições, o Arsenal de Guerra (1764) e o Quartel do Exército (1835).

A instituição foi criada pelo decreto número 15596, de 02 de agosto de 1922 pelo então presidente da República, Epitácio Pessoa (1919-1922), com a função de museu voltado para a História do Brasil. Iniciou as suas atividades no dia 11 de outubro daquele mesmo ano, integrado à Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, instalado em duas galerias, nas dependências do antigo Arsenal de Guerra, (transferido para a ponta do Caju em 1908), ampliadas e decoradas para servirem como “Palácio das Grandes Indústrias”, um dos pavilhões mais visitados da exposição.

A política de aquisição trazia para o museu insígnias militares, religiosas e nobiliárquicas, que, reunidas, retratavam a glória do passado, a nobreza do povo brasileiro, as forças emergentes da nação. Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), foi um dos grandes incentivadores, doando vários objetos pessoais para coleção. Assim sendo, foram entregues ao público, bens culturais até então dispersos, em outros órgãos institucionais, ou pouco valorizados (CHAGAS, GODOY: 1995, 39). Podemos citar como exemplo a coleção de numismática, que se encontrava na Biblioteca Nacional, desde o final do século XIX.

A origem da coleção é um tanto obscura. O corpo técnico do museu acredita que a maior parte das peças foi legado, em 1921, da grande coleção reunida pelo comendador Antônio Pedro de Andrade à Biblioteca Nacional, onde o seu antigo diretor, Ramiz Galvão, desde 1880 havia começado a formar o que mais tarde viria a ser a “coleção oficial brasileira”.

franco iniciou a retirada, Carcas ordenou que tocassem todos os sinos. Carlos Magno teria exclamando Carcas Sonne. Na realidade, bem menos romântica, a cidade foi construída no topo do monte Carcasso.

Antônio Pedro reuniu uma coleção de 13.941 moedas e medalhas que compreende, entre outros núcleos expressivos, 4.559 moedas e 2.054 medalhas portuguesas e 4.420 moedas da Antiguidade.

É também possível que alguns exemplares sejam precedentes das coleções da família imperial, legadas pelo imperador D. Pedro II ao Museu Nacional em 1891 e incorporadas pela Biblioteca Nacional em 1896.

Em um relatório de 1881, dirigido ao Barão Homem de Melo, ministro de Império, que doou 114 moedas e 10 medalhas, Galvão utilizou diferentes argumentos para alcançar seus objetivos:

“A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, exmo sñr., não possuía moedas nem medalhas por um vício de organização que é fácil de explicar; quando criada, pensou-se que esses trabalhos eram antes objetos de curiosidades, e por isso os deixaram fazendo parte do Museu Nacional...É todavia incontestável que moedas e medalhas são antes de tudo documentos subsidiários da história, e que por consequência o seu lugar próprio não é ao lado das coleções de história natural...o lugar da numismática é ao lado da história, e o da história é na Biblioteca Nacional. Pensando assim todas as grandes bibliotecas da Europa tem a sua seção de numismática...” (VIEIRA:1995, 98).

Segundo Poliano, é bem possível que Gustavo Barroso, primeiro diretor do MHN, tenha usado uma argumentação semelhante para conseguir a transferência da coleção da Biblioteca Nacional para o Museu Histórico (POLIANO: 1946, p.p. 9-10). O primeiro lote de peças, estava composto por 406 moedas e 6 medalhas e foi doado à biblioteca em setembro de 1880. Nos anos seguintes, o acervo continuou a crescer, por meio de compras, ou doações, como, por exemplo, a doação da coleção do comendador Antônio Pedro de Andrade, que compreendia 13.941 moedas e medalhas, entre outros núcleos expressivos; de 4.559 moedas e 2.054 medalhas portuguesas; e de 4.420 moedas da Antiguidade.

Em 1922, quando o Museu Histórico Nacional foi criado, o decreto que o instituiu também determinou que o acervo numismático existente na Biblioteca Nacional – assim como em outras instituições como o Arquivo Nacional e a Casa da Moeda – fosse para ali transferido. No momento em que se efetivou a cessão, a coleção total ultrapassava as 48 mil peças.

Durante esse processo de transferência, foram lacradas uma grande quantidade de medalhas e moedas romanas, acompanhadas dos recibos de compras do século XIX. Toda essa documentação ficou “esquecida” na reserva técnica como refugo (lixo). Em 2002 começamos a analisá-la e identificamos, além de exemplares inéditos do Imperador Diocleciano, os detalhes

citados pelos ourives portugueses, citadas nesses recibos, para indicar a raridade de uma determinada peça. Modelo esse utilizado durante a segunda metade do século XIX e início do século XX.

Grande parte dessa coleção é composta por moedas de bronze, naturalmente mais gastas, devido à sua maior circulação nas camadas mais populares do Império, que as de prata ou de ouro. E, artisticamente falando, de categoria inferior, estão determinadas por fatores históricos precisos e definidos; o seu estudo pode vir a elucidar traços fundamentais do momento histórico em que essas peças se difundem.

Foram realizadas uma série de monumentos, no qual essa união é evidente. Essas obras serviam como uma espécie de propaganda política da época, representando a união e amizade a favor do Império, afinal, segundo eles mesmo, trabalhavam pela salvação do já decadente mundo romano.

Como podemos identificar nessas cunhagens monetárias do Imperador Diocleciano, governou o império romano nos anos de 285 a 305 d.C., período conhecido com Tetrarquia, pois haviam 4 imperadores. Dois no Ocidente e dois no Oriente.

Legendas:

Anverso: IMP DIOCLETIANVS PF AVG

Reverso: IOVICO AVGG



Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Foto: Cláudio Umpierre Carlan, outubro de 2006.

***Follis* de bronze cunhada durante o período da tetrarquia. Fabricada entre os anos de 304 e 305, na cidade de Alexandria. A “cara” ou anverso, representa o busto do Imperador Diocleciano, radiado, como uma coroa de raios. Na “coroa” ou reverso, a imagem de Júpiter, divindade suprema. Representando uma figura masculina, com globo na mão direita, símbolo da realeza e perfeição, com a imagem da Vitória, deusa alada.**

Follis, foi uma moeda de bronze, criada durante a reforma econômica de Diocleciano, entre os anos de 294 e 295.

Durante os 20 anos da tetrarquia, Diocleciano era considerado um *iuno*, filho de Júpiter (CARLAN: 2006, 12) .



Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Foto: Cláudio Umpierre Carlan, outubro de 2006.

Legendas:

Anverso: IMP DIOCLETIANVS PF AVG

Reverso: SACRA MONETA AVGVSTI ET CAESARIS NOSTRI

***Follis* cunhado no ano 300, na primeira casa de Tréveres ou Trier. No anverso busto de Diocleciano, encouraçado e diademado. A diferença crucial vem no reverso dessa peça. Referente à tradição republicana romana. SACRA MONETA, templo de Juno, local sagrado que, através da presença pombos, teria alertado aos romanos a chegada do invasor gaulês, no século IV a.C.**

Dentro do padrão simbólico utilizado na Tetrarquia, nessa moeda destacamos: Balança; justiça, prudência, cuja função corresponde à pesagem dos atos (CHEVALIER. GHEERBRANT: 1997, 113); a cornucópia, que na tradição romana representa a felicidade e fecundidade, com abertura

para cima, não para baixo, é identificada com várias divindades (CHEVALIER. GHEERBRANT: 1997, 288).

Considerações Finais

Em novembro de 2002, ano que o MHN comemorava seus 80 anos, foi inaugurada a exposição permanente “A História Através da Moeda”, localizada na antiga Casa do Trem. Essa exposição, cronologicamente organizada, expõe algumas moedas da coleção, mostrando a riqueza do acervo. Inicia-se com as primeiras cunhagens, na Lídia segundo o historiador grego Heródoto, até o atual euro. Ao final, encontramos uma reprodução de um gabinete numismático do século XIX.

A numismática durante muito tempo ficou confinada às reservas técnicas dos museus, não sendo o objeto central de estudos ou análises. Ficando apenas cotejada ou, simplesmente, como um suporte para a documentação escrita. Hoje, no Brasil, existem uma série de estudos e análise tendo a moeda como objeto principal de análise.

O Museu oferece a outras instituições - museus, centros culturais, colégios e empresas - exposições itinerantes baseadas em seu acervo. As exposições disponíveis são: “O Império e a República”, “A República no Traço de Rian”, “Memória Cearense”, “Imagens do Brasil”, “Pelas Ruas e Calçadas - Comércio Informal e Ambulante Ontem e Hoje” e “Oreretama, A Terra do Índio”.

Vale a pena uma passagem rápida pelo site do Museu Histórico Nacional www.museuhistoriconacioanl.com.br. Apesar de ainda estar sendo organizado, existe uma série de imagens sobre a estrutura do MHN, desde o século XVI até os dias atuais.

De gabinetes de curiosidades, arrumados de qualquer maneira, os museus sofreram uma profunda transformação a partir do século XVIII. Carl Von Linné (1707 – 1778), mais conhecido como *Lineu*, escreveu em 1768 seu livro *Systema Naturae*, onde institui a moderna organização da taxonomia (ciência da classificação), descrevendo o que chamou de *nomenclatura binomial*. Os Museus de História Natural, primeiramente, adotaram esse sistema. Mais tarde o método é adaptado para os outros objetos pertencentes às reservas técnicas.

A idéia de Patrimônio Histórico e Cultural, também sofreu uma série de influências a partir do século XX. De construções seculares e milenares, ampliam sua área de atuação para o Patrimônio Imaterial, como o *Drama de Elche*, na Espanha (1980) ou *Samba de Roda do Recôncavo Baiano* (Bahia) e o *Samba Carioca do Rio de Janeiro*, em 2008.

Analisando e estudando a cultura material, identificamos as técnicas, os usos e as diversas funções de cada objeto. Associados aos valores estéticos, históricos, simbólicos de uma época. É fundamental manter, preservar e estudar cada um desses objetos culturais. Função essa que, tanto o Departamento de Museus, quanto o IPHAN, tem por obrigação proteger para as gerações futuras.

Agradecimentos

Aos amigos e colegas do NEPAM / Unicamp, em especial a Aline Carvalho e Pedro Paulo Funari, pela oportunidades de trocarmos ideias: a Vera Lúcia Tostes, Eliane Ney, Rejane Vieira.

A responsabilidade pelas ideias restringem-se ao autor.

Referências

- COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, 320 p.
- CÂNDIDO, Maria Inez. *Documentação Museológica*. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília/MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, pp.34 – 79.
- CARVALHO, Margarida Maria de. LOPES, Maria Aparecida. FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.) *As Cidades no Tempo*. Franca: UNESP / Olho d'Água, 2005, 323 p.
- CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: J C Editora, 1996, 186 p.
- CHAGAS, Mario de Souza. GODOY, Solange de Sampaio. *Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995, 158 p.
- COSTA, Lygia Martins. *De Museologia Arte e Políticas de Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002, 388 p.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e Patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007, 168 p.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2006, 77 p.
- HOBBSBAWN, E.J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 270 p.
- POLIANO, Luis Marques. *A Numismática no Museu Histórico Nacional*. In: Revista Numismática. Números 1-4. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1946.
- SUETÔNIO. *Vida de los doce césares. Obra completa*, Madrid: Editorial Gredos, 1991.
- VIEIRA, Rejane Maria Lobo. *Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional* ? In: Anais do Museu Histórico Nacional, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.



CAMBISTAS, MANUAIS E CARIMBOS: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE A NUMISMÁTICA

Money exchangers, Manuals and Stamps: A New Perspective on Numismatics

Gabriel Amaral Lourenço*

RESUMO: Introdução ao conhecimento sobre Shroffs, handbooks e chopmarks abordando uma nova perspectiva sobre estes profissionais, suas ferramentas e do próprio conceito e história da numismática como ciência.

Palavras chave: cambistas, manuais, carimbos chineses

ABSTRACT: Introduction to knowledge about Shroffs, handbooks and chopmarks, approaching a new perspective on these professionals, their tools and the concept and history of numismatics as a science.

Keywords: Shroffs, handbooks, chopmarks

Recebido em 02/04/2024.
Aceito em 25/04/2024.

As moedas de prata, protagonistas de uma saga milenar, entrelaçam-se com a própria história das civilizações e da grande potência chamada China. Desde a dinastia Han (206 a.C. - 220 d.C.), quando a prata era importada do Ocidente principalmente da Bactria, Parthia e até de Roma para suprir a demanda interna, até o auge do comércio com as Filipinas no final do século XIX, as moedas de prata moldaram a economia e a cultura chinesa.

A China, rica em diversos recursos, carecia de jazidas de prata significativas. Para suprir essa demanda, o país se voltou para o Ocidente, importando prata através da Rota da Seda e de outros canais marítimos. Essa busca incessante pela prata impulsionou o comércio internacional e moldou as relações entre o Oriente e o Ocidente.

No século XVI, as Filipinas (nome dado em homenagem ao então príncipe Felipe II da Espanha), emergiram como um elo crucial no comércio global

* Presidente fundador da Sociedade Numismática de Joinville – SNJ. e-mail: amaraltaleb1@gmail.com

de prata. As moedas de prata espanholas, cunhadas no novo mundo, principalmente em Potosí e México, fluíam para as Filipinas através dos galeões espanhóis que cruzavam o Pacífico dia após dia. De lá, eram transportadas para a China, alimentando a economia e impulsionando o crescimento das cidades costeiras chinesas por mais de 300 anos.

Para garantir a qualidade e autenticidade das moedas de prata, os “shroffs”, em mandarim 钱庄 (qiánzhuāng), cambistas privados chineses, especialistas em numismática, exerciam um papel crucial, cujas funções principais eram: reconhecer moedas, atestar a pureza da prata, verificar o peso e após ser aprovado, aplicar os carimbos *chopmarks*, além da emissão de outras notas promissórias.

Os “handbooks”, em mandarim 钱谱 (qiánpǔ), uma das ferramentas de trabalho mais comuns para os Shroffs, eram basicamente manuais especializados, que

auxiliavam na identificação e classificação das moedas, fornecendo informações sobre tipo, data de emissão, valor facial, material e peso.

Considerando que esses cambistas também eram especialistas em identificar moedas, se trouxermos para uma realidade contemporânea, conceitualmente poderíamos dizer que os Shroffs são numismatas e os handbooks seriam como os catálogos numismáticos que conhecemos hoje.

Porém, todo esse processo entre estudo, identificação e qualificação, era realizado para que as moedas pudessem receber “chopmarks”, em mandarim 戳记 (chuōjì), marcas de carimbo aplicadas nas moedas, que funcionavam como selos de autenticação e indicação de valor para circular em território chinês. Além de sua função prática, as chopmarks se tornaram elementos decorativos, com designs que variavam de simples caracteres a elaboradas composições artísticas.



Shroffs, Cambistas e numismatas



Em um mundo onde moedas e metais preciosos ditavam o ritmo da economia, os Shroffs emergiram como figuras centrais no comércio oriental. Mais do que simples cambistas, eram especialistas em moedas, avaliadores meticulosos e financiadores astutos, tecendo uma complexa rede de transações que impulsionava o fluxo de capital e conectava diferentes culturas.

As origens dos Shroffs se perdem nos séculos, mas suas atividades floresceram na Ásia durante a Idade Média. Na China, registros datam do século VII, durante a dinastia Tang, quando a crescente monetização da econo-

mia exigiu especialistas para lidar com a variedade de moedas em circulação vindas do ocidente.

Comerciantes de todo o mundo viajavam para a China para adquirir produtos como seda, porcelana e chá. Em troca, os Shroffs traziam moedas de prata de países como Espanha, Portugal e México, que eram amplamente utilizadas como moeda na China.

Existiam cambistas especializados em moedas em outras nações orientais, como o Japão onde eram chamados de “ryogae” (両替) e também na Índia e na Pérsia, onde eram referidos por “sarraf” (فارس , em alfabeto persa árabe) palavra que deu origem a versão inglesa “schroff”, muito difundida nos primórdios da colonização das Índias Britânicas Orientais.

Estes profissionais se concentravam em grandes cidades e portos ou paradas da rota da seda, onde o comércio era mais intenso, como Pequim, Cantão, Xangai, Agra e Istambul.

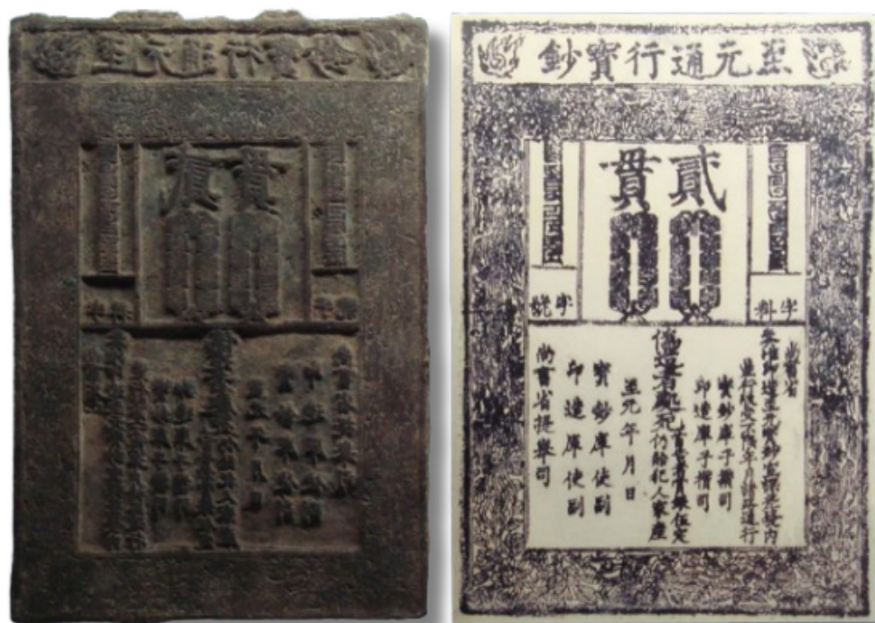
Os Shroffs detinham um conhecimento profundo das moedas, desde sua origem e autenticidade até seu valor intrínseco e curso legal. Cada moeda era cuidadosamente examinada para determinar seu peso e pureza, garantindo a confiabilidade para o uso em transações.

Eles facilitavam a troca de diferentes moedas, tanto dentro de um

mesmo país quanto entre países, superando as barreiras impostas pela diversidade de sistemas monetários. Também forneciam crédito a comerciantes e indivíduos, impulsionando a atividade econômica e suprimindo a demanda por capital além de emitiam notas que representavam depósitos de moedas, facilitando o transporte de valores e promovendo a confiança no sistema financeiro.

Se organizavam em guildas que regulamentavam a atividade e estabeleciam padrões de conduta e também atuavam como financiadores do governo, concedendo empréstimos e ajudando na gestão das finanças públicas.

A crescente demanda por moedas de prata ocidentais na China, combinada com a relativa facilidade de falsificação, levou ao surgimento de um próspero mercado de moedas falsas. Os falsificadores chineses eram altamente habilidosos na imitação do design e da composição das moedas ocidentais, usando técnicas como fundição, cunhagem e chapeamento.



Prensa e cédula Jiaozi da Dinastia Yuan

Na Dinastia Song (séculos XI a XIII), surgiram os Jiaozihao, casas bancárias privadas que emitiam as cédulas Jiaozi, consideradas por muitos como as primeiras cédulas do mundo. As cédulas Jiaozi circulavam livremente e eram amplamente aceitas como meio de pagamento, revolucionando o sistema monetário chinês e facilitando o comércio interno.

Com o advento da moeda fiduciária, a difusão deste novo conceito no mundo ocidental e a criação dos bancos modernos, a partir do século XIX, a importância dos Shroffs começou a diminuir. No entanto, seu legado permanece na história econômica da Ásia e do mundo, como os primeiros especialistas em moedas, podendo ser considerados como os primeiros numismatas.

Handbooks, os manuais numismáticos dos Shroffs

Em meio a imensa variedade de moedas circulando, com diferentes pesos e valores, a operação desafiava até os mais experientes Shroffs em suas análises, por isso, estes cambistas orientais desenvolveram “Handbooks”, manuais numismáticos que guiavam suas análises para uma conclusão mais precisa.

Com origens que remontam ao século VII na China, esses manuais eram meticulosamente elaborados em materiais duráveis como papel de arroz, seda ou madeira, resistindo ao desgaste do tempo e ao manuseio constante.

Estudiosos, mercadores e os próprios Shroffs, com seus anos de experiência prática, dedicavam-se à árdua tarefa de compilar informações precisas sobre as moedas em circulação. Os Handbooks eram ferramentas indispensáveis para o dia a dia e eram utilizados para:

- **Identificação:** As moedas eram classificadas por tipo, dinastia, imperador, material, peso e valor, permitindo a identificação precisa de cada exemplar.
- **Autenticação:** Técnicas para detectar falsificações e determinar a autenticidade das moedas eram cuidadosamente descritas, protegendo comerciantes e o público em geral.

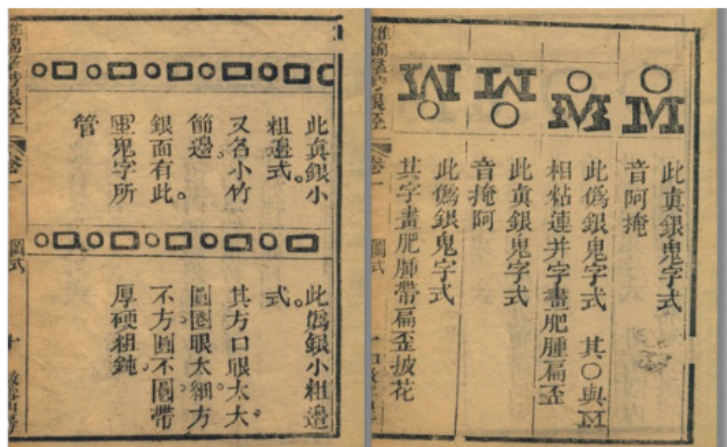


- Conversão: Tabelas de conversão facilitavam o câmbio entre diferentes moedas, dinamizando o comércio e as transações financeiras.
- Avaliação: O valor intrínseco e comercial das moedas era determinado com base em seu peso, pureza e raridade, orientando decisões de compra e venda.



Identificação de anverso e reverso

Identificação de bordo e casa de cunhagem



Na imagem abaixo, duas páginas de duas edições diferentes de um Handbook, retratando uma moeda que recebeu o nome de “Moeda da Galinha” ou “鷄錢”.

Não foi encontrada nenhuma moeda que se apresentasse exatamente como a retratada no manual, mas especula-se que seja referente a um 8 Reales Mexicanos do Império Iturbite.



Na imagem abaixo, vemos uma compilação de 4 páginas de um handbook, escrito em diagramas chineses, com as devidas moedas citadas representadas acima de cada página. Cada uma delas se dedica a apresentar diferentes tipos de 8 Reales Colonial espanhol, destacando o local onde o símbolo da casa da moeda se apresenta, facilitando a identificação do Shroff analista.



Algo curioso sobre os handbooks, são as inscrições de moedas ocidentais, que aparecem de uma forma como um “rabisco improvisado” do alfabeto latino. Isso ocorre devido à falta de conhecimento por parte dos shroffs chineses, de outro alfabeto se não os diagramas Han. Seria algo como, um ocidental que não conhece os ideogramas chineses, copiasse os traços, um a um, sem conhecê-los, parecendo um rabisco grotesco da inscrição original.

O numismata e colecionador americano Dan Huntsinger, que concedeu as imagens dos handbooks para este artigo, dedica-se ao estudo e coleção desses artefatos há anos e relata as dificuldades para encontrar material de estudo sobre o tema:

“Quanto à pesquisa sobre chopmarks em moedas prata e o papel que os eles desempenhavam no comércio

mercantil, há muita pouca documentação disponível. Infelizmente não temos uma lista de chopmarks, o que significam e a quem estavam associados. A melhor documentação descoberta até agora, além das as próprias moedas carimbadas, são os Handbooks dos Shroffs. Esses manuais nos ajudam a entender a motivação e o propósito dos carimbos de chopmarks. Nesses livros, vemos que existiam muitas variedades diferentes de falsificações, por isso havia uma forte desconfiança entre os Shroffs. Além disso, a variedade de prata estrangeira que entrava na China era grande, com novos tipos de moedas da Europa, da América e de outros países asiáticos fluindo a cada ano. Manter o controle de quais moedas eram genuínas era uma tarefa muito difícil. Mesmo uma moeda já carimbada por um Shroff, eles precisavam ter certeza de que o carimbo era válido e a moeda de bom peso e finura. Os manuais serviram para ajudá-los nessa tarefa e temos a sorte de ter esta pequena janela para a história das moedas de prata e carimbos na China.”

Os Handbooks representam muito mais do que simples manuais numismáticos, historicamente eles são uma prova de conhecimento dos antigos orientais, representando o acúmulo de experiências dos Shroffs, transmitido de geração em geração e preservam a história monetária, deixando um completo legado cultural numismático de diferentes nações, tendo sido desenvolvido e utilizado na época da mesma forma que utilizamos os catálogos numismáticos que conhecemos hoje.

Chopmarks, os carimbos particulares da China

Na rica história da numismática chinesa, os Chopmarks se destacam como um capítulo fascinante, onde carimbos privados eternizaram a identidade de comerciantes, dinastias e da numismática mundial. Mais do que simples carimbos, os Chopmarks representam um mundo de simbolismo, tradição e comércio, revelando aspectos intrigantes da cultura chinesa em forma de moedas.

Diferentemente dos carimbos conhecidos por “countermarks”, que são marcas oficiais impressas por governos ou autoridades, que ostentam o poder político e a regulação monetária de um Estado, os chopmarks, são carimbos privados de comerciantes e bancos e revelam marcas singulares.



Countermarks, símbolos de poder e ordem, e chopmarks, marcas de identidade e simbolismo pessoal, juntas compõem um rico mosaico de histórias e significados, convidando-nos a desvendar os segredos do passado eternizados em cada moeda.

Na imagem acima, dois 8 Reales de Potosí (Bolívia Colonial Espanhola) com o “Carimbo de Minas” (Contermark do Brasil Colonial Português) acompanhado de Copmarks chineses (Coleção Mittelstad, Joinville-SC)

Em meio às moedas de bronze da era Wanli da Dinastia Ming (1368 – 1644), surgem os primeiros Chopmarks, carimbos privados que marcariam a história numismática chinesa. Batizados de “Chopmarks de Manila”, acredita-se que essas marcas enigmáticas tenham sido impressas por comerciantes chineses na cidade filipina de Manila, como os primeiros carimbos orientais em moedas.



1



2



3



4

Cada Chopmark em uma moeda o torna única, carregando consigo uma rica carga simbólica. Os desenhos, muitas vezes caligrafia chinesa estilizada, ou simples desenhos, representavam o nome do Shroff, a cidade de origem, o valor da moeda ou até mesmo crenças religiosas. Animais, plantas e objetos celestes também eram frequentemente utilizados, cada um com seu significado específico, transformando as moedas em verdadeiras obras de arte numismática. Porém, o grande mistério para os estudiosos do ramo se encontra em descobrir o real significado do motivo pelo qual cada Shroff escolheu cada símbolo. Na imagem acima, moedas de diversas origens com chopmarks: 1) 8R Santiago do Chile, 2) Thaler MT Restrike, 3) 8R Colunário México e 4) 1 Dollar de Kiangnan.



吉 - Sorte



永 - Eterno



珍 - Tesouro



大 - Grande



有 - Posse



昌 - Prosperidade



龍 - Dragão



才 - Agora



金 - Ouro



正 - Acurado

Acima, 10 exemplos comuns de chopmarks que representam ideogramas chineses, com seus significados em tradução livre para o português.

Não somente em moedas de prata, como também em ouro, ligas de cobre entre outras, os chopmarks marcaram presença. Em uma sociedade onde a confiança era crucial para o comércio, os Chopmarks em moedas funcionavam como uma poderosa ferramenta de autenticação

e ao afixar sua marca em uma moeda, o Shroff garantia a legitimidade da peça em circulação e o valor justo para a transação. Essa prática se tornou essencial para o florescimento do comércio na China, especialmente durante a Dinastia Ming (1368 - 1644) e a Dinastia Qing (1644 - 1912), períodos de grande expansão comercial.

Existe um alto índice de chopmarks falsas contemporâneas, feitas por falsificadores no século XX e XXI, tendo como principal motivação o lucro em cima de colecionadores inexperientes. Estes falsários buscavam enganar colecionadores e comerciantes, vendendo moedas falsas e a preços equivalentes às moedas genuínas.



**Stater de Electrum da Lídia
(610 BC - 546 BC) com chopmarks**

Os carimbos falsos também eram utilizados para ocultar imperfeições, danos ou baixos teores de prata em moedas genuínas, fazendo com que os golpistas usassem chopmarks falsas para mascarar esses problemas e vender as moedas como se fossem de alta qualidade.

Com o passar do tempo, os Chopmarks em moedas se tornaram mais do que simples carimbos, eles se transformaram em testemunhas silenciosas da história, documentando o desenvolvimento do comércio, da arte e da cultura chinesa. Colecionadores de moedas de todo o mundo se dedicam a desvendar os segredos desses carimbos, buscando entender suas origens, simbolismo e significado histórico a exemplo do renomado numismata e colecionador Friedrich Mittelstadt, associado da Sociedade Numismática de Joinville, especialista em chopmarks e que cedeu algumas das imagens para este artigo.

Na imagem, dois 960 Réis com chopmarks: a peça de cima recebeu os chopmarks após a sobrecunhagem do patacão sobre o 8 Reales, a debaixo, recebeu a sobrecunhagem do patacão sobre um 8 Reales já com chopmarks. (Imagens de Rogerio Bertapeli)



Conclusão

O estudo dos profissionais Shroffs, dos handbooks e chopmarks nos convida a imergir em um universo fascinante, onde a numismática se mistura com a história, a economia e a cultura. Ao longo deste artigo, exploramos a complexa teia de relações entre esses elementos, desde as marcas impressas nas moedas até os meticulosos registros dos shroffs.

A infinidade de variantes de chopmarks, cada uma contando uma história singular, nos confronta com a vastidão do tema e a necessidade de um esforço colaborativo entre especialistas no assunto para que tenhamos algum avanço significativo numa pesquisa mais técnica. Através da troca de conhecimentos, da análise minuciosa de cada artefato e do contexto histórico, podemos desvendar os segredos ocultos nessas marcas e contribuir para a construção de um conhecimento mais sólido sobre a história da numismática.

Embora as moedas com chopmark não ocupem o centro das atenções no mercado numismático, seu valor intangível reside na riqueza histórica que carregam em si. Os shroffs, podem ser considerados os primeiros numismatas profissionais da história, deixando um legado inestimável através de seus handbooks, verdadeiros catálogos práticos que documentavam a realidade monetária da época.

Conclui-se que estudar este tema significa ir além da simples análise de objetos numismáticos. É uma provocação à uma nova perspectiva sobre a numismática como uma ciência e profissão milenar, que se adapta ao espaço-tempo para preservar a história e movimentar a economia ao passar dos anos.

Referências:

- GULLBERG, Colin (2014). Chopmarked Coins – A History: the silver coins used in China 1600-1935. laSure Group.
- China Jiaozi Banknote and Plate © IMAGE FROM PHGMCOM (CC -BY SA) - <https://www.worldhistory.org/article/1120/paper-in-ancient-china>
- Mexico 8 Reales Iturbide 1822 © IMAGE FROM NGC - <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/mexico-empire-of-iturbide-8-reales-km-304-1822-cuid-1121027-duid-1451993>
- Chile Santiago 8 reales 1794 © IMAGE FROM NGC - <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/chile-8-reales-km-51-1791-1808-cuid-1065442-duid-1276198>
- Bolivia Potosi 8 reales 1808 © IMAGE FROM NGC - <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/bolivia-8-reales-km-73-1791-1808-cuid-1065351-duid-1275047>
- Mexico Mexico 8 reales 1788 © IMAGE FROM NGC - <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/mexico-spanish-colony-8-reales-km-106.2a-1785-1789-cuid-1119414-duid-1447131>
- Peru Lima 8 Reales 1809 © IMAGE FROM NGC - <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/peru-8-reales-km-106.1-1808-1809-cuid-1079976-duid-1510550>
- Chopmarks Traduction, Images from - https://www.academia.edu/2442760/Chopmark_News_June_2012



EFÍGIE MARIANNE: INFLUÊNCIA FRANCESA NA MOEDA BRASILEIRA

Marianne Effigy: French Influence on Brazilian Currency

Juliana Silva dos Santos*

RESUMO: Pesquisa científica com o objetivo de analisar e debater a importância da efígie de Marianne e sua relação com a República, a construção do patriotismo e a identidade nacional e a simbologia desta alegoria. Para esta pesquisa foram usados dados bibliográficos, moedas e teses de doutorado, contendo uma análise acerca dos fundamentos históricos, sociais do Brasil República e seus ideais positivistas.

Palavras chave: Marianne, República Brasileira, Francesa, Moeda, Numismática

ABSTRACT: Scientific research with the aim of analyzing and debating the importance of the effigy of Marianne and its relationship with the Republic, the construction of patriotism and national identity and the symbolism of this allegory. For this research, bibliographic data, coins and doctoral theses were used, containing an analysis of the historical and social foundations of the Brazilian Republic and its positivist ideals.

Keywords: Marianne, Brazilian Republic, French, Currency, Numismatics.

Recebido em 30/04/2024.
Aceito em 04/05/2024.

Introdução

É notório a figura na efígie que adorna as cédulas do real e do cruzado novo (1989), é ela conhecida como Marianne, um nome que se revela bastante peculiar e de forte influência para a população francesa. Já para os positivistas, ela é a **República**, uma figura feminina que simboliza a vitória sobre a monarquia e que carrega consigo os três pilares da Revolução Fran-

*Museologia UNIRIO - Projeto Conversa de Acervo; julianaveneza2000@gmail.com

cesa (Liberté, Égalité, Fraternité).

Esta figura feminina, estampa vários padrões monetários, desde o Plano Verão do Presidente José Sarney, o Cruzado novo, quando fez sua estreia na cédula de 200 cruzados (1989) novos até o Plano Real (1994). Todavia, ela fez algumas aparições antes, seguindo uma linha cronológica, nas moedas e algumas cédulas produzidas no 1º ano da República, os réis, e em algumas séries do Plano Cruzado (1942- 1990) .

O nome Marianne é uma junção dos nomes Maria e Anne, bastante comuns no século XVIII. Ela personifica valores fundamentais como a Liberdade - simbolizada pelo Barrete Frígio -, Igualdade e Fraternidade, pilares revolucionários que também estão inscritos no antigo franco francês, na bandeira e nos selos franceses. Sua importância cresceu durante a Terceira República francesa, com a criação de bustos, selos e pinturas, além de concursos internos e pouco conhecidos para eleger a “Marianne do Ano” - um título que no Brasil foi ostentado pela atriz Tônia Carrero, por conter semelhanças físicas com a alegoria apresentada, contudo é algo que ainda está em processo de pesquisa.

A influência de Marianne transcende fronteiras, inspirando movimentos com o viés do ideal republicano. Ela é mais do que uma simples efígie, é um símbolo de resistência e de ideais que ressoam além das fronteiras da França.

Alegoria de Marianne

A figura emblemática que adorna a moeda da primeira e segunda família do Real e o antigo plano Cruzado, é conhecida como Marianne, uma representação alegórica da República Francesa, esculpida nos ideais revolucionários e positivistas. Esta figura, apesar de sua presença proeminente, tem sido objeto de poucos estudos dedicados à sua simbologia e iconologia para o povo brasileiro.

A iconografia de Marianne permeia uma variedade de documentos e artefatos, incluindo moedas, selos, carimbos, documentos oficiais e obras de arte. Esta alegoria, que representa a República, simboliza os valores republicanos disseminados por intelectuais franceses. Sua influência se estende além das fronteiras da França, moldando o imaginário simbólico de muitas nações em formação, como o Brasil, durante a saída da família imperial e a instalação da República. No decorrer deste texto, será citado as referências artísticas que moldaram a representação da efígie de Marianne, como a conhecemos hoje no Real.

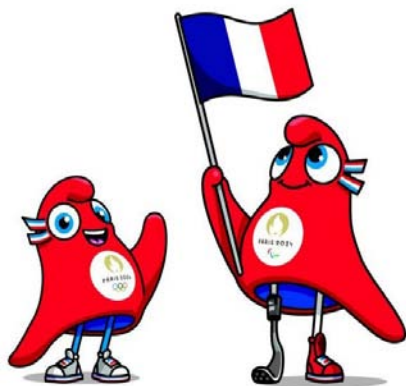
O nome Marianne é uma combinação de Maria e Anne, nomes comuns entre a população proletária francesa, reforçando sua conexão com o povo que ela representa, sendo destacada posteriormente como a “Semeadora” na criação dos francos franceses. Uma figura alegórica da República Francesa, é mais do que apenas um nome. Ela é a fusão dos dois nomes mais populares da França, carregando consigo os ideais republicanos franceses de liberdade, fraternidade e igualdade. Sua ascensão ocorreu durante a Terceira República Francesa (1870 - 1940), um período em que desafios significativos impulsionaram a república a apelar para sua identidade junto ao povo, marcando o fim da era do absolutismo monárquico e a ascensão de uma nova forma de governo democrático, laico e igualitário.

Inspirada nas ideias iluministas, a Revolução Francesa foi um marco histórico que trouxe o fim da monarquia absolutista francesa, estabelecendo alicerces para as gerações vindouras. Este movimento teve seu estopim após a queda da Bastilha em 14 de julho de 1789. Ela trouxe uma mudança significativa na política, arte e na cultura. Um exemplo a ser apresentado é o quadro «A Liberdade guiando o povo», do artista francês Eugène Delacroix. (Como é demonstrada na imagem em abaixo)



(EUGÈNE DELACROIX, Le 28 juillet 1830. La Liberté guidant le peuple, 1830. Óleo sobre tela. 260 X 325 cm. Museu do Louvre, Paris.)

A Marianne, aparece com os seios nu levando a bandeira tricolor da revolução francesa em direção à Bastilha. O perfil feminino que usa uma cobertura chamada Barrete Frégio, simbolizava a liberdade do povo, ele foi utilizado por emancipados na Roma Antiga e adotado pela cor vermelha pelos libertadores de escravos na França. E ele tem um papel tão significativo que foi escolhido para ser mascote das Olimpíadas de 2024 em Paris (França). Na imagem abaixo segue um exemplo de como seria um Barrete Frégio.



Porém, esse quadro foi feito por Delacroix em 1830, em comemoração a Revolução de Julho de 1830 que depois o rei Carlos X da França abdicou do trono, por não conseguir conter a escalada violenta de protestos (conhecido mais tarde como “Les Trois Glorieuses”), por causa de ordenanças restritivas que ele havia emitido em 26 de julho de 1830. Produzido em um período de crise política e identitária da população francesa e seguida de uma revolta contra a restauração da Dinastia Bourbon, todavia deu engajamento para as produções dos francos e dos euros que atualmente correm o território francês, sendo o euro uma moeda única porém tendo elementos identitários de cada nação do bloco econômico.



(Descrição pelo catálogo francês: Efigies: Semeadora; Valores: 1 franco (1), ½ Franco (2), 10 cents (3); Anos citados são de 1968 (1), 1994 (2); 2020 (3). Design achado somente do n°3: Laurent Jorlo).

Aparecimento no Brasil

A manifestação de Marianne no Brasil é mais ligada ao Plano Sarney de Verão, (1989) quando fez sua estreia nos 200 cruzados novos, porém, já havia sido implementada antes nas cédulas de réis (1896,1900-1902,1919), nas moedas de prata (1889-1934). Inicialmente com a antiga série Cruzado, nas cédulas de 200 cruzados novos, seguida pelo Cruzeiro nas cédulas de 5.000 cruzeiros (1990), e posteriormente na moeda de um real bimetálico da primeira e segunda famílias do Real. A introdução desta figura emblemática foi um marco significativo, simbolizando uma era de transformação, em um Brasil republicano.

O Cruzado Novo, confeccionado e apresentado durante o governo de José Sarney em 1989, pós- ditadura. Emergiu como uma resposta à hiperinflação que assolava o Brasil. Nesse cenário de incertezas econômicas, o país enfrentava uma recessão profunda, e o aumento da dívida externa. E trouxe consigo uma Reforma Monetária, onde o Cruzeiro foi substituído pela família do Cruzado, com segmentos de moedas de baixo custo e ligamentos metálicos de baixa qualidade, também foi utilizado o Brasão de armas como

representação no anverso da moeda. O Plano Cruzado, apesar de suas boas intenções, enfrentou desafios e limitações. O congelamento de preços, por exemplo, afetou a rentabilidade dos produtores e criou desequilíbrios na oferta e demanda. No entanto, sua tentativa de domar a inflação e promover a estabilidade econômica permanece como um marco na história do Brasil.



(Série: Réis. Efigie: Marianne/ Efigie da República (reverso), circundada com 21 estrelas e próximo a orla um colar de pérolas, com uma tiara. Valor, Ramo de café, Brasão de armas, Algarismos romanos (MCM), inscrição “República dos Estados Unidos do Brasil” (anverso). Valor: 200 e 400 réis. Material: Cuproníquel. Diâmetro: 20/ 30 mm. Espessura(mm): 2,10 mm. Peso: 12 g. Borda apresenta oxidação. Ano: 1901).

A emergência de Marianne no cenário brasileiro foi catalisada por uma corrente de pensamento conhecida como positivismo, que desempenhou um papel crucial na recuperação dos valores republicanos originários da Revolução Francesa. O Positivismo é um movimento filosófico, fundado por Auguste Comte no século XIX, onde se baseiam na ciência e na ordem social, defendiam a disciplina, o rigor e a ordem para que houvesse assim um crescimento moral e social na sociedade.

No Brasil, encontra-se um marco deste pensamento solidificado em uma igreja Positivista no Rio de Janeiro, localizado ao lado do Instituto Histórico Geográfico, no bairro da Glória (Representado no Anexo). Onde pode-se encontrar algumas informações sobre a sua essência, pois sua missão é considerada por alguns como a criação de uma “religião da humanidade”,

buscando no entanto o resgate da identidade republicana de uma nação em progresso assim conseguindo a ordem. O Positivismo contribuiu principalmente para a construção do lema da bandeira nacional brasileira com a frase “Ordem e Progresso”.

Neste contexto, dois artistas pouco conhecidos, imbuídos do espírito positivista, trouxeram para o Brasil a representação de Marianne, sendo eles Décio Villares e Manuel Lopes Rodrigues. Sua arte e seu compromisso com os ideais republicanos ajudaram a moldar a identidade nacional durante um período de mudança significativa. Através de suas obras, eles contribuíram para a consolidação da República e para a propagação dos valores que Marianne simboliza.

A arte e a moeda



(RODRIGUES, Manuel Lopes. Alegoria da República, 1896. Óleo sobre tela. 230 X 120 cm Museu de Artes da Bahia, Salvador).

Na obra «Alegoria da República», - exposta no Museu de Arte da Bahia - do artista baiano Manoel Lopes Rodrigues, que a produziu em 1896. Em sua obra, ele apresenta uma mulher jovem, vestida com trajes clássicos e com a cabeça coberta pelo Barrete Frígio e uma coroa de ramos de louros, demonstrando vitória sobre a monarquia. A postura que a figura representa possui certa rigidez, diferente da mulher representada por Delacroix, pois ela precisava demonstrar solidez e firmeza. Sentada em um trono, segurando uma espada em sua mão direita (força/exército) e aos seus pés há ramos de oliveira e trigo, tendo um simbolismo de sabedoria e prosperidade.



A efígie de Marianne, figura a cédula de 2 reais (2010) e ao ocupar o centro da moeda nacional, transcende a sua presença visual. Ela é um ícone que reverbera influências do quadro concebido por Manuel Lopes, nota-se a seguinte observação na parte da frente da cédula onde revela notáveis paralelos entre os ramos de oliveira, o manto, o Barrete Frígio e o olhar jônico. Assim, a Marianne, com sua aura de nobreza e idealismo, perpetua a memória coletiva e a identidade da nação brasileira.

Décio Villares (1851-1931), pintor carioca, positivista/ católico, expertencente a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Boêmio e intelectual, estudou na França no período de 1872 e 1881, onde se tem notícias de que ele se converteu ao pensamento filosófico positivistas e começou a desenhar mulheres que eram semelhantes a Marianne. Infelizmente, logo após a sua morte, sua mulher ateou fogo em seu atelier perdendo quase todo o acervo. Porém a obra “Marianne, a República Brasileira” foi uma das poucas sobreviventes.

A obra A República foi feita em comemoração aos 47º aniversário da



(VILLARES, Décio. A República, 1909. Óleo sobre tela. Palácio Anchieta, Vitória).

Proclamação da República. Sua iconografia apresenta semelhanças nas vestes e no Barrete Frígio que cobre a cabeça, tem a representação em perfil, pois seria aquela que mais era reproduzida nas moedas republicanas. A pintura de Décio é mais um ícone simbólico, do que uma pintura propriamente dita, pois afirma os atributos alegóricos de uma república mais consolidada.



(Série Cruzeiro/Efígie: Marianne/ Efígie da República (anverso). Valor, Ramo de café e ano (reverso). Material: Cuproníquel. Diâmetro: 18,0 mm Espessura(mm): 1,70 mm. Peso: 3,30 g. Valor: Cr\$50,00. Período de circulação: 1965 a 1968).

Considerações finais.

Marianne, transcende a mera representação republicana; ela é um ícone, uma representação que ecoa através dos séculos. Como figura feminina, ela personifica os pilares de uma revolução que moldou o curso da história mundial. Sua presença nas cédulas e moeda não é mero simbolismo é um lembrete constante dos valores republicanos e positivistas: A ciência, o progresso, a educação e a cidadania, que sustentam nações até os dias de hoje. Ela nos lembra que somos herdeiros de vários pensamentos iluministas, onde a razão e o bem comum prevalecem.

Ao olhar para a Efígie de Marianne, traz sentimentos de orgulho à nação. Ela nos conecta à própria jornada de transformação de uma sociedade em crescimento, desde os tempos coloniais até os desafios contemporâneos como a retomada da democracia pós 1964. Ela é a voz silenciosa que entoa em nossos corações: “Somos parte de algo maior, algo nobre e progressista” (Pregação da igreja positivista). Ela representa a busca incansável por igualdade, justiça e dignidade. Seu rosto estampado nas notas de Real nos lembra que a república não é apenas um sistema político, mas um compromisso com a equidade e a inclusão.

Ademais, Marianne não é apenas uma imagem nas notas de Real que circulam nos meios de transporte, comércios e nos cofrinhos de crianças; ela é a guardiã da nossa identidade republicana.

Anexos: Imagens



Referências Bibliográficas

- BANCO Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/moeda-semimitadas>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- BIA, VIANA. *Quem é a mulher que aparece com seu rosto estampado nas notas de real?* 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.mulher.com.br/atualidades/noticias/quem-e-a-mulher-que-aparece-com-seu-rosto-estampado-nas-notas-de-real>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO, Francisco; Marcos; Brasil de Sousa Batista, Joel. Entre marianne e clotilde: a representação feminina nas representações da república brasileira (1889-1896). *Revista de Estudos de Cultura*, [S. l.], v. 8, n. 21, p. 85–97, 2022. DOI: 10.32748/revec.v8i21.18508. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/18508>. Acesso em: 4 maio.2024.

- DÉCIO Villares. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Artes e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21769/de-cio-villares>. Acesso em: 04 maio 2024. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7
- ESTUDANDO História com as cédulas brasileiras - palavras palavras. Disponível em: <https://radames.manosso.nom.br/palavras/educacao/estudando-historia-com-as-cedulas-brasil-eiras/>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- FERRARI, WALLACY. *Quem é a pessoa estampada nas cédulas do real?* 3 ago. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/quem-e-pessoa-estampada-nas-cedulas-do-real.phtml>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- GRASEL, GRASIEL FELIPE. *Quem é a Efigie que estampa as cédulas do real?* 7 nov. 2014. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/13726-quem-e-a-efigie-que-estampa-as-cedulas-do-real>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- HARTOG, François. O tempo desorientado: Tempo e História." Como escrever a história da França?" *Anos 90*, v. 5, n. 7, p. 7-28, 1997.
- HIPERCULTURA. *Os 4 símbolos nacionais brasileiros: significado, história e curiosidades*. 23 jul. 2019. Disponível em: <https://www.hipercultura.com/simbolos-nacionais-brasileiros/>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- LIMA JUNIOR, Carlos Rogério. *Marianne à brasileira*. 23 out. 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-16062021-151518/publico/2020_CarlosRogerioLimaJunior_VCorr.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.
- MARIANNE. 28 mar. 2014. Disponível em: <https://recife.consulfrance.org/Marianne>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. *O que os rostos impressos nas cédulas podem revelar sobre um país?* 27 mar. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/03/efigies-cedulas-notas-dinheiro-real-personalidades>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- O ROSTO FEMININO DA EDUCAÇÃO REPUBLICANA ENTRE MARIA E MARIANNE. Maio/Junho de 2016. Disponível em: https://www.cemhal.org/anteriores/2015_2016/No_166.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.
- OSHIO, Raquel. *As representações femininas da República no Brasil*. 9 mar. 2022. Disponível em: <https://vestibulares.estrategia.com/porta/materias/historia/as-representacoes-femininas-da-republica-no-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- RESENDE, Marco Flávio da Cunha. EMISSÃO DE MOEDA, DE DÍVIDA PÚBLICA E CONVENÇÕES DURANTE A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2020. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272531>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- RODRIGUES, Manoel Lopes. A República - Manoel Lopes Rodrigues. *Google Arts & Culture*. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/a-republica-manoel-lopes-rodrigues/AQGV9DG4UbnBg?hl=pt-br>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- SCHMIDT, Renata. *Metais e Materiais usados nas moedas brasileiras*. 18 dez. 2023. Disponível em: <https://www.pensarcursos.com.br/blog/metais-e-materiais-moedas-brasileiras/>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- SÍMBOLOS Nacionais. 10 ago. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/simbolos-nacionais-1>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- SOUZA, Hellen. *Marianne e a República Francesa – França Mais*. 9 abr. 2019. Disponível em: <https://francamais.com.br/marianne-e-a-republica-francesa/>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Dinheiro no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro-RJ-Brasil: Léo Christiano Editorial, 1987. 295 p. ISBN 8585020261.



RENDICIÓN DE URUGUAYANA Y UNA MEDALLA INÉDITA DE DON PEDRO II

Rendição de Uruguaiana e medalha inédita de Dom Pedro II / Surrender of Uruguayana and an unknown medal of Don Pedro II

MV; MSc. MBA. Carlos J. Mucha

RESUMEN: Se cumple este año el 160 aniversario de la Guerra de la Triple Alianza, el mayor evento bélico em número de vidas y tiempo de lucha en toda america del sur. Como en toda guerra se acuñaron premios militares a los que participaron como así también medallas conmemorativas por determinadas acciones. Recorriendo la extensa bibliografía numismática en este tema, siempre encontramos listas de los mismos premios y medallas, pero en un libro de Francisco Marques dos Santos editado en Brasil en 1937 citan una medalla conmemorativa homenajeando al Emperador Don Pedro II, siendo en nuestro conocimiento, el único texto que la describe. Luego de uma extensa búsqueda que comenzó con una medalla mula (un cuño de anverso y otro de reverso) logramos encontrar la medalla citada por Dos Santos de la cuál hasta el momento, sólo poseíamos las referencias del autor.

Palabras Clave: Medalla - Don Pedro II - Uruguayana

RESUMO: Este ano marca o 160º aniversário da Guerra da Tríplice Aliança, o maior evento de guerra em termos de número de vidas e tempo de combate em toda a América do Sul. Como em toda guerra, foram entregues prêmios militares aos participantes e medalhas comemorativas por determinadas ações. Percorrendo a extensa bibliografia numismática sobre o tema, encontramos sempre listas dos mesmos prêmios e medalhas, mas em livro de Francisco Marques dos Santos publicado no Brasil em 1937 citam uma medalha comemorativa em homenagem ao Imperador Dom Pedro II, sendo, para nosso conhecimento, o único texto que o descreve. Depois de uma extensa pesquisa que começou com uma medalha mula (um dado no anverso e outro no reverso) conseguimos encontrar a medalha mencionada por Dos Santos da qual até agora só tínhamos as referências do autor.

Palavras chave: Medalha - Dom Pedro II - Uruguayana

Recebido em 14/03/2024.

Aceito em 04/05/2024.

SUMMARY: This year marks the 160th anniversary of the War of the Triple Alliance, the largest war event in terms of number of lives and fighting time in all of South America. As in every war, military awards were issued to those who participated as well as commemorative medals for certain actions. Going through the extensive numismatic bibliography on this topic, we always find lists of the same awards and medals, but in a book by Francisco Marques dos Santos published in Brazil in 1937 they cite a commemorative medal honoring the Emperor Don Pedro II, being, to our knowledge, the only text that describes it. After an extensive search that began with a mule medal (one die on the obverse and another on the reverse) we managed to find the medal mentioned by Dos Santos of which until now, we only had the author's references.

Key Words: Medal - Don Pedro II – Uruguayana

La Guerra de la Triple Alianza

Se trata del mayor conflicto bélico en América del sur, se conoce como de la Triple Alianza o la Guerra del Paraguay, entre los historiadores paraguayos como la Guerra Grande o Guerra Guasú¹⁻² Inicia el 12 de noviembre de 1864 y se extendió hasta el 9 marzo de 1870, no es común en un enfrentamiento militar un tiempo tan largo de lucha³ y esto ya la hace particular, las consecuencias fueron mas de 450 mil muertos entre combatientes y civiles de ambas fuerzas, con la particularidad de que perdió la vida más de la mitad de la población paraguaya, y casi el 90% de los hombres de allí en edad de entre 10 y 60 años⁴. Fue un gran enfrentamiento que modificó y terminó de darle la forma final a la geopolítica⁵⁻⁶ en la región, provocando un gran cambio desde lo político, cultural, social y económico⁷.

Origen del conflicto

A mediados del siglo XIX la situación política era ya tensa en nuestra región, desde 1860 existían aún conflictos limítrofes o zonas en disputa entre Argentina y Paraguay (parte de Chaco y Misiones) como así también entre Brasil y Paraguay (Mato Grosso do Sul). Desde 1862 Francisco Solano Lopez ejercía el gobierno del Paraguay sucediendo en el mando a su padre Carlos Solano Lopez⁶⁻⁸. La situación general en Paraguay era estable, un país con ciertas características diferentes en la región, distribución y trabajo de los suelos, poca deuda, con cierto grado de desarrollo tecnológico⁹ (trenes, telégrafo, astilleros, etc.) y con la ventaja de no tener grandes luchas internas (como sucedía em Argentina entre Unitarios y Federales, o en Uruguay

con los Blancos y Colorados). Para 1863, la zona de frontera entre Río Grande do Sul y Uruguay estaba en un punto de conflicto¹⁰, en ese momento gobernaba en el país oriental Bernardo Berro del partido Blanco y las fuerzas del partido Colorado al mando de Venancio Flores comenzaron a ejercer presión al gobierno (por diferentes ideologías acerca de como manejar el país, la política y economía)¹¹. Luego de algunas luchas internas Venancio Flores con ayuda militar del gobierno del Brasil (y con ayuda indirecta de Argentina bajo el mando del General Mitre) comienza la Cruzada Libertadora dentro del territorio uruguayo, y sitian a fin del año 1864 la ciudad de Paysandú la cual es defendida por fuerzas del partido Blanco al mando del General Leandro Gómez¹²⁻¹³ y luego del asedio el 2 de enero de 1865 la ciudad cae. De este modo fuerzas uruguayas y brasileñas toman la ciudad y luego hacen lo mismo con Montevideo todo lo cual culmina, con Venancio Flores como gobernante de la República Oriental⁸.

Todo estas acciones y la alianza uruguaya brasileña del año 1864 provoca el enojo y la reclamos del gobierno del Paraguay, el cuál mantenía un vínculo fuerte con el gobierno de Berro¹. Solano Lopez reclama ante la coyuntura de la invasión uruguayo-brasileña pero no recibe apoyo de los demás países de la región. Ante esta situación (y posiblemente pensando en su estrategia en una alianza con los blancos de Uruguay y los federales del General entrerriano Justo Jose de Urquiza y parte de Corrientes) decide en 24 de diciembre de 1864 ocupar territorios en disputa con el Brasil tomando Mato Grosso y allí el Fuerte de Coimbra, de este modo se produce la declaración de guerra del Paraguay al Brasil⁸⁻¹⁴.

Como podemos ver, se trataba de una disputa abierta en varios frentes y con distintas y variadas opciones de alianzas. Debido a la situación en Uruguay el gobierno de Solano Lopez envía el 5 de febrero de 1865 un pedido al argentino para poder atravesar territorio de Corrientes con el fin de poder llegar al Brasil y Uruguay¹⁵. El General Mitre, le niega el paso por territorio nacional lo que aumenta el enojo del gobierno paraguayo y en marzo de 1865 el congreso de Paraguay le declara también la guerra a la Argentina⁶ y el 13 de abril fuerzas de Solano Lopez ocupan la ciudad de Corrientes y de este modo logran su pasaje por la provincia⁷. Como es de apreciarse, la situación es muchísimo mas compleja que en un inicio, y el 1 de marzo de 1865 se firma de modo secreto el tratado de la Triple Alianza en donde Brasil, Argentina y Uruguay se comprometen a unir fuerzas contra el Paraguay¹⁶.

Decimos tratado secreto, ya que no se divulgó hasta varios meses después en dónde sale a la luz en Inglaterra¹⁷⁻¹⁸. En este pacto se describen las acciones y el objetivo de sacar a Solano López del poder. Se habla de que no es una guerra contra el Paraguay sino contra su gobierno, siendo los límites de esta afirmación muy poco claros.

En 1865 las fuerzas paraguayas se dividen en dos grandes ejércitos uno al mando del Sargento Mayor Pedro Duarte (con unos 3.000 soldados) y el otro al mando del Teniente Coronel Antonio de la Cruz Estigarribia con unos 7.000 hombres. Las fuerzas de este último cruzan el Uruguay llegan a territorio brasileño y toman primero San Borja, luego Itaquí y el 5 de agosto de 1865 Uruguayana. Todo esto de un modo muy rápido y con poca resistencia de las fuerzas imperiales.¹

Las fuerzas de Duarte quedan del otro lado del Río Uruguay, cerca de Paso de los Libres en territorio argentino, es decir ambos ejércitos separados.

La rápida acción de las fuerzas aliadas sumado a el mayor número de soldados, da frutos y el 25 de mayo se recupera la ciudad de Corrientes (carta del General Paunero em Mitre¹⁹) y el 11 de junio de 1865 se produce la batalla naval de Riachuelo con victoria de la armada brasileña al mando de Comodoro Francisco Manuel Barroso da Silva²⁰, luego el 17 de agosto de 1865 tiene lugar la batalla de Yatay en donde la Triple Alianza logra un rotundo triunfo ante los paraguayos (en donde pierden la vida unos 1700 soldados paraguayos y unos 320 aliados entre muertos y heridos).

Es decir, de este modo tenemos el ejército de Estigarribia ocupando Uruguayana pero las derrotas Corrientes, de Riachuelo y Yatay, terminan aislando las tropas en esta ciudad y comienza el desplazamiento de tropas aliadas para sitiarlos.

Viaje de Don Pedro II al frente de batalla

En este momento de alto belicismo, el emperador decide ir al frente de batalla al enterarse de la invasión paraguaya en territorio del Brasil, todo esto a pesar de los pedidos en contrario del Consejo de Estado que no concebía este arriesgado viaje a un área de combate. Pero la realidad es que la llegada del monarca, terminaría provocando un gran efecto positivo en la población ya que era fundamental el reclutamiento de tropas. Dando así Don Pedro II la imagen del Rey Soldado, del primer defensor de la patria, del Voluntario número uno²¹.

Don Pedro II forma una comitiva para viajar desde el palacio de Río de Janeiro y entre ellos estarán sus yernos Gaston de Orleans el Conde D'Eu (el cual escribirá un diario relatando su viaje²²) y Augusto de Sajonia-Coburgo-Gotha el Duque de Saxe, además el Duque de Caixas y el Ministro de Guerra Angelo Muniz da Silva Ferraz entre otros¹¹.

Comienzan su viaje el 10 de julio de 1865 en el vapor Santa María desde Río de Janeiro hacia Río Grande do Sul donde llegan el día 16 de julio, allí es donde realiza su famosa proclama hablando a los riograndenses como si fuera un padre que trata de rescatar el honor del Brasil. De allí a Porto Alegre, Rio Pardo (29 de julio), llega a Cachoeira el 1 de agosto, Caçapava (7 de agosto) en donde recibe la noticia de la ocupación paraguaya de la ciudad de Uruguayana. Luego a San Gabriel, el 8 de septiembre llegan a Alegrete y arriban a Uruguayana el día 11 de septiembre de 1865, terminando su recorrido luego de casi dos meses de viaje y mas de 400 leguas.²³

En Uruguayana, se reúne con los generales Mitre y Flores, y se envía un nuevo ultimátum a Estigarribia (ya se le había pedido antes la rendición pero no la había aceptado) y el 18 de septiembre de 1865 cuando ya las tropas se habían preparado para el ataque (un ataque que seria demoleedor ya que la proporción de fuerzas era de 3 a 1 a favor de los aliados, los paraguayos estaban sitiados hace mas de 40 días ya sin alimentos ni agua, y no tenían una opción de escapatoria ya que tenían a sus espaldas el rio y estaban rodeados de las tropas aliadas) se acepta la rendición. El mando paraguayo, ante esta situación, envía ciertas condiciones para rendirse y se solicita la mediación y garantía de Don Pedro II.

Estigarribia en sus condiciones propone²⁴:

- 1) Que toda su fuerza se rendiría como prisioneros de guerra.
- 2) Que le fuera permitido a los oficiales conservar sus armas y elegir su residencia.
- 3) Que los uruguayos que formaban parte de su ejército, sean prisioneros de Brasil y no de Uruguay (por temor a que Flores los degollara).

Los jefes aliados aceptan las condiciones en parte, pero deberían entregar las armas y no residir ya mas en Paraguay (como dato anecdótico el Teniente Coronel Estigarribia se mudó a Rio de Janeiro donde vivió hasta su muerte).

De este modo, se produce la rendición de Uruguayana en donde la tropa paraguaya al mando de Estigarribia y formada por 5490 hombres (59 oficiales y 5.531 soldados) entregan las armas sin disparar un solo tiro²⁵.

Conmemorando la rendición de la plaza, Don Pedro II concede una medalla de honor a todos los que participaron de este hecho. El decreto es firmado por el Ministro de Guerra Angel Muniz da Silva Ferraz el día 29 de septiembre de 1865. La medalla será circular de 16 mm en oro, plata, cobre y zinc según el grado del combatiente. En el anverso em campo el texto URUGUAYANA dentro de corona de ramo de laurel y café. En el campo del reverso 18 DE SETEMBRO DE 1865.

La cinta será bicolor a fajas verticales del mismo ancho, azul celeste a los lados y verde en el centro²⁶.

Finalizado este evento de la rendición, quizá todas las partes pensaron que marcaría el fin de la guerra, ya que más de la mitad de las tropas de Paraguay se perdieron en estos pocos meses (por muertes, deserciones, cambios de bando) según de Lima en “A Guerra do Paraguai”²⁷ entre las pérdidas de las tropas de Estigarribia y las campañas en Corrientes las bajas paraguayas eran de casi 21 mil muertos o sea un tercio de todo el ejército original. Pero no fue así, es solo el inicio de un largo camino en la guerra que como dijimos terminará en 1870.

La Rendición Uruguayana tiene un significado muy importante en la guerra de la Triple Alianza, por las siguientes razones:

- *Último evento bélico en territorio brasileño.*
- *Luego de esto, la guerra se concentrará en el Paraguay.*
- *Cambio en estrategia de Solano Lopez, pasa de acciones ofensivas a una postura defensiva.*
- *Visita y presencia del Emperador Don Pedro II en frente de batalla.*
- *Numismáticamente hablando nos permitió una intensa búsqueda hasta encontrar una medalla conmemorativa nunca acuñada por el sitio de Uruguayana.*

Premios Militares y Medallas conmemorativas

La entrega de premios militares se trata de una acción en reconocimiento de las virtudes marciales, es decir premiar a la tropa y a todos los que participaron en campaña²⁸.

Las medallas conmemorativas no son premios militares, pueden o no ser acuñadas por los gobiernos y buscan dejar en la memoria del pueblo hechos de trascendencia. Se tratan de descripciones generales (una batalla, una acción destacada del regimiento, aniversario de combates, etc) o también pueden ser personalizadas, es decir una medalla conmemorativa homenajeando una persona en particular (por una acción loable, póstuma, inauguración de un monumento, etc).

Si analizamos la bibliografía acerca de medallas en la Guerra del Paraguay^{26-29 a 35} lo que encontramos es un consenso común en la cantidad y tipos de premios militares entregados en ambos bandos. El número de estas condecoraciones militares es de 22 en general y con variaciones en los metales (oro, plata, cobre o estaño) lo cuál varía según el grado militar del premiado.

Medallas conmemorativas de Don Pedro II

Describiremos nuestros hallazgos, con el fin de que sean tenidos en cuenta en los estudios en medallística de la Guerra de la Triple Alianza.

La primer pieza a la que tenemos acceso, es una medalla muy particular que nos abrió luego el camino de esta investigación.

Se trata de una medalla de cobre de 60 mm de diámetro y con un peso de 115 gramos, siendo el ancho de la misma de 5 mm. En el anverso tiene el busto del Emperador Don Pedro II y la leyenda DOM PEDRO II IMPERADOR DO BRASIL debajo de la imagen vemos la firma de CHR. LÜSTER F. (Christian Lüster Fecit o hecho por Christian Lüster) con esta información comenzamos a buscar en la bibliografía una pieza acuñada em modulo de 60 mm con esa misma imagen y encontramos en Catalogo de Meili con la referencia 99²⁹ esa misma imagen, la misma leyendo ocupando misma parte del campo misma ubicación de firma, en una medalla de 1858 “Estrada de Ferro de Don Pedro II” o sea la inauguración de un tramo de ferrocarril pero ...nuestra medalla tenía el mismo anverso que la citada pero el reverso no. En el reverso la leyenda estaba en latín citando la captura de Uruguayana el 18 de septiembre de 1865, los soldados paraguayos que se habían rendido y loas al emperador Don Pedro II. Es decir esta medalla era una mula, el anverso de un cuño (el del ferrocarril) y el reverso de otra que hasta ese momento no teníamos información (Fig.1).



Fig.1- Medalla Mula en cobre modulo 60 mm. Anverso Imagen de Don Pedro II, reverso texto de Rendición de Uruguayana.

Entre toda la bibliografía consultada, sólo en el libro de Francisco Marques dos Santos³² de 1937 el autor habla de una medalla conmemorativa de la Rendición de Uruguayana (páginas 83 a 86). La describe como una medalla rara y preciosa que nunca fue acuñada y relata que en octubre de 1865 (o sea un mes después de la rendición de Uruguayana) el Jefe de la Casa de la Moneda Dr. Cândido Azeredo Coutinho decide la elaboración de una medalla conmemorativa en reconocimiento a la acción del Emperador Don Pedro II, iba a ser una medalla única para agradecer y homenajear al Emperador en su acción notable en la guerra. Se comienza a elaborar este proyecto el cual sería pagado por el mismo personal de la Casa de Moneda y se tiene una entrevista con el Ministro de Hacienda Jose Pedro Días de Carvalho al cual se le comunica la idea. La medalla sería de oro, con la imagen de Don Pedro con su sien coronada de laureles y vistiendo una toga sujeta a los hombros como si fuera un emperador romano. En la idea original el reverso tendría solo la leyenda: AO IMPERADOR D. PEDRO 2º, A CASA DA MOEDA Luego Azeredo Coutinho piensa que es mejor un texto más descriptivo y en latín, por lo que contacta a el Fray Camilo de Monserrat que era a criterio de todos la única persona que podía escribir un texto así, Fray Camilo era el director de la Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro³⁶. Se le envía el

pedido del texto el 6 de octubre y a los tres días, Azeredo recibe el texto en latín dispuesto en 20 líneas.

Dos Santos cita aquí que hay un error en el mismo, en relación al numero de paraguayos que se rinden que es de 5490 y en la medalla dice 8000.

El 21 de octubre ya el proyecto estaba en marcha, y el 23 se comienza el tallado de la esfinge del emperador el trabajo recae en el mejor grabador de la casa de moneda el danes Christian Lüster el cual comienza a abrir los cuños, la medalla sería entregada a su majestad en una caja realizada con las mejores maderas del país y el encargado de hacer la caja seria Fidelis Ferreira Paradela jefe de grabado de la Casa de la Moneda³⁷.

Todo seguía su curso según la planificado, pero en una nueva reunión entre Azeredo Coutinho y el Ministro de Hacienda, este último le comunica que por una resolución directa de Don Pedro II no se aceptaría ningún tipo de homenaje, que todo lo que se quiera realizar con este objetivo debería ser vendido y el dinero obtenido donado al Asilo de Inválidos de la Patria. (En ese momento no existía aún el Asilo, se trataba de um proyecto de Don Pedro II, recién se inaugurará el día 29 de julio de 1868 en la Isla Bom Jesus de Rio de Janeiro³⁸⁻³⁹).

A pesar de todas estas acciones, de la elaboración de los cuños y de los trabajos realizados ...no se aceptara la medalla por lo que todo lo ejecutado no llegará a su objetivo final: ***la medalla conmemorativa a Don Pedro II por la rendición de Uruguayana no se acuñará.***

Es decir, y como cita Dos Santos “no fue acuñada en oro, ni en otro metal” y el mismo autor relata que “el anverso de la medalla fue terminado y guardado como una reliquia para figurar en el Museo”. Sobre este cuño Azeredo de Coutinho dice” es una obra de valor para los que fueran capaces de apreciarla”.

Hasta entonces lo que teníamos en ese momento, era una medalla mula con el anverso de inauguración de ferrocarril reverso de la otra acuñada en conmemoración de Uruguayana. Por ello y luego de tener esta primer medalla y haber realizado toda la investigación de la misma, buscamos obtener la medalla de Don Pedro II como emperador, ya que por el coleccionista que tenia esta pieza mula, teníamos la información de que en sus manos tiempo atrás, había pasado la de emperador romano. Buscando la información de la de medalla, pasamos de USA a Europa y finalmente con-

seguimos encontrarla.

La medalla es de estaño con baño dorado, en un módulo de 60 mm y 6 mm de altura, siendo su peso de 153 gramos. En el anverso como describió Dos Santos esta la imagen sin leyenda (ni firma de Lüster) de Don Pedro II mirando a la izquierda. Cabeza con corona de laureles, toga estilo romano sostenida de los hombros desnudos del emperador. Con el uso de computadoras y obtención de imágenes, podemos ver que es la misma imagen de Lüster de otras medallas en su tipo de cabello y barba. Solo que tiene corona de laureles y una cinta que cae sobre nuca y hombros (Fig 2).



**Fig.2- Medalla conmemorativa Rendición de Uruguayana.
Modulo de 60 mm em estaño dorado.**

En el reverso es el mismo texto que el artículo de Dos Santos, y el mismo texto y disposición que en la otra medalla mula que poseemos.

El gran interrogante es ...¿cómo surgen estas medallas? ¿Quién las hace y porque? Lógicamente fueron realizadas en la Casa de la Moneda y con los cuños originales. Quién las hizo, acuña una mula con dos cuños diferentes como citamos (anverso medalla ferrocarril y reverso rendición de Uruguayana) y realiza en estaño la medalla que originalmente sería de oro por la rendición de Uruguayana para su Majestad. Quizá parte de la resolución del misterio (solo parte ...) esté en el libro de Dos Santos ya que el mismo cita en la pagina 86 “ **Hubo alguien, quien en estos últimos tiempos, inconscientemente tal vez, exhumó de los montones de acero de la Casa**

de la Moneda un par de cuños de esta medalla, permitiendo así que fuera revivido um detalle importante y casi olvidado para la biografía a ser realizada, del magnânimo Pedro II”

Si volvemos a los interrogantes que plantea Marques dos Santos ya en 1937, caemos en la gran pregunta: ¿Quién pudo haber tomado estos cuños y haber realizado una medalla

mula jugando con dos cuños distintos? Y ¿quién logró acuñar una pieza única e inédita de la Rendición de Uruguayana? Casi con certeza, será muy complejo identificar a esa persona, que lógicamente tiene que ser alguien con posibilidades de acceso a estas piezas de museo de la Casa de la Moneda. Salvo que en algún registro interno de la misma, se haya asentado la realización de estas piezas. Ahí tenemos ya en perspectiva, un nuevo desafío a resolver.

Conclusión

Es para nosotros realmente muy interesante poder presentar este trabajo, fueron muchos años de búsqueda, viajes e investigación para determinar dónde estaban y que eran estas medallas y cumpliéndose este año 160 años de inicio del conflicto de la Triple Alianza nos complace dejar este pequeño aporte a la medallística en este evento que marco la región.

Como siempre decimos, ***no coleccionamos metal sino que coleccionamos historia***. A través de la pieza podemos al interrogarla, viajar en el tiempo, revivir acciones, luchas, situaciones sociales, económicas y culturales. Al fin de cuentas, eso es la Numismática.

Bibliografía

(la gran mayoría están digitalizadas y a disposición de quien las solicite)

- 1 - Whigham, T. (2010) La guerra de la Triple Alianza. Vol 1. Causas e inicios del mayor conflicto bélico em América del Sur. Ed. Taurus Historia
- 2 - Capdevila, L. (2010). Una guerra total: Paraguay 1864-1870. Ensayo de historia del tiempo presente. Editorial SB. Buenos Aires. Pp 19-23
- 3 - Salles, R. (1990) Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do exército. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- 4 - Oficina General Estadística (1888). Anuario Estadístico de la Republica del Paraguay, pp 40-42. Ed. Fischer & Quell. Asuncion.
- 5 - Torrents, L.S. (1899) Divida e tropheos paraguayos e a propaganda no Brazil. Typ. Montenegro, Rio de Janeiro.
- 6 - Beverina, J. (1973) La Guerra del Paraguay (1865-1870) Resumen Histórico. Editado por el Círculo Militar de Buenos Aires.

- 7 - Ramirez Braschi, D. (2014). *la Guerra del Paraguay en el provincia de Corrientes. Impactos políticos, daños y consecuencias en la población civil*. Moglia Ediciones.
- 8 - Thompson, J. (1910) *La Guerra del Paraguay*. Ed. Juan Palumbo. Buenos Aires.
- 9 - Pomer, L. (1980). *A Guerra do Paraguai. A grande tragedia rioplatense*. Ed. Global, São Paulo.
- 10 - Rezzutti, P. (2019). *D. Pedro II. A historia não contada. O último imperador do novo mundo revelado por cartas e documentos inéditos*. Ed. Leya. San Pablo, pp 255-260
- 11 - Olivero Orecchia, J.M. (2020). *La organización de las Fuerzas Aliadas en la Guerra de la Triple Alianza. El caso uruguayo*. Revista Histopia. Año II num 9. Pp28-37.
- 12 - Lockhart, W. (1977). *Leandro Gómez. La defensa de la soberanía*. Ed. De la Bamda Oriental. Montevideo.
- 13 - Ribero, O. (1901). *Recuerdos de Paysandu. Apuntes históricos de la defensa de Paysandu en 1865*. Ed. Antonio Barreiro y Ramos. Montevideo.
- 14 - Barroso, G. (2019). *Historia militar do Brasil. Edições do Senado Federal. Vol. 192. Brasília*.
- 15 - Toral, A. A. (2001). *Imagens em desordem. A Iconografia da Guerra do Paraguai*. Humanitas FFLCH/USP. Brasil.
- 16 - Botelho, J.M., Ferraza de Lima, L. (2021). *Guerra do Paraguai. Vidas, personagens e destinos no maior conflito da América do Sur*. Ed. Harper Collins. Pp. 19-23.
- 17 - *Tratado de la Triple Alianza 24 de mayo de 1865. Sistema Argentino de Información Jurídica. Obtenido en noviembre de 2023 blob:*<http://www.saij.gob.ar/d25f875e-78c0-4b88-a347-9a33716a83e4>
- 18 - Baratta M.V. (2022). *El imperio de las circunstancias. Bartolomé Mitre y la Guerra contra Paraguay. Estudios paraguayos. Vol. XL. Nro. 1*.
- 19 - Mitre, B. (1911) *Archivo del General Mitre. Guerra del Paraguay. Tomo II. Biblioteca de la Nacion. Buenos Aires*.
- 20 - Barroso Da Silva, M (1865). *Extractos do diario particular do Almirante Barroso*.
- 21 - Gomes Mota, Julia. (2013) *Un monarca cruza os pagos: A viagem de Dom Pedro II ao Rio Grande do Sul em 1865 es seus impactos políticos. Trabalho conclusão de curso. UFRGS. Porto Alegre, Brasil*.
- 22 - Conde D'Eu. (1936) *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul. Agosto a novembro de 1865. Companhia Editora Nacional, Saõ Paulo*.
- 23 - Da Cruz, G. J. (1865) *Uma pagina memoravel da historia do reinado do Senhor Dom Pedro II, defensor perpetuo do Brasil. Typographia Perseverança. Rio de Janeiro*.
- 24 - Centurión, J.C. (1894). *Memorias del Coronel Juan Crisostomo Centurión. Reminiscencia históricas sobre la Guerra del Paraguay. Tomo I. Ed. J. A. Berra. Buenos Aires*.
- 25 - Silva Pinto, L.F. (2002). *A batalha de Uruguiana. Episodio da guerra da Triplíce Aliança*. Ed. AGE. Porto Alegre.
- 26 - Mom, R. & Vigil, L. (1901) *Historia de los Premios Militares de la República Argentina. Tomo II. Leyes, decretos, y demás resoluciones referentes a premios militares, recompensas, honores, distinciones, gratificaciones, etc. Ministerio de Guerra. ed. Talleres Gráficos Arsenal*.
- 27 - De Lima, L.O. (2016). *A Guerra do Paraguai*. Ed. Planeta. Pp. 256.
- 28 - Mantilla, M.F. (1892). *Premios Militares de la República Argentina*. Ed. De Pablo E. Coni e hijos. Buenos Aires.
- 29 - Meili, J. As (1890) *Medalhas referentes ao Imperio do Brazil. 1822 até 1889*.
- 30 - Espora, J.M. (1890) *Condecoraciones Militares. Imprenta y Libreria de Mayo. Buenos Aires*.
- 31 - Viscondessa de Cavalcanti (1889) *Catalogo de Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras referentes al Brazil*. Ed. Collecção Numismatica Brazilica.

- 32 - Marqués Dos Santos, F. (1937) A Guerra do Paraguay na Medalhística Brasileira. 5ta Sessão plenária do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira (24 março - 2 de abril de 1936). Edição do autor.
- 33 - Da Costa, C.P. (1950) O Exército na Medalhística. Primera Exposição Geral do Exército. Impresa Militar
- 34 - Gillingham H.E. (1970) South American Decorations and War Medals. Reprinted by Lenard L. Babin. New York.
- 35 - Pratt Mayans, (2007) M.A. Condecoraciones y Medallas de las Guerras del Paraguay. Ed. Asunción del Paraguay.
- 36 - Merege, A.L. Biografia Frei Camilo de Montserrat. <https://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/freiCamilo.html> novembro de 2023.
- 37 - Da Veiga Coimbra. Noções de Numismática e Medalhística. Parte III Medalhistas brasileiros.
- 38 - Moraes Gomez, M.A. A espuma das provincias. Um estudo sobre os Inválidos da Patria e o Asilo dos Inválidos da Patria na Corte (1864-1930). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2006.
- 39 - Da Silva Ferreira, M.; Ferreira Sobrinho, A. Heróis e mártires do Brasil:150 anos do fim da guerra do Paraguai.



MOEDAS DE COBRE VERDADEIRAS E FALSAS E O "R" COM ESPORA

True and Fake Brazilian Copper Coins and the "R" With Spur

Rogério Bertapeli

RESUMO: As moedas falsificadas de cobre sempre trouxeram muitos problemas ao meio circulante do Brasil, principalmente no Império onde a circulação dessas moedas eram muitas. Fabricadas no Brasil e no exterior, desde as mais rudimentares às com qualidade até superior as oficiais em alguns casos. O governo constantemente combatia, mas o Brasil tem um vasto território e nem sempre era eficaz essa fiscalização. Hoje, é possível através de estudo de documentos que foram digitalizados e também por imagens de moedas que está em coleções, o estudo e comparação de muitos desses exemplares que chegaram aos nossos dias, e esses detalhes em moedas torna possível a comparação, mapeamento e a separação em alguns casos do que é oficial e do que é falso de época. Quando essas moedas são de qualidade inferior, é mais fácil essa comparação, mas quando nos deparamos com exemplares feitos por abridores de cunhos experientes e equipamento muitas vezes superiores ao da Casa da Moeda da época, temos que nos aprofundar, e é isso que esse estudo busca, pequenos detalhes que podem fazer a diferença na classificação das moedas de cobre.

Palavras chave: Moedas de cobre do império, falsas, 80 réis "R" com espora.

ABSTRACT: Counterfeit copper coins have always brought many problems to the circulating currency of Brazil, especially during the Empire where the circulation of these coins were produced also abroad, from the most rudimentary to those with high quality even superior to the official coinage. The

Recebido em 18/03/2024.
Aceito em 04/05/2024.

government constantly fought back, but Brazil has a vast territory, and this inspection was not always effective. Today, it is possible through the study of documents that have been digitized and also by images of coins that are in collections, the study and comparison of many of these examples that are still around, and these details in coins make it possible to compare, map and separate were official coinage and which were falsification at the time. When these coins are of inferior quality, this comparison is easier, but when we come across examples made by experienced die openers and equipment many times superior to that of the Mint of the time, we have to delve deeper, and that is what this study is looking for, small details that can make a difference in the classification of copper coins.

Keywords: Copper coins of the Brazilian Empire, fake coin, 80 réis "R" with spur

Todos que conhecem um pouco sobre as moedas de cobre, sabem do problema que foram as moedas de cobre falsas, principalmente no período do Império do Brasil. Neste período o cobre falso foi segundo textos de época, *“uma calamidade que assolava o Brasil”*. Elas eram falsificadas no Brasil, no exterior, feitas desde de forma rudimentar e com cunhos com erros, ou mesmo de melhor qualidade ou peso que moedas oficiais.

E já há algum tempo, falo com colegas com quem tenho tido conversas sobre o tema, qual seria a proporção de cobre falso na época? Eram 5%, 10%, 25%, 50%, mais? Havia no período antes do Carimbo Geral, uma estimativa de perto de 20 mil contos de réis de cobre circulando no Brasil a ser trocado e carimbado. Executadas as leis de recolha e carimbo, chegaram a perto de 40 mil contos de réis de cobre recolhido e pararam a carimbagem. A carimbagem parou de forma desigual pelo Brasil, mas em geral foi por volta de 1838. Abaixo uma estimativa que diz 16.605 contos de Réis de cobre, mas vi outras um pouco maiores, mas esta dá detalhes. Este relato é do “Relatório Sobre Melhoramento do Meio Circulante” para a Assembléia legislativa em 1833,

sobre o *“Mappa das moedas cunhadas na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, desde a sua fundação em 1703 até 1832”*:

“Vós achareis, Senhores, no Quadro demonstrativo (A) a solução circunstanciada destes quesitos, e da

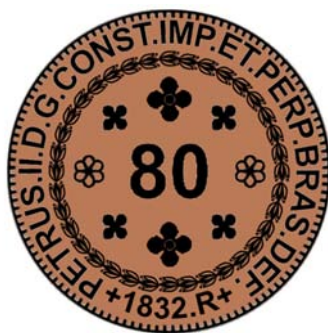
Vós achareis, Senhores, no Quadro demonstrativo (A) a solução circunstanciada destes quesitos, e da questão geral, que me havia proposto resolver. Vereis ali que a moeda de cobre cunhada na Casa da Moeda da Corte monta a 14.605 contos; e que a cunhada na Bahia, S. Paulo, Matto Grosso, e Goyaz, não excede a 2.000 contos; o que faz ao todo 16.605 contos de cobre legalmente emitido. Vereis similhantemente que a circulação das notas do extinto Banco nesta Provincia, na Bahia, e em S. Paulo, segundo a emissão, sobe á quantia de 16.855 contos;

questão geral, que me havia proposto resolver. Vereis ahi que a moeda de cobre cunhada na Casa da Moeda da Corte monta a 14.605 contos; e que a cunhada na Bahia, S. Paulo, Matto Grosso, e Goyaz, não excede a 2.000 contos; o que faz ao todo 16.605 contos de cobre legalmente emitido.

E que hoje vemos muito cobre sem carimbar nas coleções, e isso para mim mostra que muito cobre não foi carimbado. Alguns podem dizer que nas coleções aparecem, pois o colecionador separa uma de cada. Seria sim um pensamento lógico, mas como trabalhei muito na coleção de moedas do Dr. Enio Garletti para os livros de moedas de cobre, e o especial da coleção dele é que ele faz por variantes, não por data, então ele pode ter 3, 5, 10 variantes da mesma data, e assim há uma grande amostragem, e se percebe que às vezes é mais difícil achar uma peça carimbada do que uma sem carimbo. Isso demonstra ao meu ver que não se carimbaram muitas das moedas na época, estatisticamente. Então que tal fazermos um exercício mental das possibilidades para seguir meu raciocínio? Vamos fazer de exemplo os 80 Réis do Império do Rio em 2 grandes grupos!



Ou é Verdadeira

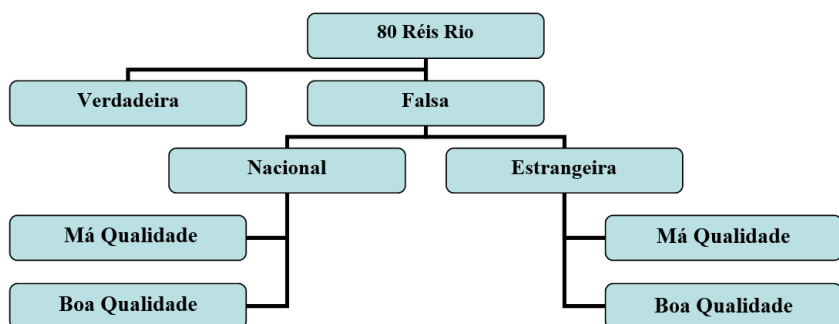


Ou é Falsa

Então, se a moeda é verdadeira, é verdadeira e ponto final. Já se ela é falsa, temos então muitas possibilidades, e as principais seriam falsas nacionais cunhadas no Brasil e falsas estrangeiras, cunhadas fora do Brasil. Hoje é praxe se falar que se a moeda falsa é de bom peso, boa qualidade é

falsa estrangeira, se é mal feita, letras erradas, disco fino, é falsa nacional.

Mas eu vejo isso como uma separação muito superficial. Entendo o raciocínio, peças de boa qualidade tem mais chance de serem feitas em oficinas de boa qualidade, e as nacionais as peças de má qualidade, faz sentido. Mas o problema são todas as peças entre os dois extremos, e existe mesmo a possibilidade, sim, do inverso. Peças de boa qualidade de oficinas nacionais e peças de má qualidade feitas fora. Seria incomum, mas podem existir, por isso deixo aberta a possibilidade no fluxograma apresentado à frente para exemplificar este raciocínio.



Mas, como avaliar se a moeda de cobre é falsa ou verdadeira? Não é uma ciência exata hoje, e o que temos é opinião de colegas que conhecem as moedas. O que a maioria definir, é o aceito. É algo válido, mas, isso é muito superficial também. E às vezes pode ser enganoso.

Vejam as 3 peças das imagens adiante, por exemplo. Alguns dizem que a 1831 é falsa, e as duas 1832 verdadeiras. Parece razoável, a primeira é de um cunho muito diferente, as outras duas um cunho mais comum. Mas e se eu afirmar que a moeda 1832 do centro é falsa? Sei que haverá muita contestação, e a maioria deve discordar dessa afirmação. Mas e se tiver motivos reais para afirmar isso?



Vamos fazer uma avaliação de duas peças, agora. Uma 1827 (A) e uma 1832 (B):



A



B

Cada uma delas tem suas particularidades. Infelizmente as imagens neste texto podem não ser as melhores para se avaliar moedas, mas é como podemos as avaliar. E voltado às peças, ou elas são verdadeiras ou falsas, segundo a premissa básica. Quais são as quatro opções possíveis?

- 1 - Peça A verdadeira e B falsa?
- 2 - Peça A falsa e B verdadeira?
- 3 - Peças A e B verdadeiras?
- 4 - Peças A e B falsas?

Agora leitor, por favor, escolha uma opção das quatro possíveis, e iremos prosseguir.

Bem, imagino que a maioria será a opção 3: peças A e B Verdadeiras. Embora se perceberem, a peça A tem uns detalhes diferentes, um erro ao lado do 7, o T de CONST diferente, e vejam só, as tulipas tem uma espécie de espinhos, que na verdade são um começo de tulipas invertidas que foram refeitas. Se o colega observou isso pode ter optado pela opção 2 peça A falsa e B verdadeira. Se alguém quiser mudar agora, pode optar novamente.

Mas e se disser que na minha opinião, a opção correta é a 4, peças A e B falsas, e que posso apresentar uma explicação do por que penso assim?

Para explicar o motivo, é uma longa história. E ela começou com a peça adiante. É uma peça vendida no Heritage em 2019, um belo cobre 80 Réis 1830 R com cunhagem deslocada, o vulgo “boné”:



Leilão Heritage Setembro de 2019 - Long Beach #3076 - Lote #33415

Adoro algumas peças que aparecem no Heritage. Muitas vezes aparecem lá peças únicas e em fantástico estado de conservação. Ótimas para estudos. Como gosto e estudo muito sobre cunhos de moedas, esta que aparece a borda da moeda me chamou a atenção, e tentei achar o mesmo cunho em outra moeda cunhada corretamente para comparação. Neste processo me deparei com um detalhe especial na moeda, que chamo de R com espora.



Se observarmos o R da data ampliado das imagens anteriores, vemos o que eu chamo com espora destacado em vermelho na imagem da direita. O mesmo detalhe aparece no R de PETRUS, e assim o estado sem circular na peça “boné” me fez concluir que essa dita espora era característica do punção do R. Este detalhe me deixou curioso e após muito procurar achei uma imagem da peça completa do Heritage em um site na Internet, adiante a imagem. Sinto pela má qualidade da imagem, mas é a disponível hoje.



Com esta peça, pude observar que todos os R tem a espora. Animado comecei a procurar mais peças com este R especial, por curiosidade, mas também por já ter um opinião que estas peças diferentes que aparecem no Heritage, sem circular, tem possíveis origens especiais.

E não foi só o R que me pareceu particular. O 8 da data tem centros longos e desalinhados, incomum nos 8 de datas, e tem ainda o 3 ligado embaixo. Vejam a data ampliada adiante:



Pesquisei imagens disponíveis, pedi ajuda a colegas do Grupo do Cobre, e acabei achando 16 imagens de diferentes moedas (uma repetida, uma com 2 reversos), dando 14 anversos e 13 reversos diferentes. Uma boa quantidade de variantes, e todas com muitas similaridades fora as já citadas. Apareceram uma 1827, uma 1828, duas 1830, uma 1831 e dez 1832, que nomeie assim:

1827 - 01 - 27A01R03	1832 - 01 - 32A01R03	06 - 32A05R01
1828 - 01 - 28A01R09	02 - 32A02R05	07 - 32A06R02
1830 - 01 - 30A01R04	03 - 32A02R06	08 - 32A07R10
02 - 30A02R08	04 - 32A03R01	09 - 32A08R11
1831 - 01 - 31A01R07	05 - 32A04R13	10 - 32A09R12

Vemos que a grande maioria é de 1832, nelas temos as 32A02R05 e 32A02R06 com mesmo anverso (A02), as 32A03R01 e 32A05R01 mesmo reverso (R01). Para uma mesma data, 1832, nada demais moedas com mesmo reverso, mas o mais interessante são as 27A01R03 e 32A01R03, uma peça de 1827 e uma de 1832 com mesmo reverso (R03), e isso entre 5 anos! Incomum, mas nada absurdo também. Agora vamos tentar apresentar a parte difícil, demonstrar estas peças todas aqui. Poderia só citar seus detalhes, mas vou tentar exibir algumas imagens.

Datas:



Nas datas, quando imagem e estado permite ver bem, vemos as similaridades no R, no 8, 2 da data, o 3 ligado, embora haja diferenças, como o 8 da 32A08.

Florões:



Nos florões temos um caso interessante, exceto a 27A01 todas são florões sem ômago, isto é vazados nas folhas. Outro fato interessante que só irei citar sem imagens, é que exceto a 27A01 que tem 26 tulipas todas tem 20 tulipas. Já vemos aí a 27A01 se destacar.

E quero aproveitar para dar um exemplo interessante sobre cunho e suas variações. Vejam os dois florões diante:



São totalmente diferentes não é? Parece, mas são o mesmo cunho quando se avalia a peça toda, são as moedas 32A06a e 32A06b, mesmo anverso. E por que tão diferentes? Desgaste? Há sim, mas é só isso? O processo de cunhagem interferiu? Creio que sim, junto a fatores como desgaste, claro, mas parecem duas cunhagens, uma forte e uma fraca. Deixo o exemplo para exemplificar que temos que estudar as peças com cuidado, pois o que parece diferente, nem sempre o é 100% por algum fator.

Voltando a data, adiante há imagens ampliadas do 8, pois ele tem como sua característica não bolas no centro, mas oblongos desencontrados. E há um ponto interessante! Ele tem o punção quebrado! Interessante, pois parece mais quebrado na 27A01, e parece mais inteiro nas 30A01 e 32A02b. Aparece mais inteiro na 32A07, e bem quebrado na 32A06b. É estranho! A ordem normal seria o 8 inteiro em 1827 e ir quebrando em 1830, 1832. Aqui cabe a observação que fiz anteriormente do florão diferente de mesmo cunho. Podem parecer oitos diferentes, mas são basicamente o mesmo. Em alguns casos o 8 está invertido e detalhes estão invertidos (veja 32A02b 32A06b):



E há o caso da 32A08, onde o 8 é totalmente diferente. Ela tem muitos punções de letras diferentes, mas tem o R com espora e similaridades de cunhagem, então a coloquei na lista:



Mas o que me impressionou nas peças em geral foi a sua similaridade. Antes citei que todas (menos a 1827) tem florões sem omago, tem 20 tulipas, mas vejam as folhas de fumo no reverso:



Sempre do modelo de folhas vazadas, e mais que isso, sempre muito similares na posição no cunho, como se tivessem um desenho padrão no cunho e depois punçadas nele.

As coroas também, não são idênticas, mas tem um desenho muito similar. Sei que nas imagens delas adiante parecem diferentes às vezes, mas se comparadas com outras, se percebe a similaridade maior. Tanto galhos como coroas não são idênticas, mas muito similares.



É difícil comparar aqui com outras peças, seriam muitas imagens, por isso me limito a comparar entre elas. Colocar uma ou duas peças fora destas do R com espora aqui, seria muito pontual, mas comparei com muitas pessoalmente.

E acrescentando similaridades, outra característica semelhante entre elas, é a cruzeta final da legenda sempre próxima à ponta da folha. Novamente parecem bem diferentes entre elas, mas se comparadas com outras, se percebe a maior similaridade que diferença novamente. O mesmo se percebe nas flores do fumo, muito similares, parecem mesmo vir de um mesmo molde, quando comparadas a outras peças.





E qual o motivo de demonstrar todos estes detalhes? O motivo é que creio que todas elas foram cunhadas pelo mesmo gravador ou ao menos mesma oficina. São 14 peças divididas entre 1827 a 1832.

Mas e daí? Se todas são letra monetária R, foram cunhadas na Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Normal um mesmo gravador ter criado todas, ou terem sido usadas as mesma ferramentas nelas, sim isso seria o obvio, mas e se não foi assim?

Vamos voltar às peças do início? As 1827 e 1832 que fiz a pergunta de falsa e verdadeira?

Pois bem eu as escolhi pois ambas são R com espora, e ambas com o mesmo reverso citadas como 27A01R03 e 32A01R03, o reverso R03 que anotei. Vejam adiante anverso e reverso:



Agora embasado em tudo que comentei, irei dizer qual o motivo que me faz imaginar que ambas são falsas. Adiante as flores de fumo de ambas, e uma tem uma quebra de cunho, a da direita.

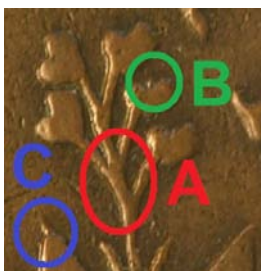
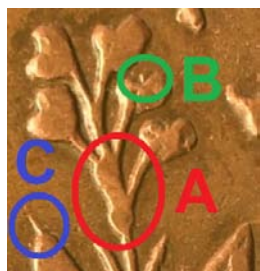


Sendo assim a lógica diz que a peça sem quebra foi cunhada antes, e a com quebra foi cunhada depois, mas o que vemos, é a quebra aparece em 1827, e em 1832 está inteiro. Adiante imagens ampliadas.

1827 R



1832 R



A - Local de quebra / B - Ponta de traço em ambas / C - Linha na ponta da folha em ambas

Como vemos há pontos iguais nas duas ampliações, mas para confirmar que são de mesmo cunho, vejam a letra E abaixo das mesmas peças, ambas com prolongado embaixo, e a folha embaixo do S, com 3 pontos dentro da folha nos vazados em ambas.



As imagens também ajudam a identificar novas peças. Quem sabe apareçam peças de 1827 com menos quebra ali, ou mais, ou outras quebras também, ou ainda outras peças com esse reverso.

Agora, como explicar esta inversão nas datas?



1832



1827

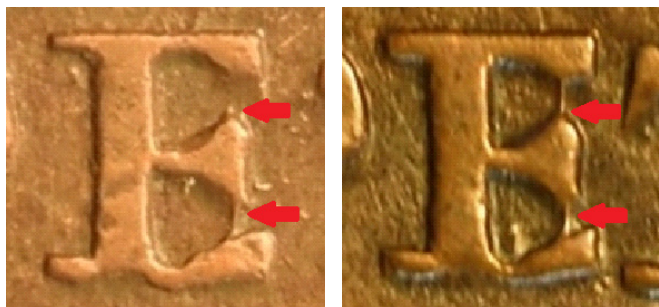
E fora isso, há o caso do 8 da data, também com quebras fora da linha do tempo, pode ser mais sutil, mas também há sinais. Adiante a 1827 e uma 1832, onde parece que o 8 saiu invertido, algo que pode ocorrer, e assim, a quebra no topo da 1827 seria similar na 1832. Sei que podem parecer dois 8 diferentes, mas lembra do exemplo do florão que citei acima, às vezes o processo deixa pequenas diferenças.



E isso mostra as dificuldades de avaliar peças. Mas para reforçar a ligação temos outro exemplo interessante de similaridades misturadas a diferenças. Vemos isso no PETRUS de ambas.



Temos o T e U entre ambas totalmente diferentes, temos o R com espora, um pouco diferentes até, mas ambos com espora. E vejamos o E. Ambos os E tem o traço inferior indo para cima e uma linha juntando este e o traço central do E, no E da direita há uma linha similar do centro para o traço superior. Não se nota no E da esquerda, mas há a ponta deste traço aparecendo. Então mesmo o anverso tem ligação entre ambas, não é só o reverso reaproveitado, os anversos apesar de mais diferentes, também estão ligados entre si em sua criação.



E com tudo isso demonstrado, voltamos a pergunta. Qual é falsa, qual é verdadeira? Ambas falsas ou ambas verdadeiras? Na minha opinião por tudo o que foi mostrado, ambas falsas. Se for isso as 16 peças eu identifiquei, por enquanto, seriam todas da mesma origem e assim todas falsas. Adiante uma imagem das peças para ilustrar.



Interessante é que há peças com carimbo geral, sem carimbo geral e algumas com carimbo do Maranhão. Sobre este carimbo já tinha observado antes que 70% ou mais dos M/XX são sobre 80 Réis 1832R depois o mais comum seria o 1828R. Por que será que haviam tantas 80 Réis 1832R no Maranhão em 1834 para serem carimbadas?

Outra linha de pensamento que já segui e se junta a esta possibilidade de moeda falsa estrangeira sendo colocada no nordeste, até após 1832. Há muitas ramificações nas possibilidades.

E algumas perguntas começam a aparecer. Existem tantas falsas assim? Bem se o cobre falso deu tantos problemas, deve haver muita moeda falsa no meio. Senão onde estão as falsas?

Alguns pode dizer que foram cortadas nas recolhas de 1833 e 1835, o talho da lei. Mas na verdade nestes momentos eram cortadas menos de 1% das peças entregues, os maiores números chegam a 3%. Há muitos jornais de época citando isso, mas vamos ver um exemplo para ilustrar:

Resumo do troco da moeda de Cobre no mez de Fevereiro proximo passado.	
Moeda legal recebida.....	79:308\$000
Desconto de 5 por o/o.....	3:965\$400
Liquido.....	75:342\$600
<i>Troco entregue</i>	
Em Nottas.....	51:305\$000
Em cobre punçado.....	23:947\$600
	75:342\$600
Cobre falso cortado.....	148\$880
TROCO DA MOEDA DE COBRE NOS SEGUINTES DIAS.	
<i>(Fevereiro.)</i>	
Dia 27. — Moeda recebida,	4:709\$400 rs.
Desconto de 5 por cento,	235\$470 rs.
Liquido,	4:473\$930 rs.
<i>Troco entregue.</i>	
Notas,	3:584\$000 rs.
Cobre punçado,	1:089\$930 rs.
Cobre falso recebido e entregue cortado aos portadores,	1\$540 rs.

Cobre Recebido : 79:308\$000
Cobre Cortado : 148\$880 (0,2%)

Cobre Recebido : 4:709\$400
Cobre Cortado : 1\$540 (0,03%)

Fora este, há muitos exemplos similares de relatos onde os valores do cobre cortado é pequeno, não mostrando quantidade de cobre falso significativa cortado na recolha.

Somente o cobre falso mais tosco era cortado no momento da recolha, isso é fato. Para entendermos que o cobre falso era de boa qualidade, temos a citação do Jornal “ASTRO DE MINAS” de 24 de outubro de 1833, que já citei em outras situações, sobre a qualidade do cobre falso:

não; porque nós temos visto muita moeda cunhada nas Estações publicas ser mais imperfeita do que a que gira falsificada, por exemplo ha por ahi o cobre de 80 réis, a que chamão cobre Inglez, que tem muito maior peso do que o legal, e de hum cunho bem perfeito, que entretanto não foi emitido pela Nação, e he manifestamente falso, e este segundo a disposição daquella Lei parece estar nas circumstancias de ser recebido

“...Porque nós temos visto muita moeda cunhada nas Estações publicas ser mais imperfeita do que a que gira falsificada, por exemplo ha por ahi o cobre de 80 réis, a que chamão cobre Inglez, que tem muito maior peso do que o legal, e de hum cunho bem perfeito, que entretanto não foi emitido pela Nação, e he manifestamente falso, e este segundo a disposição daquella Lei parece estar nas circumstancias de ser recebido...”

Vemos que o cobre novo, circulando muito após deixar de ser cunhado, causava estranheza, embora sua origem fosse conhecida sem espanto. E adiante mais um exemplo no mesmo Jornal “ASTRO DE MINAS” mas de 19 de fevereiro de 1835. Dois anos após e falando do Rio Grande (do Norte):

“A’ dias circula no Rio Grande muita quantidade de moedas de cobre de 80 rs. com muito mais de 8 oitavas, novinhas do trinque. D’onde veria esta remessa?”

A’ dias circula no Rio Grande muita quantidade de moedas de cobre de 80 rs. com muito mais de 8 oitavas, novinhas do trinque. D’onde veria esta remessa?

E existem os casos, em que as moedas deveriam ser raras, mas são muito comuns! E creio eu isso se deva a falsificação. Veja o exemplo das de Cuiabá e Goiás, elas deveriam ser poucas devido à distância do litoral, o que dificultava o transporte de discos de cobre, eram locais de pouco comércio, mas existem muitas moedas hoje e muitas variantes inclusive! Se já era vantajoso cunhar 80 Réis do Rio falso, era em dobro nos 40 Réis de Cuiabá e Goiás. Para termos alguns números, o texto do início do artigo fala dos 16.605 contos de moeda de cobre em 1833, e que a “cunhada na Bahia, S. Paulo, Matto Grosso, e Goyaz, não excede a 2.000 contos”. Em São Paulo

foram perto de 228 Contos cunhados de 1825 a 1829, e um pouco mais em 1832, Bahia não tenho números, mas se imagina que foi a maior parte do restante, deixando muito pouco para Goiás e Mato Grosso.

E para apoiar o raciocínio, temos o texto adiante falando da cunhagem em Goiás em 1828:

em Goiaz já não ha ouro. Em Goiaz não ha prata, nem diamantes, a penas ha o cobre, do Thesouro remette-se em cada mez hum conto de réis em chapinha para aquella Provincia, onde he reduzida a 4 contos de réis. He com este dinhei-

(Diário da Câmara dos Deputados – Seção de 19 de setembro de 1828)

E vamos as contas, enviados 1 conto de réis em chapinhas, viram 4 contos de réis por mês em moeda, seriam 48 contos em um ano, por exemplo em 1828. Em comparação no Carimbo Ceará foram 48 contos carimbados também, e apesar dos muitos carimbos falsos hoje, é um carimbo raro. Então moedas de Goiás 1828 deveria ser tão raras quanto o Carimbo Ceará. Mas temos hoje muitas moedas destas. E outra coisa se sempre se fala, é que os cunhos mal feitos das moedas de Cuiabá e Goiás são motivados por que os cunhos eram feitos lá por pessoas não tão boas na abertura de cunho. Já acho que há muitas moedas de cunhos de má qualidade por serem simplesmente falsas mesmo. Mas é este é outro caso.

E para apresentar ainda mais informações de moeda falsa, adiante um trecho que fala de moeda falsa de ótima qualidade em 1833, e cobrando ÁGIO de 30% que se pagava em moeda falsa boa americana, e as locais com ágio menor 25% de um fabricante e 20% de outro fabricante, conforme a qualidade da moeda, imagino.

Ha moeda introduzida d'America com tanta similhança, que sem ser homem de profissão não se póde distinguir da moeda legal. As fabricadas no paiz são mais, ou menos perfeitas, assim na Bahia se fazem diferentes cambios: o cobre Americano tem o agio de 30, o do Sr. fulano 25, o de sicrano 20 até chegar ao denominado cham-cham, que ninguem aceita.

Diário da Canara dos Senadores de 17 de Junho de 1833 - Rio de Janeiro

“Ha moeda introduzida d’America com tanta similhaça, que sem ser homem de profissão não se pode distinguir da moeda legal. As fabricadas no paiz são mais, ou menos perfeitas, assim na Bahia se fazem diferentes cambios: o cobre Americano tem o agio de 30, o do Sr. fulano 25, o de sicrano 20 até chegar ao denominado cham-cham, que ninguem aceita.”

Por que ágio? Este é outro assunto, que tenho estudo a publicar, mas que mostra que em 1830 todas as moedas já circulavam por um valor muito maior que o marcado no cunho. Os 960 Réis por exemplo já valiam 1.920 Réis. Adiante a tabela de 1830 citada:

CAMBIOS		
Rio de Janeiro 12 de Janeiro de 1830, as 5 horas da tarde.		
Pezos Hespanhoes.....	1\$900 a 1\$920	hum.
Moedas de 6,400.....	16\$600 a 17\$000	huma.
Dito de 4,000	130 a 132	por cento premio.
Dito de Prata	97 a 99	”
Dito de Cobre.....	30 a 34	”

E aproveitando, algumas vezes me perguntam quem cunhava o cobre falso no Brasil? Todo mundo! Claro que seriam pessoas com recursos para comprar equipamentos e materiais, e muitas vezes vi citadas autoridades e pessoas de importância cunhando moeda falsa. Adiante um desabafo citando o fato com detalhes interessantes:

“Agentes de D. Pedro e Estrangeiros o ajudaraõ enriquecendo a nossa custa: a moeda falsa importada era mais bem feita, e de mais peso, que a do Governo e seus agentes: da moeda passaraõ os Estrangeiros a traser officinas cunhos, chapinhas, e cobre; como tudo servia. As Authoridades, que deviaõ conter os especuladores, eraõ os primeiros, e principaes fabricantes; e á tal ponto chegou (em Pernambuco ao menos) a desvergonha, tanta era a confiança, que uma especulação infame e perigosissima se tornou a negociação mais franca: as officinas borbulhavão nesta Cidade e seus contornos, e infeliz do que ouzasse apontar uma só; muitos ou interessados ou falladores (ao principio) forao victimas dos moedeiros, que se puzeraõ a final em um pé respeitavel, e ostentavaõ ja a sua ladroeira.”

Jornal “O FAROL MARANHENSE” de 22 de Julho de 1831

Agentes de D.

Pedro e Estrangeiros o ajudarão enriquecendo a nossa custa: a moeda falsa importada era mais bem feita, e de mais peso, que a do Governo e seus agentes: da moeda passaraõ os Estrangeiros a trazer officinas cunhos, chapinhas, e cobre; como tudo servia. As Authoridades, que deviaõ conter os especuladores, eraõ os primeiros, e principaes fabricantes; e á tal ponto chegou (em Pernambuco ao menos) a desvergonha, tanta era a confiança, que uma especulação infame e perigosissima se tornou a negociação mais franca: as officinas borbulhavaõ nesta Cidade e seus contornos, e infeliz do que ousasse apontar uma só; muitos ou interessados ou falladores (ao principio) forãõ victimas dos moedeiros, que se puzeraõ a final em um pé respeitavel, e ostentavaõ ja a sua ladroeira.

Como vemos, até os insumos para fabricar moeda falsa era importado. Também vi citações de pequenas prensas de cunhar cobre vindo em navios, e que passavam pela alfândega sem restrições. E após o relato, fica claro que havia grandes quantidades de casas de cunhar moeda falsa. E criadas por pessoas importantes. Isso ajuda a compreender por que o cobre falso foi uma calamidade nestes dias, compreender por que há tantos tipos de falsas, e a dificuldade às vezes de separar falsas e verdadeiras, pois às vezes nas falsas, às vezes cada uma veio de um local.

E cito tudo isso para dar uma idéia do que foi a moeda de cobre falsa. Claro que todos já ouviram falar do problema, mas mostrar relatos de época ilustram melhor, e são mais reais que apenas conversas que vão de boca em boca. Torna mais fácil ver o tamanho do problema e a enorme quantidade do cobre falso.

E podemos assim voltar a perguntar: Onde estão todas estas falsas? Minha resposta: Muitas estão nas nossas coleções de hoje misturadas com as oficiais.

Eu imagino entender o que o leitor pensa agora, é polêmico sim.

E qual a conclusão final de tudo isso então? Que muitas das moedas de cobre tidas como oficiais hoje são na realidade falsas. E nestas coloco as

R com espora como possíveis falsas, e possivelmente americanas.

E um detalhe, algumas pessoas com quem conversei sobre essas idéias citaram: isso vai desvalorizar as moedas das coleções?

NÃO!

Vamos ter sim mais itens para colecionar! O efeito será creio até o oposto! Vejam as duas que usei de exemplo de 1827R e 1832R, elas ganharam o Carimbo Geral e assim elas viraram nacionais oficiais, e assim como os 8 Reales que levaram carimbos de Minas, se tornaram da coleção do Brasil oficiais! O mesmo ocorre com as que levaram o carimbo do Ceará e ou do Maranhão (considerando-se carimbos originais também)! Elas tendo o peso oficial (embora o peso no cobre era bem flexível), carimbadas com carimbos verdadeiros, viraram oficiais então. Se for assim, vamos criar novos nichos para nossas moedas e nas coleções, dar novas histórias para as moedas, e possivelmente as valorizar mais. Alguns podem não gostar de colecionar estas, mas na maioria dos casos creio que serão peças de coleção interessantes.

Se aceitarmos que as citadas 1827 R e 1832 R são de origem falsa, e que o Carimbo Geral as tornou oficiais, teremos que tirar as duas peças das listas comuns e criar um novo tipo nos catálogos e coleções. Moeda falsa tornada oficial com o Carimbo Geral!

E se forem falsas americanas, inclusive podem chamar a atenção dos americanos. Eles podem desejar ter as moedas nas suas coleções, haveria mais procura e valorização das peças, e chamar ainda mais a atenção para as peças do Brasil no exterior! Teremos ainda que definir ainda se são falsas americanas ou inglesas, por exemplo, mas com mais interesse nelas, mais recursos e estudos, quem sabe podemos achar mais pistas e definir isso. Recentemente fiz possíveis ligações entre Belleville, uma fábrica muito falada de moeda falsa de cobre e algumas moedas de cobre do Brasil, que seriam então outra linha de falsas. Quem sabe com o tempo e estudos até da composição do cobre das peças, possamos achar mais pistas de suas origens ou quem sabe algo novo que nem pensamos ainda apareça para descobriremos mais sobre isso.

E vamos ver se aparecem novas peças 1827R deste tipo para estudarmos. Quem sabe melhores detalhes de uma possível quebra de cunho em várias fazes, ou mesmo outras peças com o R com espora para estudarmos, pois a melhor prova que temos



sobre as moedas, são as próprias moedas.

Mas no momento, com o que foi apresentado, tenho convicção que as ditas R com espora são de uma cunhagem falsa. Tentei sem sucesso descobrir o motivo deste punção ser assim. Deve haver um motivo para tal, uma utilidade, para isso. Quem sabe descobrindo o motivo, poderemos ter mais pistas de sua origem.

Bibliografia

- TYPOGRAPHIA NACIONAL **“RELATÓRIO SOBRE MELHORAMENTO DO MEIO CIRCULANTE PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 1833.** Rio de Janeiro – 1833.
- PROBER, Kurt. **MOEDAS FALSAS E FALSIFICADAS DO BRASIL** - Separata de Monografias Numismáticas Volume 2 - Rio de Janeiro - 1946.
- GARLETTI, Enio e BERTAPELLI, Rogério. **TODAS AS MOEDAS DE COBRE DO BRASIL** - 1ª Edição – Curitiba - 2022
- BERTAPELLI, Rogério. Boletim da Sociedade Numismática Paranaense 62 - Julho de 2015 - **“COBRE FALSO AMERICANO”** - Páginas 68 a 71.
- BERTAPELLI, Rogério. Boletim da Sociedade Numismática Paranaense 64 – Janeiro de 2016 - **“OS 80 RÉIS DE COBRE DE SÃO PAULO”** - Páginas 54 a 64.
- BERTAPELLI, Rogério. Boletim da Sociedade Numismática Paranaense 95 - Outubro de 2023 - **“DUAS MOEDAS FALSAS DE COBRE IRMÃS”** - Páginas 24 a 30.
- BERTAPELLI, Rogério. Palestra do Encontro dos 100 Anos da SNB – Janeiro de 2024 - **“AS MOEDAS FALSAS DE BELLEVILLE: UMA POSSÍVEL PRIMEIRA IDENTIFICAÇÃO POSITIVA?”** – Youtube da SNB - São Paulo.
- Jornal **“ASTRO DE MINAS”** – 4 de outubro de 1833 e 19 de fevereiro de 1835- Minas Gerais.
- Jornal **“DIÁRIO DA CAMARA DOS SENADORES”** – 17 de Junho de 1833 - Rio de Janeiro.
- Jornal **“DIÁRIO DA CAMARA DOS DEPUTADOS”** – Seção 19 de setembro de 1828.
- Jornal **“CORREIO OFFICIAL”** de 31 de dezembro de 1835 e 26 de janeiro 1836 - Rio de Janeiro.
- Jornal **“O FAROL MARANHENSE”** de 22 de Julho de 1831 – Maranhão

* As imagens quando não citadas a origem, são da coleção de imagens do autor, ampliações de imagens já citadas ou fornecidas por colegas do Grupo do Cobre para uso no estudo.

INSTRUÇÃO AOS AUTORES

A **Revista Numismática Brasileira – RNB** é publicação semestral e destina-se à divulgação de trabalhos científicos de pesquisa contemplando áreas relativas ao estudo da Numismática.

ENVIO:

Os artigos deverão ser enviados exclusivamente ao correio eletrônico: **snb@snb.org.br** com cópia ao Editor Oswaldo M. Rodrigues Jr.: **oswrod1@hotmail.com**.

Obs. Os trabalhos apresentados não poderão ter sido enviados simultaneamente a outro periódico para publicação. Artigos já publicados anteriormente em outros formatos, serão aceitos desde que adaptados aos padrões da revista e indicados onde foi publicado.

FORMATO:

A extensão máxima permitida é de até 20 páginas digitadas em processador de texto, em tamanho A4, margens de 2cm, espaço duplo, fonte Times New Roman, tamanho 12.

Os manuscritos podem ser redigidos em português, espanhol ou inglês.

Os textos enviados em idioma inglês podem ocasionar custos adicionais para a tradução e revisão, os quais correm por conta do/s autores que devem aprovar estes gastos apresentados pela Revista. Cabe ao Comitê Editorial opinar pela publicação em inglês.

A primeira página do manuscrito constará de:

- a) Título do trabalho em português (ou espanhol) e inglês
- b) Nome do/s autor/es e designação institucional ou Entidades Numismáticas em que é associado
- c) Autor para correspondência e contato (E-mail, endereço, telefone).

Na sequência deve vir um resumo de no máximo 200 palavras, em português (ou espanhol) e em inglês. Abaixo do resumo devem constar quatro ou cinco palavras-chave em português (ou espanhol) e em inglês.

A seguir, o trabalho deverá ter uma Introdução, o conteúdo do trabalho, a Conclusão e Referências Bibliográficas. (Deixamos em aberto outras seções a critério do autor como: Método, Resultados, Discussão, Agradecimentos e financiamento para a realização do estudo).

As ilustrações (fotografias, diagramas, tabelas, desenhos), devem ser entregues no final do artigo, no mesmo arquivo, em forma consecutiva bem como a marcação no texto indicando o lugar de inserção. As fotos e ilustrações quando não for do autor, deverá indicar seu crédito ou referência.

Poderá ser utilizado notas de rodapé para explicações, devendo estar numeradas no corpo do texto.

RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO

Após o recebimento do artigo, o Comitê Editorial avalia se está de acordo com os critérios e objetivos editoriais da revista. Considerando as avaliações, o Editor comunicará ao autor designado que pode ser: 1) rejeição do manuscrito; 2) Aceitação do manuscrito; 3) Aceitação com a solicitação de que se realizem as modificações sugeridas pelo Comitê Editorial.

Após a aceitação o artigo será diagramado nos padrões da Revista e o autor receberá o artigo para avaliação e sua aprovação para publicação.

Ao enviar o artigo para a RNB, o autor autoriza e aceita a transferência de direitos de publicação para a revista, bem como o regulamento de publicações, portanto, das responsabilidades de autoria, originalidade, confidencialidade e identificação de créditos e autorizações.

Situações fora das especificadas nas normas, deverão ser comunicadas previamente.



Rua 24 de Maio, 247 - 2º andar - São Paulo - Brasil - CEP 01041-001
Site: www.snb.org.br | email: snb@snb.org.br

